



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2023

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2023

INICIADA ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	06
ORDEM DO DIA	47
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	97
ENCERRAMENTO	97

ATA N.º 02/2023ABERTURA

Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - *Apreciação e votação da Ata n.º 01/2023 de 06 de fevereiro de 2023***
- 1.2 - *Tomada de conhecimento do Expediente***
- 1.3 - *Intervenções***

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 2.2 - *Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição***
- 2.3 - *Tomada de conhecimento do Relatório de Revisão Limitada Sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2022***
- 2.4 - *Apreciação e deliberação do Relatório de Gestão e Atividades 2022 do Município da Covilhã***
- 2.5 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais***
- 2.6 - *Tomada de conhecimento dos pedidos de isenção concedidos e aprovados ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã***
- 2.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Versão Final da Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso***
- 2.8 - *Apreciação e deliberação sobre a proposta de retificação do Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Centro de Inovação Empresarial da Covilhã***

2.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2022/2023 – Reforço*

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, que substituiu na Mesa a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dra. Joana Filipa Real Sardinha em substituição da Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Eng.º Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia em substituição do Senhor Dr. Nelson Antunes Carvalho, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa em substituição do Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os Excelentíssimos Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Hermínio Araújo Mendes Sobreiro em substituição da Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não esteve presente o Senhor Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia. -----

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à votação, **foi** a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por se encontrarem ausentes da sala, os Senhores: Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD) e os Presidentes das Uniões de Freguesias Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 01/2023 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2023

--- Submetida à apreciação a **Ata n.º 01/2023 de 06 de fevereiro de 2023**, previamente enviada a todos os Membros Municipais convocados, foram intervenientes os seguintes membros municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu que, “no âmbito do ponto 2.4 desta ata (*“Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Prorrogação do Prazo para a transferência de competências estabelecidas pelo DL n.º 55/2020, de 12 de agosto – Descentralização no domínio da Ação Social – Acordo Setorial de compromisso entre o Governo e a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses”*), constatamos que houve uma intervenção do Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, na qualidade de representante do grupo municipal do PS, quando, dos documentos que estão junto desta proposta, o Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, enquanto assessor da Câmara, teve intervenção no procedimento. Consta nomeadamente do EDOC a intervenção do Senhor Hélio Fazendeiro no procedimento prévio de aprovação na Câmara, o que coloca em causa a validade da intervenção dele. Tendo intervindo previamente, não pode intervir nem na discussão, nem na votação. Tal, nos termos do nosso Regimento e nos termos da Lei, implica que haja um impedimento de participar na discussão e na deliberação nesta Assembleia. -----

Interveio na discussão necessariamente e na votação, pelos vistos, também consta como votou favoravelmente e isto coloca em causa a validade da deliberação e sugiro se não seria melhor alterar a ata no sentido de o Senhor Hélio se mostrar impedido de participar nesta votação para salvaguardar a validade da deliberação.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** esclareceu que “não é a primeira vez nesta Assembleia Municipal que exerço e evoco a circunstância legal de impedimento porque assim o considero. ---

Neste ponto, não é o caso. Como podem ver na distribuição de que fala o Senhor Deputado João Bernardo, a minha intervenção – na qualidade de Chefe do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara – é meramente administrativa, no sentido de encaminhar o assunto de um lado para o outro. Portanto, não tenho nenhuma intervenção direta, quer na substância quer na tipologia do assunto. -----

A minha opinião, interpretação e entendimento sobre o meu impedimento de votar assuntos nesta Assembleia, é de que estarei impedido de votar assuntos que são tratados diretamente por mim no Município da Covilhã em nome do Senhor Presidente. -----

Foi assim que aconteceu, por exemplo, na questão da Mobilidade, em cuja votação não participei exatamente porque, em nome do Senhor Presidente e de acordo com o seu despacho, tratei internamente os procedimentos relativos a este assunto e, sempre que isso acontece, declaro-me impedido e não participo na votação. -----

Não sou jurista. O Senhor Deputado é jurista e poderá ter outra interpretação, mas a leitura que faço é que querer-se esta manifestação de impedimento em tudo aquilo que seja um ato administrativo relacionado com a Câmara Municipal é querer enviar e alterar aquilo que é a interpretação jurídica recorrente e que já foi feita por várias comissões de coordenação e por vários juristas de que não há impedimento na acumulação de funções entre os membros do gabinete da presidência da Câmara e o exercício do cargo eleito de deputado municipal. -----

Não faria muito sentido que, sempre que um assunto é tratado administrativamente, se tivesse que invocar impedimento de o votar pelo facto de se fazer parte de um gabinete de apoio do Presidente de Câmara, que é compatível com o cargo de deputado. -----

Tenho, em consciência, manifestado o meu impedimento na votação de assuntos nos quais considero que estou, efetivamente, impedido de votar, pela circunstância de os ter tratado diretamente na Câmara Municipal. Este não é o caso. Aqui, trata-se de um processo administrativo normal num processo do EDOC em que o Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara encaminha um assunto ao Senhor Presidente da Câmara, recomendando o seu agendamento, de acordo com o parecer técnico dos serviços e o parecer da Senhora Vereadora do pelouro. -----

Portanto, neste caso, não considero que esteja impedido de votar este ponto. Sempre que me considere impedido, pelas razões que já explanei, vou continuar a fazê-lo, tal como o tenho feito.

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** evocou “o Regimento da Assembleia para este efeito porque o artigo 60.º do atual Regimento em vigor e que tem também correspondência na Lei das Autarquias Locais diz expressamente que *“Nenhum Membro da Assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em acto ou contrato de direito público ou privado do respectivo Município, nos casos previstos do artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.”* -----

A Lei não distingue, nem cabe ao próprio decidir quais é que são os procedimentos em que ele pode ou não intervir, que pode ou não decidir. Isto é uma questão legal. -----

Que existe esta confusão há muito tempo já sabemos. Agora, não é ao próprio que cabe decidir quais é que são os procedimentos que acha que devem ser feitos. Isto é uma questão legal. E a questão legal é: a partir do momento em que intervém no procedimento na parte da aprovação na Câmara, a que título seja, o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro tem conhecimento prévio e faz parte do processo de decisão na Câmara Municipal, o que o impede de participar na discussão e na votação nesta Assembleia, porque não pode exercer as duas funções ao mesmo tempo. -----

Esta confissão que aqui acabámos de ouvir é, de facto, algo que já constatamos há muito tempo. Aliás, eu próprio fiz questão de o ressaltar na última Assembleia. -----

Se se mantiver esta redação, sou obrigado a requerer que isto seja colocado à CCDR para efeitos de apreciação da validade desta deliberação o que, em meu entender, põe em causa a vida e o funcionamento do Município por se tratar de uma deliberação fundamental deste Município e, portanto, acho que devemos salvaguardá-la em qualquer circunstância e por isso levantei a questão.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** referiu que “vamos pedir parecer e pode-se pedir até, de facto, o parecer à CCDR. -----

No caso em concreto, adiantou “não alterar o sentido da votação porque a votação foi feita sem qualquer margem de dúvida.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** alertou que “põe em causa a validade de toda a deliberação. A participação de um membro que não pode participar na deliberação coloca em causa a validade de toda a deliberação e é por essa razão que estou a levantar a questão.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** voltou a referir que iriam solicitar “parecer jurídico e pedimos também o parecer à CCDR. Na próxima reunião falaremos sobre o assunto.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal “se algo decorrente dessa deliberação foi já aplicado até agora ou não. Se sim, é outra questão. Se não, o que acho que se pode fazer, e fica aqui sugestão ao Senhor Presidente da Assembleia, é: o Senhor Presidente tem o poder de propor a introdução de pontos na ordem de trabalhos desta Assembleia e, se o órgão assim o aprovar, podemos voltar novamente ao ponto porque, se é verdade o que aqui foi dito, e há argumentos que me parecem válidos, independentemente da discussão (e já nem estou a falar da deliberação), a própria discussão pode pôr em causa a nulidade (creio que é este o termo) da deliberação. -----

Portanto, podemos votá-la novamente hoje e, assim, salvaguarda-se o interesse do Município e da execução da deliberação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** informou que, “relativamente à execução dessa deliberação, independentemente disso (e é a minha mera opinião), o facto de o Senhor Deputado, Eng.º Hélio Fazendeiro, ser Chefe do Gabinete do Presidente da Câmara não é impeditivo e há pareceres sobre isso que foram solicitados, e que são do vosso conhecimento. ---

Sendo ele Chefe do Gabinete, obviamente que tem conhecimento, pelo menos teoricamente, de todos os assuntos que vêm aqui. Na qualidade de Chefe do Gabinete, emite a sua opinião, acompanha o dossier, solicita pareceres técnicos, etc. Ele não é um decisor. É um assessor do Presidente da Câmara e, portanto, não está a interferir com a sua função de Deputado Municipal.

Aliás, tanto assim é que a eminente jurista da CCDR, por todos unanimemente reconhecida como alguém com créditos firmados nesse domínio, que conta com quase 50 anos de experiência, emitiu o parecer que emitiu. -----

Por essa ordem de ideias, estavam todos impedidos de participar onde quer que seja: o Chefe do Gabinete, o Adjunto (que é membro da Mesa e que também acompanha e participa nos assuntos) ... Esta é uma questão política e não uma questão jurídica. Com o devido respeito, não tem relevância absolutamente nenhuma. -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** sugeriu que, “no sentido de evitarmos mais discussões, fizessem esse pedido de parecer que o Senhor Presidente há bocado falou e que se retirasse este ponto da ordem de trabalhos para que esta ata fosse votada na próxima Assembleia já em conformidade com os pareceres que vierem dos órgãos competentes, que não são dos próprios. É que estou aqui a ouvir que seriam os próprios a emitir parecer sobre a sua própria atuação! Se calhar é melhor pedir parecer aos juristas da Câmara e aos juristas da CCDR para saber se existe ou não algum impedimento e qual é que é a consequência para este efeito e, assim, na próxima sessão votaríamos todos salvaguardados na ata para não haver problemas.” -----

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** concluiu a discussão deste ponto, dizendo que iriam pedir parecer e que a ata seria votada na presente sessão. -----

Colocada à votação, a **Ata n.º 01/2023 de 06 de fevereiro de 2023 foi aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesia(s)), 04 abstenções (PPD/PSD) e 2 votos contra (CDS-PP).** -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Membros Municipais: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP), Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Hermínio Araújo Mendes Sobreiro (Sobral de São Miguel), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

Não votou, por se encontrar ausente da sala, o Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Foi feita a seguinte **Declaração de Voto**: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Justificar o voto contra nesta ata pelos motivos explanados anteriormente, salvaguardando que não poderei votar em consciência algo que considero que pode colocar em causa a validade da deliberação e da ata. -----

Portanto, nesse sentido, teremos que votar contra.”-----

- Relativamente aos membros municipais impedidos de votar na ata, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor **Presidente da União das Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Pedro Nuno Cunha Leitão**, pediu o seguinte esclarecimento: -----

“O meu lugar não é de eleição direta. Quem está aqui é a Junta de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e, não tendo estado na última Assembleia Municipal, estive representado. -----

Queria saber, tendo conhecimento dos trabalhos, se nesta situação, não tendo estado na última, mas estando representado, posso votar ou não. -----

No caso de Presidentes da Junta, considero que deviam poder votar uma vez que quem tem assento nesta Assembleia é a Junta de Freguesia e não o Presidente.” -----

1.2 - TOMADA DE CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Senhor Prof. Doutor João Carlos Correia Leitão a agradecer o Voto de Louvor aprovado na Assembleia Municipal da Covilhã de 06/02/2023; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da “Moção sobre o Plano Ferroviário Nacional”; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção da Moção Acessibilidades na Serra da Estrela; -----
- Email do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da “Moção sobre o Plano Ferroviário Nacional”; -----
- Email do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção Acessibilidades na Serra da Estrela; -----
- Email do Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso; -----
- Email do Senhor José Pedro Dias - HealthWay a agradecer o Voto de Louvor aprovado na Assembleia Municipal da Covilhã em 06/02/2023; -----
- Email da Casa Civil do Senhor Presidente da República a acusar a receção da “Moção sobre o Plano Ferroviário Nacional”; -----

- Email do Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território a acusar a receção da Moção a favor da decisão de um aeroporto para um processo de desenvolvimento territorial mais harmonioso; -----
- Email do Senhor Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD a remeter Projeto de Lei apresentado pelo PSD que “Define o regime de comparticipação do Estado nos tratamentos termais”; -----
- Email do Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território a acusar a receção da “Moção sobre o Plano Ferroviário Nacional”; -----
- Ofício n.º RP-RI/2023/24 das Infraestruturas de Portugal a acusar a receção da Moção sobre o Plano Ferroviário Nacional; -----
- Email da Casa Civil do Senhor Presidente da República a acusar a receção da Moção Acessibilidades na Serra da Estrela. -----

1.3 - INTERVENÇÕES

LÍDERES DE BANCADA

--- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“O Governo aprovou, esta passada quinta-feira, uma proposta de Lei que prevê a criação de um Tribunal Central, Administrativo e Fiscal em Castelo Branco que estará em funcionamento o mais rapidamente possível, anunciou a Senhora Ministra da Justiça Catarina Sarmento e Castro, após o Conselho de Ministros. -----

A governante referiu que já está identificado o local onde pode funcionar o novo Tribunal de 2.ª Instância da área administrativa e fiscal, que vai ter 16 Juizes Desembargadores ao serviço. -----

As palavras da Senhora Ministra: *“É uma medida que visa não só descongestionar os tribunais superiores na jurisdição administrativa e fiscal, como é simultaneamente uma medida de coesão territorial”*, referindo que *“esta jurisdição vai ter mais magistrados para fortalecer esta instância onde agora as pendências se encontram de forma mais pesada”*. -----

Já na anterior Assembleia Municipal falei neste assunto e vou voltar a fazê-lo porque dá-me a sensação que não teve eco, nem mesmo na Comunicação Social aqui sempre presente. -----

A coesão territorial não pode ser um chavão que se utiliza única e exclusivamente quando permite parangonas. Tem que ser implementada no terreno; tem que ser sentida pelas populações. -----

Mais uma vez, refiro que continua a ser lamentável que as grandes causas civis e penais do nosso distrito continuem a ser julgadas apenas e só em Castelo Branco. E, mais uma vez, quando chegamos ao Tribunal da sede de distrito, deparamo-nos invariavelmente com cidadãos e

profissionais do foro da Covilhã e do Fundão que para aí têm que se deslocar para ver solucionados os seus direitos que reclamam na via judicial, com os acrescidos custos que tudo isso tem (que naturalmente já não são poucos), a que se somam inclusivamente as tão famigeradas portagens., sendo que os factos se passaram e que são apenas e só e à sua população dizem respeito e apenas se passam ou na Covilhã ou no Fundão. -----

Há direitos que, se antes nos foram retirados, nos devem ser devolvidos, dando assim utilidade aos famigerados investimentos de remodelação efetuado em ambos os tribunais de ambas as cidades. -----

Revolta-me sempre e fico com a sensação que regredimos em termos civilizacionais. Parece-me que voltámos ao tempo do beija-mão e lá vamos nós à capital de distrito como cordeirinhos e sem fazer muito barulho. -----

Cada vez mais existe centralidade universitária na nossa UBI. Ouvimos o Senhor Reitor pugnar e reclamar por um curso de Direito que permita exponenciar a Universidade a todos os patamares, nomeadamente a atingir o número dos 10 mil alunos. -----

Então, tenhamos a coragem de pedir contrapartidas. E, se Castelo Branco fica com o Tribunal Central Administrativo, que a coesão territorial devolva à Covilhã e ao Fundão as grandes instâncias cíveis e penais.” -----

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.01)** -----

“Sobre a transferência de competências na Área Social -----

O ponto de situação confirma a natureza e consequências do processo, em particular nos domínios que atingem funções sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social), comprometendo a sua universalidade e qualidade. -----

Não se trata só, como assinalamos, de uma falsa descentralização e de uma transferência de encargos. O que se configura é um processo que se caracteriza por uma mera delegação de competências, subfinanciada e tutelada, transformando as autarquias em tesouraria de ministérios, numa clara violação da autonomia administrativa e financeira. -----

As exigências de reportes, absurdos e irrealizáveis, para confirmar e controlar gastos nas áreas de competência transferidas, são apenas a expressão mais visível deste processo. -----

A 3 de Abril foi transferida para o universo dos municípios a competência na área social, culminando impositivamente um percurso em que parte significativa das autarquias foram adiando a sua assumpção prevista para Janeiro de 2019. -----

Passa a ser competência do município: -----

- Atendimento, informação e orientação de cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação e respectivo encaminhamento, caso se justifique; -----

- Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social; -----

- Avaliação e diagnóstico social, com a participação dos próprios; -----

- Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, tomando como referencial o previsto no Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, no respeito pela autonomia do poder local; -----

- Planeamento e organização da intervenção social; -----

- Contratualização no âmbito da intervenção social; -----

- Coordenação e avaliação da execução das acções contratualizadas. -----

Esta área comporta, para lá dos problemas já comprovados na Educação, complexidade e sensibilidade acrescidas, quer pela degradação da situação social e das dificuldades que dela decorrem; -----

quer das pressões já sinalizadas a partir de instituições que exercem algumas destas competências protocoladas com a Segurança Social na base de acordos com mais de uma década sem atualização; -----

quer, ainda, das eventuais derivas assistencialistas, populistas e demagógicas na atribuição dos chamados subsídios eventuais. -----

Uma transferência que se insere na desconfiguração das funções sociais do Estado e das competências próprias das autarquias, que põe a nu a progressiva desresponsabilização do Estado com a fragilização dos serviços de Segurança Social (em número de serviços, trabalhadores, proximidade e acompanhamento); -----

Uma transferência que agravará desigualdades territoriais decorrentes das distintas capacidades de cada autarquia comprometendo o acesso à protecção social e a garantia de um serviço público, acessível, universal e de qualidade. -----

Estamos na presença de uma transferência atabalhoada, com escassa ou nula informação indispensável ao seu exercício, baseada em rácios e financiamento sub-avaliados, em que sobressaem: -----

- a evidente não correspondência dos recursos necessários com a desconsideração de encargos logísticos e administrativos; -----

- as inconformidades de que o processo e condições de transferência padece, a par dos encargos que colocam em causa a sua sustentabilidade financeira (para lá de outros, onde e de que forma serão inscritos e assegurados os recursos financeiros para os apoios eventuais – pecuniários); -----

- a insuficiência de informação objectiva para concretizar a previsão de despesas, os valores identificados pelos protocolos com as instituições não correspondem aos transmitidos aos municípios; -----

- o desconhecimento da avaliação pelo Estado Central da execução das medidas de RSI e SAAS e nomeadamente, recomendações e melhorias (incluindo as executadas pelas instituições); -----

- a manifesta desadequação do rácio de técnicos considerado. -----

- a ausência de publicação do Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social que corresponderá ao colocado no Acordo com a Associação Nacional de Municípios, na base dos dados de 2021; -----

- a exigência de ser claro o mecanismo de actualização das verbas a transferir para a Câmara Municipal no decurso deste processo, assim como o cronograma da transferência das mesmas e a sua celeridade; -----

- a ausência de conhecimento sobre a interrelação e integração destas medidas com outros apoios a definir centralmente (por exemplo: Centro Comunitários e Centro de Convívio, Gabinetes de Apoio à Vítima – rede nacional, etc...). -----

Face à complexidade da Área Social, assim como na Educação e Saúde, torna-se necessário, para um acompanhamento da Assembleia Municipal, a apresentação pelo Executivo do Plano de Ação Anual para cada Área e Relatórios Periódicos, Intercalares (à semelhança do que nos foi enviado pela divisão da ação social e saúde), identificando: -----

- a) A estrutura organizacional e recursos humanos mobilizados e a recrutar -----
- b) As parcerias a implementar e implementadas -----
- c) As ações e objetivos que se pretendem atingir e atingidos -----
- d) Os recursos financeiros alocados e respetivas fontes de financiamento -----
- e) Os regulamentos que permitem a atribuição de subsídios eventuais nas diferentes valências da ação social.” -----

--- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez uma “apreciação geral e uma apreciação específica do Concelho da Covilhã. -----

Sobre a situação política nacional e sobre o estado de calamidade que se tem verificado na administração deste Governo de maioria socialista nos últimos meses, com os sucessivos casos e interferências na administração das empresas públicas, e o Governo “a assobiar para o lado”, apetece-me dizer “socorro. Tirem-me daqui!” porque, de facto, este é o estado em que o nosso país está. É um estado de desgraça total, de descrédito total do que são instituições que supostamente nos deveriam governar, que deveriam dar o exemplo e que deveriam fazer com que acreditássemos que valia a pena viver neste país. -----

Na Covilhã, vivemos isto há 10 anos. Esta desgraça governativa, da forma como são administradas as empresas municipais, graças a Deus que não temos inquéritos municipais desta Assembleia ou de outra matéria às empresas municipais. Aquilo que acabámos de assistir aqui da sucessiva nomeação, das confusões de funções, de acumular, de acharem que podem fazer tudo, ... na

Covilhã estamos mal-habitados assim há 10 anos. É assim que somos governados em maioria há 10 anos. -----

É, no mínimo, grotesco aquilo que se está a assistir na Covilhã quando chegamos ao ponto, como fomos informados finalmente 8 meses sobre um pedido de informação à Câmara, de como se consegue achar normal que, se não se elege um vereador, contrata-se! É esta a democracia que temos na Covilhã! -----

A Câmara, em junho de 2022, decidiu num prazo record de, em 24 horas, propor, deliberar e assinar no dia a seguir um contrato de cedência de interesse público para assessor do Senhor Presidente da Câmara do Senhor ex-vereador Jorge Afonso Gomes. O procedimento no EDOC começou no dia 29/06/2022 às 16:42 horas e termina com a aprovação no dia 30/06/2022 às 11:42 horas. Se a Câmara fosse expedita noutras circunstâncias, éramos, de facto, um município exemplar! -----

As perguntas que se colocam sobre esta contratação e faço-o preocupado com a honorabilidade dos próprios porque a documentação que foi enviada ao Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS – Partido Popular, para além do contrato que é repetido 3 ou 4 vezes: -----

- Falta-nos a informação que justifica o fundamento da contratação que estamos a falar. Não existe. São referidas algumas condições, questões e necessidades gerais no próprio contrato que foi assinado no dia 06. Mas, o fundamento para a decisão administrativa da Câmara não existe; -----
- Viemos a saber agora recentemente (e foi feito em julho do ano passado), do Despacho de atribuição de funções ao novo assessor, com o conteúdo funcional desta contratação, que foi apenas publicado só agora em março de 2023. Foi contratado em julho e foi só publicado em março; -----
- Para que se possa salvaguardar a honorabilidade dos próprios, temos como único documento que fundamenta a retribuição mensal de 3.338,13€, que foi aplicada a esta cedência ou requisição de interesse público de uma empresa privada à Câmara Municipal, um único recibo de vencimento da empresa de onde vem este assessor (de maio de 2022, mês anterior àquele em que foi deliberada esta requisição).

A pergunta que faço é se não se deveria, para salvaguardar o interesse público e a transparência da contratação desta pessoa, pedir os rendimentos pelo menos do último ano para saber se, de facto, o rendimento desta pessoa era o mesmo desde as eleições em que não foi eleito ou anterior às eleições em que não foi eleito e depois quando é contratado para a Câmara vai receber este valor que é um ordenado superior ao do Senhor Presidente da Câmara – se não é, está lá perto?! -----

Este é o estado político desta Câmara e desta maioria e achamos todos normal isto! É pior do que o outro Deputado que convoca a Senhora Presidente CEO da TAP! É o seguidismo cego e absurdo que andamos aqui a viver! E acho bem que alguém tome conta disto porque não se consegue descer mais baixo! É preciso salvaguardar os próprios; é preciso salvaguardar quem se dispõe a trabalhar na Câmara.” -----

--- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando uma palavra de “solidariedade para com a população de Unhais da Serra, em primeiro lugar, e, em segundo, como estou certo que também será aqui falado, para o New Hand Lab, o Sporting Clube da Covilhã e a Associação Desportiva da Estação, a Capelania do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira, o Rancho Folclórico da Boidobra e para a Covilhã em geral, porque alguns daqueles históricos destas instituições e da cidade que nos deixaram, deixaram também uma marca em todo o concelho e na cidade. -----

Alguém sabe o que é a “Alegoria da Salada”? -----

A “Alegoria da Salada” é a representação de como uma pessoa que não tem todas as qualidades ou propriedades pode compor uma salada sem as ter. Ora, imagine-se que um senhor tem um quintal onde produz alface, mas para fazer a salada precisa de, pelo menos, tomates e talvez de cebolas. Portanto, pede ao vizinho que, do seu quintal, lhe dê os tomates em troca de alface e o outro a cebola que, por sua vez, recebe em troca. Mas, como nem toda a gente gosta de cebola, vamos ficar pela alface e pelos tomates. -----

Em 2015, António Costa chega ao Governo junto dos seus alfacinhas e já tinha os tomates lá. Estávamos em contexto de crescimento económico internacional, tinha sido ultrapassado o memorando de entendimento com a Troika, o défice estava em mínimos históricos até então. Juntou a alface, distribuiu a salada pelos que frequentam o quintal e conseguiu sucesso, como se viu até do ponto de vista eleitoral 4 anos depois. -----

No entanto, todo este tempo passado e no 3.º mandato acabou o stock de tomates porque não produzia e já acabaram aqueles que lhes tinham deixado e não se faz uma salada só com alface. –

O mesmo acontece aqui na Covilhã, como já foi aqui dito anteriormente. Na última década, à pouca obra, perdão, à pouca salada feita foi juntando alface aos tomates que os outros deixaram. Escusaram-se ao longo desta década na dívida, perdão, na cebola, porque gostam de uma salada simples. -----

O problema é que a redução de cebola de pouco vale porque as pessoas não comem passivo, não põem dívida na mesa e não conduzem em cima de folhas de excel! -----

Durante 10 anos, foi aqui aplicada uma política de austeridade, quando na oposição tanto se criticou, apesar de num contexto inegavelmente diferente, e transitam-se excessos sucessivos de alface de ano para ano. Quem sabe, para aproveitar e aplicar essa alface sobrança num período de campanha eleitoral futura para evitar que algum outro possa vir aqui para o quintal do burgo e descobrir alguma planta escondida que não quer que se saiba. -----

Mas, a verdade é que se tem alface na Covilhã, mas não se tem os tomates para compor a salada que a Covilhã merecia. -----

Um recente estudo, ainda agora divulgado, demonstra que a Covilhã está entre os municípios com menor taxa de satisfação dos seus municípios. Porquê? Vejam-se alguns exemplos: -----

- O Teatro Municipal da Covilhã teve as obras adiadas e mais um milhão de euros; -----
- Vemos a diferença do valor inicial da Escola Frei Heitor Pinto para o valor final; -----

- Temos 21 obras vencedoras do Orçamento Participativo que ainda esperam a sua execução; -----
- Anuncia-se um pacote de habitação, mas cobraram-se rendas excessivas e a Câmara Municipal da Covilhã nem sabe: 1) que fazer ao seu património devoluto; 2) quantas casas na realidade detém; -----
- Em 2021, foi-nos prometida uma piscina coberta. Não sei onde está; -----
- Em 2021, foi-nos proposto também um pavilhão multiusos. Todos o conhecemos!
- Foi já investido um milhão no INATEL que, como se sabe, o funcionamento também é público; -----
- Em 2020, foi-nos também prometido um investimento de milhões e estou a citar “*que vai criar centenas de postos de trabalho.*” Todos o vemos, não vemos? -----
- Também foi prometido um novo lar, um investimento de 10 milhões, e que vai criar 60 postos de trabalho. Ainda aguardamos que entre em funções; -----
- Foi-nos prometido, e vou citar novamente, “*resgatar à AdC, para domínio público, mesmo que tenha que ser à força.*” 10 anos não chegaram para isto. Em 10 anos continuamos agora com 9 milhões de euros de dívida à AdC de indemnizações compensatórias por pagar e que, aliás, diga-se a título de curiosidade que a AdC está ilegal porque a Lei 50/2012 proíbe as relações indiretas entre empresas e a ICOVI não pode ter qualquer participação da AdC;
- Para finalizar, as ciclovias da Covilhã são tão utilizadas que estragaram a fertilidade deste quintal. Perdemos área urbanizável e transforma-se a Covilhã gradualmente numa aldeia rural. -----

Mas temos lucro. O que significa, portanto, que há forma de arranjar tomates para compor a salada. É preciso é querer investir neles. -----

Saiu agora recentemente, creio que na semana passada, uma bateria de anúncios do Partido Socialista para as freguesias e o concelho – uma nova bateria de anúncios diferente desta que agora citei. É desta. É desta mesmo que vai ser aplicado. Será que é agora mesmo que arranjam os tomates para compor a salada?! Com tanta promessa de salada ainda apanhamos uma indigestão!” -----

--- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, relembrou que “faz este mês, no dia 30 de abril, 37 anos que a Universidade da Beira Interior foi fundada, perfazendo 50 anos da fundação do Instituto Politécnico da Covilhã. -----

Não querendo, naturalmente, dar os parabéns antecipados - os mais supersticiosos dizem que dá azar -, não podia deixar de utilizar esta Assembleia e este palco para saudar e felicitar uma das instituições mais pujantes da nossa cidade e da nossa região, que tem sido uma âncora de desenvolvimento. -----

Esta instituição, fundada para dar resposta (em termos de formação técnica) às necessidades, sobretudo da indústria têxtil, começou com 143 alunos em 1975 na Engenharia Têxtil e na Administração e Contabilidade, tendo sido presidida notavelmente (não só o Instituto Politécnico da Covilhã, mas também, posteriormente, a Universidade da Beira Interior) pelo saudoso Doutor Duarte Simões, a quem muito devemos e que aqui aproveito para homenagear. -----

A Universidade tem hoje quase 10 mil alunos (mais de 9 mil alunos inscritos nos vários graus de ensino, dos quais mais de 2 mil alunos são estrangeiros) e é hoje uma importante instituição do concelho, um foco de desenvolvimento, de inovação, de atração de talento e, portanto, quero - creio que em nome de toda a Assembleia - saudar a Universidade da Beira Interior e os seus dirigentes. -----

Quero também manifestar e reiterar toda a disponibilidade da Câmara Municipal, e, seguramente, desta Assembleia, para pugnarmos por uma Universidade mais forte, mais pujante e mais capaz para continuar o desenvolvimento do nosso território. -----

Deixar também uma nota de saudação ao *Notícias da Covilhã*. O *Notícias da Covilhã*, que recentemente teve um período de interrupção naquilo que é a sua publicação escrita, é um jornal centenário, um importante meio de comunicação da nossa região e a comunicação social e a imprensa regional credível, livre e isenta é sempre bem-vinda, seja ela onde for. É um orgulho para a Covilhã ter novamente o *Notícias da Covilhã*. -----

Na estampa, não posso deixar de destacar o papel da Câmara Municipal que, do meu ponto de vista, contribuiu positivamente para este desfecho, uma vez que assegurou que o espólio e o histórico do *Notícias da Covilhã* ficassem salvaguardados no domínio público e, tanto quanto nos é possível saber, esse foi um contributo importante para que fosse possível o *Notícias da Covilhã* continuar a ser publicado. Quero, por isso, desejar longa vida ao *Notícias da Covilhã* em particular e a toda a comunicação social regional em geral. -----

Depois, quero destacar os prémios que a Lobby Productions recebeu nos prémios lusófonos da criatividade. Com 7 distinções, a Lobby Productions é uma importante empresa da área da criatividade, do audiovisual do nosso território e da Covilhã e, mais uma vez, recebeu um conjunto de prémios nos concursos a que se apresenta. Já destacámos esse papel várias vezes nesta Assembleia, e quero, uma vez mais, felicitar e parabenizar a Lobby Productions. -----

Quero também lembrar e felicitar a empresa Mepisurfaces, que comemorou há alguns dias 10 anos, com a inauguração de novas instalações na Zona Industrial do Tortosendo. A Mepisurfaces é uma empresa que começou com pouco mais de uma dezena de trabalhadores e que tem hoje mais de 400. É um bom exemplo daquilo que tem sido o dinamismo empresarial, daquilo que tem sido o apoio que o Executivo Municipal e que a Covilhã tem dado a esta e a outras empresas para crescerem, para se afirmarem e para se agigantarem no mercado global. -----

Aquilo que era uma empresa pequena, é hoje uma empresa que emprega centenas de postos de trabalho no nosso concelho e é um bom exemplo daquilo que é o dinamismo empresarial (esta e outras empresas). Isto diz muito daquilo que é hoje a liderança do sector privado que a Covilhã continua a ter no panorama regional, contra a vontade ou apreciação de alguns. -----

A Covilhã continua a ser uma cidade, um concelho desenvolvido: basta andar pelas ruas da nossa cidade para perceber o dinamismo do sector privado; basta tentar marcar uma mesa num dos restaurantes da nossa cidade para saber o difícil que é hoje conseguir-se jantar ou almoçar fora, e não é por falta de oferta de restaurantes, é exatamente pelo facto de estarem cheios, de termos muita gente a visitar-nos. -----

E isso não acontece, Senhores Deputados da Oposição - por muito que vos custe -, pela falta de dinamismo do nosso concelho e pela falta de atratividade do nosso concelho. Isso acontece porque a Covilhã é uma cidade reconhecida, é uma cidade com qualidade de vida, é uma cidade onde faz sentido viver, investir e trabalhar.”. -----

INTERVENÇÕES / MOÇÃO / VOTOS DE PESAR E DE LOUVOR

--- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.02)** -----

“A DECADÊNCIA INEVITÁVEL -----

A democracia dá-nos a possibilidade de sermos eleitos para defender políticas ou projetos que entendemos serem a melhor resposta às aspirações das nossas populações. É esse o motivo que nos faz estar aqui, cada um a representar o seu papel, a sua responsabilidade de representar eleitores. -----

Se de um lado estão os eleitos escolhidos para implementar as suas propostas, do outro estão os eleitos para fiscalizar as decisões, o bem público e o que é feito dele. -----

10 anos de mandato já nos dão uma triste imagem da realidade. -----

*Eis então o retrato da **inevitável decadência** onde todos os números nos levam às inevitáveis conclusões:*

- *De 51.000 habitantes, perdemos 6.500, e o número chegará a 10.000 em 2030* -----
- *Porque tínhamos 6.000 jovens até aos 15 anos em 2011, e hoje temos 4.500* -----
- *Porque tínhamos 33.000 cidadãos em idade ativa, e hoje temos 28.000* -----
- *Porque tínhamos 9.500 jovens no ensino básico e secundário, e hoje são apenas 6.000* ----
- *Porque vamos perder mais 400 ha urbanizáveis, porque a população diminuiu* -----

Mas porquê negar esta decadente realidade? -----

Mas porquê apenas encarar estes números como inevitáveis? -----

Inevitável porque os escolhidos para governar respondem a tudo isto como a simples inevitabilidade: -----

- *As escolas e as creches fecham porque é inevitável, nascem menos crianças -----*
- *O comércio fecha porque é inevitável, há menos fregueses -----*
- *As farmácias que, antes tínhamos abertas de serviço, agora fecham à noite porque é inevitável -----*
- *As freguesias choram de vazias, porque os mais velhos inevitavelmente vão morrendo ----*
- *Os quadros aqui formados vão embora, porque é inevitável, não há qui emprego qualificado*
- *Os jovens do concelho vão embora, porque sonhar é inevitável, e ninguém fica numa terra sem futuro -----*

Mas como negar estes números? -----

Eles são públicos!!! -----

Contrariar tendências, inverter o rumo, mobilizar populações para estratégias de futuro seria o caminho inevitável para quem foi eleito para governar a cidade, mas apenas temos o inevitável destino, porque somos tragicamente do interior! -----

Passam a vida com a regionalização na boca, mas votam contra a descentralização de serviços. --

Seria inevitável que a pequena Amália chegasse a costureira, mas foi grande e chegou aos palcos do mundo! -----

Seria inevitável que um Cristiano nascido no Funchal chegasse a contramestre de um barco de pesca, mas optou por ser mestre no topo do mundo! -----

Mas até aqui tão perto: -----

Seria inevitável que uma Universidade com Interior no nome fosse preterida anualmente nas escolhas dos jovens, mas optou por se fazer exterior, e cresce a olhos vistos! -----

Decadente é o nosso futuro quando apenas nos desculpamos com o inevitável... -----

- *O pavilhão desportivo do INATEL, que aos anos que é pró ano! -----*
- *As bicicletas que não andam nem ninguém sabe onde param -----*
- *A máquina comprada para fazer batalha aos buracos, mas que já perdeu a guerra -----*
- *A comissão de incêndios que nunca reuniu, porque já se sabe que a culpa foi do helicóptero*
- *Os prometidos empregos que não vêm, porque prometidas empresas vão para o território vizinho! -----*
- *Os PDMs que se adiam por falta de estratégia e nos obrigam a olhar para 2030 com menos 3.500 habitantes! -----*
- *O turismo que avança em contraciclo devido ao esforço dos privados, mas é abandonado pelo poder público, basta ver as Penhas da Saúde – onde não há sequer saneamento básico em metade dos edifícios e a eletricidade falha constantemente! -----*

Mas é esta também a responsabilidade que a democracia nos dá, que a minha responsabilidade de eleito me obriga a não estar calado! -----

Não Sr. Presidente, não nos resignamos a esta tragédia grega em que tudo é justificado pelo inevitável destino, e fazemos de ano para ano a catarse da desgraça. -----

800 anos de história não permitem ombros caídos, não aceitam projetos esquecidos, não toleram futuro adiado! -----

O passado dá-nos a garantia que a Covilhã dará a volta por cima, que negará com coragem esta decadência, porque sempre soube reagir no tempo certo, e porque todos sabemos que dos fracós não rezará a história! -----

É urgente porque temos outras escolhas e porque, JUNTOS, temos tudo para ser exemplo de FUTURO, com orgulho do passado, e porque a mudança é cada dia mais INEVITÁVEL!” -----

--- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.03)** -----

“Mais uma vez trago a esta Assembleia um assunto que o Governo teima em não resolver, ignorando os problemas das populações do interior e faltando à verdade com promessas eleitorais.

Como referi aqui na última Assembleia, no âmbito do “Governo Mais Próximo em Castelo Branco” que decorreu nos dias 25 e 26 de janeiro último, fomos informados pela Sra. Ministra da Coesão Territorial que o Governo iria esclarecer “de uma vez por todas” que posição tinha “relativamente às portagens no interior e na A22” até à próxima reunião com os responsáveis da Plataforma P’la Reposição das SCUT A23 e A25, marcada para 15 de fevereiro. -----

Entretanto fomos mais uma vez esquecidos e ignorados, pois tal reunião não se realizou, nem o governo esclareceu a sua posição como tinha prometido que o faria a 15 de fevereiro. -----

Como não bastasse todo este enredo de fugir às promessas eleitorais e compromissos públicos, no dia 24 de fevereiro deste ano, em plenário da Assembleia da República, o Partido Socialista chumbou todos os diplomas apresentados que visavam reduzir ou eliminar o pagamento de portagens nas antigas SCUT. -----

O governo desde este último chumbo deixou de falar nas portagens, é caso para perguntar se entende que o assunto está resolvido ou se o mesmo foi retirado da agenda política. -----

A Plataforma P’la Reposição das SCUT A23 e A25 vem em comunicado anunciar que está na disposição de no dia 20 de maio, levar uma embaixada da Beira Interior a Lisboa e que várias autarquias já se disponibilizaram para suportar os custos com os transportes para Lisboa e outras estão a ponderar fazer o mesmo. -----

Sr. Presidente Dr. Victor Pereira, o Senhor em outubro de 2012 e na qualidade de Vereador e passo a citar “apresentou uma moção no sentido de a Câmara manifestar publicamente veemente protesto e desagrado pelo fim do sistema de isenção de portagens nas A23 e A25, e defender a sua manutenção enquanto a região nas atingir os índices de desenvolvimento socioeconómico do litoral, posição a enviar ao Senhor Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia

da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República” fim de citação. -----

Pelo exposto vai a autarquia da Covilhã também ajudar a suportar os custos com os transportes para Lisboa ou o Sr. Dr. Victor Pereira agora na qualidade de Presidente de Câmara entende que os pressupostos da moção apresentada enquanto vereador em 2012 já não são válidos? -----

Disse” -----

--- **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.04)** -----

“Nos tempos mais recentes, tem sido notório o aumento da circulação de migrantes na região da Covilhã. Não é de estranhar, se tivermos em consideração que Portugal é visto, no quadro internacional, como um país exemplar na forma como aborda as migrações, que conta com décadas de políticas públicas no sentido de responder a este desafio de forma participada, descentralizada e inclusiva e que tem uma sociedade tolerante e acolhedora. -----

Estamos cientes de que o Município da Covilhã tem estado atento a situações de emergência resultantes de situações complexas de pessoas refugiadas, a quem tem procurado encontrar habitação e assegurar as condições mínimas necessárias à sua sobrevivência. -----

Todavia, a regularidade com que estes fluxos chegam à Covilhã torna necessária a criação de ferramentas permanentes que contribuam para a inclusão destas populações, através de formas de atuação simples, capazes e eficazes, que prevejam medidas de inclusão e de combate às diversas formas de desigualdade, que afetam de forma particular as minorias, através da aprendizagem do português, da integração de menores nos estabelecimentos de ensino, da qualificação da população ativa e do alargamento das oportunidades de integração laboral, contribuindo para o rejuvenescimento do mercado de trabalho, fundamental em qualquer região que pretenda ser produtiva. -----

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), dependentes do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), recentemente substituído pela Agência Portuguesa para as Minorias, Migrações e Asilo (APMMA), dão respostas especializadas a diferentes dificuldades sentidas pelas pessoas migrantes em Portugal, através de gabinetes dedicados e de instituições parceiras, proporcionando apoio e acompanhamento integrado. Paralelamente, as associações e entidades de solidariedade locais, de entre as quais se destacam o Balcão de Apoio ao Migrante da Mutualista Covilhanense e o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da Covilhã da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, estão atentos e têm vindo a desempenhar um papel fundamental, no terreno, para melhorar a integração das pessoas estrangeiras que escolhem o nosso país para os seus projetos de vida. -----

Numa busca rápida ao portal do Alto Comissariado para as Migrações, verificámos que o Município da Covilhã não integra a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade – RMAD. Tão pouco no site da Câmara Municipal é possível encontrar serviços de apoio direto ao migrante. -----

Assim, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã sobre que serviços ou estruturas tem a orgânica do município atualmente disponíveis para fazer um acompanhamento próximo, metódico e de longo prazo a estas populações ou se estão em fase de criação alguns mecanismos de apoio nesse sentido. -----

Muito obrigada.” -----

--- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Na passada quinta-feira, e não estando ainda naquela que é apelidada de época dos fogos, deparamo-nos com um incêndio em Unhais da Serra. Quase que pareceu um pré-aviso dos tempos que se avizinham e do quanto temos que estar atentos para não cometer erros do passado e, de uma vez por todas, aprendermos com os mesmos. -----

Recordo as palavras da Senhora Ministra da Coesão Territorial que, no final do ano passado, referia que mais de 70% das medidas para a Serra da Estrela pós-incêndio estavam no terreno. -----

Solicito ao Senhor Presidente da Câmara se nos pode fazer o ponto de situação desse dossier. Seria importante até porque as pessoas afetadas, pelos vistos, não veem nada desses 70% dessas medidas. -----

Afinal, em que fase se encontra o Plano de Revitalização da Serra da Estrela? -----

É uma pergunta que todos fazem, mas as respostas teimam em não acontecer. -----

Na anterior sessão da Assembleia Municipal questioneei o Senhor Presidente da Câmara acerca da reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas que esteve no Data Center da Altice, sendo que por decisão da empresa o encontro não foi aberto à Comunicação Social. Solicitava-lhe que, se eventualmente conhecesse as conclusões da reunião, nos pudesse transmiti-las. -----

Para além disso, o Governo nacional insiste, insiste, insiste em sucessivas alterações à regulação da habitação sem soluções práticas (pelo menos à vista) e cada medida que sai da cartola é pior que a anterior, pois já ninguém acredita na sua aplicação. -----

O Concelho da Covilhã não é nenhum oásis habitacional e a muita procura atinge naturalmente preços elevados e estão a provocar dificuldades a quem procura um teto para viver. Cada vez mais se ouve o cidadão comum referir “não consigo encontrar casa e, as que há, não consigo pagar.” –

Atentos aos Censos de 20/21, para 46455 residentes havia 35628 habitações num concelho que perdeu cerca de 10% de residentes em 10 anos. Os dados indicam que a Covilhã tem mais de 1,2 de habitação, que há 3676 casas vazias para venda e arrendamento. -----

Como habitualmente em estatísticas, na prática, a realidade é bem diferente. -----

Constata-se que também não há vagas nos 720 fogos da habitação social que a Câmara tem e as listas de espera carecem a cada pé de passada. A vinda de muitos estrangeiros promove a escassez de casas e veio reforçar a ocupação, até porque muitos têm capacidades financeiras bem diferentes. -----

Voltando aos últimos Censos, a população de nacionalidade estrangeira representa 2,4% no Concelho e a população de natureza estrangeira 4,1%. Um crescimento em comparação com o anterior levantamento. -----

Atentos aos tempos que se vivem e em que o crédito à habitação atinge valores insuportáveis e as soluções têm que, forçosamente, passar pelo arrendamento, fiquemos todos atentos e que, em tempos de exceção, se apliquem medidas concretas de ajuda às famílias que necessitam ou venham a necessitar do arrendamento.” -----

--- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que iria abordar dois assuntos: “um já hoje referido, mas, pela importância que tem, terá de ser retomado; e um outro que, por diversas vezes, já aqui questionei e, como recebo sempre respostas contraditórias, hoje, mais uma vez, terei de o fazer.” -----

“Nomeação do Senhor ex-Vereador Jorge Afonso Gomes como Assessor -----

Como já foi aqui dito, no Boletim Municipal de 30 de Março de 2023 deparei-me eu e todos aqueles que leem o Boletim Municipal com a publicação de um despacho do Sr. Presidente da Câmara de 1 de Julho de 2022, um despacho publicado mais de 8 meses depois de ser emitido e no 19º Boletim Municipal publicado desde a data do despacho. Foram precisos 19 boletins para finalmente esse despacho ser publicado! -----

E não era um despacho de menor relevância que pudesse ter ficado esquecido, era um despacho em que se nomeia para Assessor o ex-vereador Jorge Afonso Gomes e a quem são atribuídas funções em áreas cujos pelouros teve quando foi vereador: recursos humanos, obras, projectos, parque automóvel e oficinas, aprovisionamento e controlo de compras. -----

Coisa pouca. -----

O despacho publicado oito meses depois de ser emitido deixa-nos muitas dúvidas, desde logo pela flagrante falta de fundamentação da necessidade de contratação e da escolha do contratado, sim, porque é uma nomeação para assessor paga com o erário público e com salário próximo do que afirmou receber na empresa privada onde está inscrito como trabalhador. -----

Além de que, conforme consta do próprio despacho, o mesmo deveria ter sido publicado no prazo de 30 dias, o que não aconteceu e que nos pode colocar perante uma série de dúvidas. Não tendo sido publicado o despacho é ineficaz e até à sua publicação o assessor não exerceu funções? Ou exerceu e foi remunerado com base num despacho ineficaz? -----

Por tudo isto, a bancada do CDS entregará ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal no final desta minha intervenção, um requerimento, cuja leitura aos presentes agradeço que seja feita pela mesa.

Direcção da Cidade Criativa -----

Volto a este tema, como disse, porque cada vez que questiono recebo uma resposta diferente do Sr. Presidente e, fazendo uma sùmula dessas respostas: -----

Na sessão de Dezembro de 2022, questionado por mim sobre quem dirigia o projecto Covilhã Cidade Criativa, o Sr. Presidente da Câmara afirmou que não havia director e que não era exigível que houvesse, dizendo que havia sim uma equipa onde a Universidade, a Câmara e outras instituições são os principais protagonistas. -----

Devo lembrar que em Maio de 2022 já havia questionado sobre a demissão do Prof. Francisco Paiva da Direcção Executiva e o Sr. Presidente havia respondido que não dava tal demissão como irreversível e que iriam alargar a direcção executiva. -----

Ora, há dias deparei-me com uma publicação (e recordo que em Dezembro de 2022 o Sr. Presidente me respondeu que não era preciso que houvesse um diretor e que havia sim uma equipa onde a Universidade, a Câmara e outras instituições são os principais protagonistas) acerca de um ciclo de conferências em que é apresentada a Sra. Vereadora Regina Gouveia como Coordenadora Geral. -

Consultado o site da Cidade Criativa, verifico que o mesmo foi finalmente actualizado estando agora a coordenação geral entregue à Sra. Vereadora e à Sra. Chefe da Divisão de Cultura da Câmara sendo a restante equipa de projecto composta por funcionários de Município. -----

O que não percebo é a razão pela qual nada se explica, nada se informa e ainda se passa a ideia de que quem tem interesse e questiona é que está errado ou tem segundas intenções quando questiona. -----

Mas não é normal que queiramos todos saber quem dirige um projecto tão relevante para o concelho? -----

É claro que agora e pelos vistos finalmente está assumido pela Câmara, pelo menos na internet, que é o Município quem, na pessoa da Sra. Vereadora da Cultura e da Sra. Chefe da Divisão de Cultura, dirige o projecto. -----

Está assumido o principal protagonista: uma coordenação bicéfala, entre Vereadora e Chefe de Divisão, ambas com o mesmo cargo, esquecendo hierarquias. -----

Se há pouco o processo de nomeação do ex-vereador para assessor com quase os mesmos pelouros de quando foi vereador nos surpreendeu, esta partilha de cargos entre vereadora e chefe de divisão não deixa se surpreender também”. (Doc.05 com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma) -----

--- Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD), após cumprimentar todos os presentes e de ter sugerido que houvesse “uma alternância” por parecer que “a Assembleia está dividida ao meio em que fala toda a gente à direita e depois fala toda a gente da esquerda”, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.06)**

“Desde que 2015 que Portugal vê adiado a resolução dos problemas estruturais do país. Portugal não conhece uma reforma de fundo há 8 anos. Percebendo que desde essa data a governação é socialista não é de admirar. O Partido socialista não é, nem nunca foi, um partido reformista. O estado tem falhado nos sectores chaves da nossa sociedade: na saúde, educação, justiça, defesa,

transportes e também na Habitação. Hoje temos o famigerado “Programa Mais Habitação” que é somente um pacote cheio de leis Cartaz e de propaganda política. -----

O problema da habitação não é de hoje, é verdade. Na altura em que as cidades e o país mais precisaram, houve visão e uma estratégia clara para fomentar o investimento e a criação de riqueza, premissas ainda hoje fundamentais para a resolução do problema da habitação. Infelizmente não é essa a situação que atualmente conhecemos. -----

Os governos do PS foram ao longo destes 8 anos demonstrando a sua incapacidade em saber resolver, também, a questão da habitação, senão vejamos: após o lançamento de mais de 20 programas e iniciativas, inclusive para o alojamento dos estudantes do ensino superior em que prometeram mais de 30 mil camas e até à data sem resultados. O “Programa Renda Acessível” que tinha um objetivo de 9 mil contratos só chegou aos mil. O “Fundo Nacional de Reabilitação” que depois de 7 anos e de 1.400 milhões de euros de dotação não regista casas a preços acessíveis como era o seu principal desígnio. E por fim um PRR na componente habitação onde o Ministério da Habitação só gastou ainda 3% dos fundos. Conclusão a propaganda prolifera e os objetivos são sistematicamente falhados. -----

E o tempo foi passando e os problemas foram se agravando e o governo percebeu finalmente que tinha de fazer acontecer e passar da propaganda aos atos. Contudo é no fazer que se vê quem tem uma estratégia e uma visão e quem anda a navegar na espuma dos dias. -----

O PSD pretende resolver o problema da habitação de forma estrutural e tem, na Assembleia da República, desde 15 de Março, cinco propostas legislativas para a habitação que se encontram em discussão na especialidade e o PS tem o “Programa Mais Habitação” que altera regras a meio do jogo, impõe funções e competências sem prévia negociação, hostiliza alguns intervenientes no processo, nomeadamente proprietários e investidores e põe em causa princípios fundamentais como o direito à propriedade privada. E isto é ainda mais grave quando se sabe que o parque habitacional público representa somente 2% da oferta da habitação. -----

É evidente que o problema se centra na quebra de 88% na oferta da habitação na última década e o estado não tem capacidade, nem recursos para produzir habitação em larga escala e precisa criar condições para os investidores colocarem no mercado um grande número de casas para compra e arrendamento para a classe média. Um problema que o “Programa Mais Habitação” não resolve, uma vez que demonstra uma total falta de visão e insensibilidade para perceber que este é um problema estrutural e não conjuntural e se não for devidamente tratado vai resultar num caos social a médio prazo e no esvaziamento e empobrecimento do país. -----

De uma forma geral a apresentação deste programa fez aumentar ainda mais a desconfiança de proprietários e autarquias com a questão do arrendamento coercivo, pôs em causa o crescimento do turismo, no setor do Alojamento Local, que foi aquele que mais contribuiu para o crescimento do PIB nos últimos anos e para a reabilitação urbana, e ameaça o investimento estrangeiro com o anúncio do fim abrupto dos vistos Gold. -----

Não creio que valha a pena perder mais tempo a criticar o Programa de habitação do governo que teve logo uma morte “na praia” anunciada. Mas urge de facto a implementação imediata de uma solução e sem intervenção das autarquias não haverá solução. -----

Acho que é evidente para todos que as autarquias são uma peça fundamental na execução de qualquer programa ou medida de habitação, porque são elas que melhor conhecem a realidade de cada região e detêm as ferramentas para intervir no território de forma mais célebre. -----

Dito isto pergunto-lhe Sr. Presidente, qual é a sua posição? Paralelamente ao trabalho já executado no âmbito da Estratégia Local de Habitação, já tem devidamente contabilizado a totalidade do edificado municipal, bem como os que estão em estado devoluto? E relativamente ao património privado, também já está identificado o património devoluto? -----

Tendo nós todos conhecimento que as principais autarquias do país se pronunciaram imediatamente sobre este programa e não se disponibilizaram para o executarem uma vez que não estariam de acordo com muitas das medidas e em muitos casos nem teriam recursos humanos e técnicos para as executar, Sr. Presidente, a Covilhã em que posição se coloca? -----

Os covilhanenses têm o direito de saber, antecipadamente, qual será a posição da sua autarquia e que medidas vão ser efetivamente aplicadas neste território, de um programa que foi tão publicitado e comentado, que gerou tanta crispação e que influencia diretamente a vida das pessoas quer sejam proprietários, investidores ou arrendatários. -----

O PSD toma a liberdade de sugerir a realização de uma sessão de esclarecimento pública onde por um lado o município terá a oportunidade de apresentar a sua posição e os covilhanenses de colocarem as suas questões. -----

Obrigada” -----

--- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS): Após entregar à Mesa da Assembleia Municipal três propostas de Voto de Pesar e dois Votos de Louvor, referiu que “a nossa Oposição acusa a maioria municipal de um conjunto de maldades, mas fá-lo com uma capacidade e com um poder extraordinário: acusam-nos pelos números dos Censos (a redução de população...! Uma coisa que acontece em todo o território!). -----

Portanto, se o culpado é o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal, certamente que é por ação desta Câmara que tudo isto acontece em todo o território, uma vez que só os grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa e Porto, é que conseguiram aumentar a população. -----

A verdade é que o Executivo Municipal tem governado com responsabilidade e tem criado as condições necessárias para atrair investimento. Disso são exemplo não só os investimentos públicos que temos feito - aproveitou-se como em nenhum executivo municipal os fundos comunitários do Portugal 2020 -, como também os investimentos privados que estão a acontecer nesta cidade. -----

Das duas uma: ou os privados que aqui vêm investir não percebem nada disto e querem desbaratar o seu dinheiro; ou alguma coisa, direta ou indiretamente, esta Câmara Municipal está a fazer bem!

O Senhor Deputado que está ligado ao Turismo sabe que o número de turistas tem aumentado no nosso território. E, certamente, é porque algo de bom está a ser feito! Porque se o território é um deserto, a desgraça e o inferno que a Oposição relata, ou estas pessoas são masoquistas porque vêm para este inferno; ou os investidores não têm amor ao seu dinheiro e o vêm perder; ou os

senhores andam aqui a querer ludibriar os Covilhanenses e estão, porventura, errados na sua apreciação.” -----

--- **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.07)** -----

“Façamos um pequeno exercício de memória. Há 10 anos, enquanto os jovens da Covilhã de então davam os primeiros passos na sua vida profissional ou continuavam a sua formação académica, também o Sr. Presidente da Câmara iniciava uma nova etapa com promessas que garantiam o crescimento quase exponencial da Covilhã. -----

Sr. Presidente, que medidas foram tomadas nos últimos 10 anos para promover a fixação de jovens no nosso concelho? -----

Foi o pacote de apoio à habitação jovem, anunciado em 2017, e que incluía a recuperação de 48 casas na zona histórica da cidade, que serviu de estímulo para os jovens licenciados ficarem a residir na cidade e esta não ser apenas um local de passagem? É que, segundo os últimos censos, o concelho que perdeu cerca de 10% da população, tem agora mais de 3 mil casas vazias para venda e arrendamento, a preços que poucos são capazes de pagar. -----

Foi o investimento de “muitos milhões”, anunciado em 2020, e que criaria centenas de postos de trabalho, que estimulou a fixação de jovens na Covilhã? Efetivamente o Sr. Presidente foi cauteloso e não deu qualquer pormenor porque, e passo a citar, “só quando estiver definitivamente assente é que canto vitória”. Mas, Sr. Presidente, 3 anos de suspense não lhe parece demasiado tempo? Onde está a obra? Foi, vai, ou nunca será concretizada? -----

Foi a criação da rede de transportes públicos interior, equiparada à das áreas metropolitanas, que prometeu em 2021, que impeliu os jovens a ficar por cá? Ou foi a promessa de reformulação da rede ferroviária que permitiria chegar mais rapidamente a Lisboa ou Madrid? -----

Podemos demorar mais de 3 h a chegar às capitais europeias mais próximas, na verdade quase o mesmo que do Sobral de S. Miguel ao Hospital por transportes públicos, mas conseguiu conquistar os jovens com as bicicletas e ciclovias, elevadores e funiculares para deslocação na cidade? Quando os últimos funcionarem e as primeiras saírem das pinturas do alcatrão, claro. -----

Sr. Presidente, qual é o estado atual do contrato de mobilidade? E a isenção de passes de transporte escolar que prometeram para todos os jovens? Para quando uma rede de transportes públicos funcional no nosso concelho? -----

Afinal, além de estarmos longe das grandes cidades, também não é fácil percorrer pequenas distâncias, mas podemos ligar-nos virtualmente com a promessa de cobertura de rede fibra 5G, feita também em 2021, não obstante as inúmeras zonas do concelho que nem cobertura de rede móvel têm? -----

Senhor Presidente, quantos postos de trabalho foram criados nos últimos 10 anos? E afinal que medidas foram tomadas para fixar jovens e famílias no nosso concelho? -----

Reconhecemos que a nível nacional existem inúmeras medidas que promovem a mobilidade geográfica e, com isso, a densificação demográfica em zonas do interior do país. E a Câmara Municipal da Covilhã, que diligências tem tomado para evitar a migração de jovens covilhanenses ou para fixar de forma permanente aqueles que podem beneficiar de apoios nacionais? -----

Bem, talvez o grande incentivo para a fixação de jovens na Covilhã seja aliciente e vasta agenda cultural do TMC com ingressos a custos reduzidos, pelo menos para os jovens do Partido Socialista, já que cidadãos sem filiações partidárias conhecidas parecem também ser “do contra” – como esta oposição foi já acusada – quando reivindicam a necessidade do TMC em “criar públicos, abrir-se à comunidade, associações, e criar projetos inovadores e criativos que envolvam todos para ajudar a nossa cidade e concelho a crescer.” -----

Senhor Presidente, tenciona responder a estas reivindicações que saíram recentemente na imprensa, e que o PSD já tina exposto nesta Assembleia? -----

Tenciona cumprir as inúmeras promessas que tem feito ao longo dos últimos anos? Ou vamos continuar a “desfixar” jovens neste concelho com palavras que não passam a ação?” -----

--- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou entregando à Mesa da Assembleia Municipal uma proposta de Voto de Louvor a “dois Covilhanenses que integraram a missão de busca e salvamento FOCON TURQUIA 2023”. -----

Relativamente à intervenção do Membro Municipal Dr. Hugo Ferrinho Lopes e “pegando em duas expressões utilizadas (“seguidismo” e “tomates”), permita-me lembrá-lo que de há ainda hoje pessoas que fazem o seguidismo do tomate podre: o seguidismo do tomate que destruiu um aeródromo; o seguidismo de um tomate que cria projetos como, por exemplo, o Parque da Goldra, que está atualmente com problemas de obras e execuções malfeitas no seu tempo; a dívida que ficou na Câmara Municipal da Covilhã; ou ainda, por exemplo, aquilo que também referiu do contrato da água que era responsabilidade do seu tomate podre e que agora está a exigir a responsabilidade e que o Partido Socialista certamente - e estamos confiantes - vai resolver. -----

Mais grave, Senhor Deputado, do que fazermos seguidismo de tomates podres, é fazermos seguidismo de tomateiros que a Covilhã provou, mas que não gostou.” -----

Por último, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.08)** -----

“Já lá vai o tempo da Covilhã ser vista apenas como local turístico de neve. -----

Hoje o Concelho da Covilhã afirma-se cada vez mais como local de turismo de 365 dias, onde a oferta se apresenta nas mais diversas formas, com uma qualidade reconhecida por dezenas de milhares de visitantes que escolhem a Covilhã como destino turístico ao longo do ano. -----

Mais do que um eixo estratégico, hoje o turismo na Covilhã assume-se como uma realidade de excelência nas mais diversas áreas, com procura de turismo nacional e internacional. -----

Do Turismo de Natureza, ao Ecoturismo, da Cultura e Património passando pela Gastronomia, a Covilhã é hoje reconhecida e escolhida pela sua oferta museológica, pelas suas piscinas naturais, pela sua rede de miradouros, pela arte urbana nas suas ruas, pela sua oferta diversificada e de

qualidade na restauração e alojamento, pelo reconhecimento da “Covilhã Cidade Criativa Design” ou ainda pelas suas gentes e arte de bem receber, e tantos outros fatores que fazem da Covilhã um destino turístico cada vez mais procurado. -----

O Concelho da Covilhã é hoje referência e exemplo do desenvolvimento do turismo no interior de Portugal, onde o trabalho conjunto desenvolvido por município e agentes locais se traduzem não só num sentimento positivo de desenvolvimento e atração de investimento, mas também nos números que consubstanciam esta realidade. -----

Dados PORDATA, indicam que a Covilhã aumentou entre 2009 e 2021, em 85% a sua capacidade de alojamento turístico, de 1186 para 2194 camas, consequência do aumento de 8 para 36 estabelecimentos de alojamento, fazendo da Covilhã um dos concelhos com maior capacidade de alojamento na região centro de Portugal. Este crescimento assinalável, permitiu gerar proveitos de cerca de 12 Milhões de Euros em 2021 por parte dos alojamentos turísticos, decorrente, do número recorde, das mais de 216 mil dormidas registadas ao longo do ano, lembrem-se, num período onde o turismo ainda sofria fortes condicionamentos consequentes da pandemia Covid-19. -----

Esta realidade será certamente um dos fatores para o reconhecimento da importância que a Covilhã tem para o turismo em Portugal dado a público recentemente, com a realização do “Vê Portugal” – 9º Fórum Turismo Interno, com o tema “Inspirar. Criar. Tecer novos caminhos para o turismo interno”. Um evento organizado em conjunto pelo Turismo do Centro e a Câmara Municipal da Covilhã, que tem como o apoio o Turismo de Portugal e o Alto Patrocínio da Presidência da República, bem como de entidades locais como a Universidade da Beira Interior e o New Hand Lab. -----

Numa altura marcada pela inflação e pelo aumento do custo de vida, bem como pela instabilidade social e geopolítica, no final do mês de Maio a Covilhã será o centro de debate do Turismo em Portugal, onde se pretendem desenvolver novas perspetivas, reinventar processos e apontar caminho para novos produtos e soluções, através de uma reflexão conjunta sobre o turismo interno, desenvolvendo ideias para o futuro, de forma a reforçar e cuidar do mercado interno de turismo, como passo essencial para o cumprimento da expectativa que o turismo em Portugal continue a crescer. -----

Este evento ser realizado na Covilhã para além do reconhecimento do trabalho desenvolvido dá ênfase ao dinamismo de um concelho em crescimento e investimento visível, apesar de todos os desafios que hoje atravessamos enquanto sociedade. -----

Ao contrário do que alguns nesta assembleia se fazem crer, a Covilhã está viva, fruto de um trabalho conjunto do município e dos agentes turísticos desta cidade que são prova de um concelho cada vez mais empenhado no desenvolvimento do turismo e por consequência da economia local e que todos podem e devem ver.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou uma moção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.09)** -----

“Moção -----

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático -----

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. -----

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País. -----

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam. -----

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas. -----

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. -----

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. -----

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma "evolução" ou "transição" entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava. -----

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo. -----

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam. -----

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. -----

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros. ---

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. -----

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 17 de Abril de 2023 delibera: -----

1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----

2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----

3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta; -----

4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios; -----

5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.” -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou o uso da palavra para dizer que, no essencial, concordava com os pressupostos da Moção, no entanto, “no que diz respeito à criação da comissão, queria deixar aqui uma nota, que é a seguinte: -----

Estou a trabalhar no sentido de construir um programa. O programa está aberto e tem que ter uma liderança num rosto visível, uma personalidade independente e de reconhecido mérito do nosso concelho. Não há pessoa 100% consensual, mas sei que a pessoa que tenciono convidar muito brevemente é praticamente consensual em toda esta Assembleia e na sociedade covilhanense para presidir a uma comissão plural no sentido de que a efeméride seja uma verdadeira festa da democracia, da celebração dos 50 anos do 25 de Abril, do reavivar da importância que tem o poder local e do quanto ele contribuiu para mudar a face de Portugal, do nosso Concelho e da região, acolhendo sempre quaisquer opiniões que venham dos senhores deputados municipais no sentido de enriquecer esse mesmo grupo de trabalho. -----

Assim, o apelo que aqui deixo é de evitarmos criar duas comissões porque seria duplicar trabalho e esforço a todos os níveis quando todos nós podemos participar de forma direta e indireta nessa mesma comissão de trabalho.” -----

- Colocada à votação, a presente **Moção – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático** foi **aprovada por unanimidade**. -----

--- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, abordou a temática dos incêndios ocorridos em 2022. -----

“Nem uma palavra sobre o relatório final do grupo de peritos dos incêndios rurais. -----

Hoje, os peritos já não percebem nada do assunto. Recordo - recordamos todos - um vídeo aqui passado. Recordo a indignação que senti naquela altura. Hoje, podemos perceber melhor o alcance dessa indignação e quanto o vídeo era o exercício de demagogia e aproveitamento político da desgraça. -----

O que é que diz o relatório? -----

De acordo com o IPMA, o ano de 2022 foi o mais quente de sempre em vários países da Europa Ocidental, incluindo Portugal, que teve o ano mais quente desde 1931. -----

Em Portugal, ocorreram seis ondas de calor, verificando-se quatro delas nos meses de Verão: a primeira de 09 a 17 de junho; a segunda de 02 a 18 de julho; a terceira de 29 de julho a 14 de agosto; e a quarta de 20 a 29 de agosto. -----

O ano de 2022 foi também um ano mais seco do que o normal na Europa Ocidental e do Sul, atingindo em particular a parte Noroeste da Península Ibérica. Em Portugal, 80% do território esteve em seca severa no mês de fevereiro e depois nos meses de maio a agosto. -----

Diz ainda, na página 32, que: *“A comparar com o valor de 110kHA registado em 2022, podem-se concluir que caso o modelo se verificasse com rigor e não houvesse outros fatores condicionantes, a área ardida foi cerca de 63% da que seria de esperar, face às condições climáticas do ano.”* -----

Agora falando do incêndio. -----

Na página 38, *“Este foi um incêndio fortemente influenciado pelos três principais fatores que integram o triângulo do fogo: combustíveis, meteorologia/vento e topografia. Na sequência de um longo período de seca, a vegetação estava em grande stress hídrico e todos os combustíveis apresentavam elevados níveis de secura, tornando-os altamente disponíveis para arder. Como será descrito nos capítulos seguintes, verificou-se que a área ardida apresentava uma aceitável rede primária de faixas de gestão de combustíveis, que, no entanto, não foi suficiente para sustentar a propagação do fogo. O vento soprou forte e com rajadas, sobretudo durante o período diurno, proporcionando “arrancadas” fortes do fogo e provocando projeções de partículas incandescentes que ultrapassavam as faixas de contenção planeadas e obrigando a constantes redefinições de estratégias de combate.”* -----

Na página 42, é referido que “A partir do dia 12Ago observa-se que o vento apresentou um comportamento errático alterando o seu rumo várias vezes até ao fim do período em análise.” ----

“Fase Inicial de Propagação -----

Como referido anteriormente, o alerta para o incêndio foi dado pelas 03h18 do dia 06Ago. De acordo com a fita do tempo da ocorrência, os primeiros meios a sair para o teatro de operações, nomeadamente o CBV do Fundão e o CBV da Covilhã, deram saída às 03h26 e 03h27, respetivamente. A chegada dos primeiros meios ao local do sinistro – uma VCOT e um VFCL do CBV da Covilhã – deu-se pelas 03h47, cerca de meia hora depois do alerta, num trajeto com cerca de 6kms de extensão, A razão para esta demora deve-se à dificuldade em chegar ao local onde o fogo se desenrolava que exigiu diversas abordagens. -----

Assim que a primeira equipa chegou ao terreno, pôde constatar que o incêndio já se encontrava desenvolvido, com uma extensa área ardida, subindo a encosta para Sudoeste, com propagação rápida, numa zona de acessos difíceis, o que dificultou grandemente a disposição de meios no terreno. De imediato pediu reforços. Na impossibilidade de aceder à frente de fogo com viaturas e linhas de água, criaram-se duas linhas de combate com material sapador, ... -----

Ao início da noite de 06Ago para 07Ago, o CDOS da Guarda propôs uma ação de fogo tático que envolvia a queima de uma área de aproximadamente 1200ha” no Concelho da Covilhã e vimos aqui, no filme, enaltecer (e muito) o contributo e a ação de um presidente de outra câmara aqui ao lado e o que propuseram foi arder 1200ha no Concelho da Covilhã. Foi isto que vieram aqui defender no filme. -----

“Esta proposta foi recusada pelo COS não apenas pela extensa área que envolvia, mas sobretudo pela perigosidade que acarretava, visto que a sua ancoragem era débil face à descontinuidade da RPFGC, em especial na zona do Vale da Ribeira de Beijames... -----

Desta forma, na noite de 07Ago para 08Ago o CDOS da Guarda decidiu fazer uma ação de fogo tático (contrafogo) ao longo da N338. Esta ação foi polémica pelos motivos que se explicam de seguida...” porque depois houve umas enxurradas nas primeiras chuvas. Mais uma vez, cá vieram, no filme, enaltecer o grande contributo e o grande papel de outros edis aqui à volta (e muito bem porque é a única coisa, de facto, que sabe fazer a Oposição: dizer que na Covilhã está tudo mal, que a Covilhã não presta e que bom, bom é aqui à volta). -----

Ativação dos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil – Dizia o filme “a Covilhã não ativou o Plano Municipal de Emergência” e diz o relatório final dos peritos “De entre os dados que obtivemos até à data de elaboração deste relatório, dois de quatro municípios envolvidos ativaram os seus planos: Guarda a 15Ago e Covilhã a 08Ago. A Câmara Municipal de Manteigas foi o município que mais críticas sofreu publicamente por não ter ativado o seu PMEPC numa das maiores catástrofes da história do município.” E tivemos aqui as grandes declarações! Dava jeito!

“VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA -----

A 3ª Etapa da volta da 83ª edição da Volta a Portugal em Bicicleta, ... decorreu no dia 07Ago, coincidindo no tempo com o segundo dia do incêndio... -----

Surgiram várias vozes que questionavam se esta etapa da Volta a Portugal não deveria ter sido cancelada ou alterada devido ao incêndio. Podemos verificar que em Cantar-Galo, a proximidade entre o trajeto da Volta ao limite da área ardida é efetivamente pequena, de cerca de 300m. No entanto, esta era uma área que, na altura, já estava consolidada, para além de que o fogo evoluía na direção contrária. Desta forma, foi opinião do comando operacional, e com a qual concordamos, de que o percurso não estava numa zona de perigo. Assim, esta etapa prosseguiu como inicialmente previsto. -----

Foi igualmente referido que vários meios de socorro haviam sido deslocados para apoio à Volta a Portugal, ... -----

A ausência de meios aéreos na tarde de 07Ago na cabeça de fogo na encosta entre a estrada do Vale Glaciar e a RPFGC da Serra de Baixo deveu-se à incapacidade de combate aéreo devido ao fumo. Nesse período foram feitas descargas de água nos flancos numa tentativa de reduzir o fumo no Vale Glaciar. Por esse motivo, apenas uma ou duas descargas foram efetuadas nessa zona.” ---

A organização implementada pelo Ministério da Administração Interna – “Foram altamente mediatizadas as declarações que punham em causa a organização do terreno e a coordenação das operações. Dificilmente encontraremos noutra ocorrência uma coordenação estratégica tão estruturada. Foi criado um posto de comando operacional principal/diretor e quatro postos de comando avançados. Foi nossa perceção que a ligação entre estes postos era fluida e que a distribuição de meios ia ocorrendo de forma razoável.” -----

A única altura em que houve um problema foi quando o CDOS da Guarda criou outro centro operacional em Manteigas – do filme. -----

No dia 19 de dezembro, a Dra. Vanda Ferreira, aqui nesta Assembleia - e está na ata dessa Assembleia - disse o seguinte: “Dito isto, não faça cara feia Sr. Presidente, porque nós vamos continuar. Vamos continuar a colocar na agenda política os incêndios, as vezes que forem precisas, vamos lembrar aos Covilhanenses, a cada assembleia municipal, o que se passou, para que o escrutínio político continue a ser feito, com o objetivo final de que o executivo socialista não ouse andar a empurrar com a barriga um assunto de tamanha gravidade.” -----

Hoje, nem uma palavra! -----

Também é aproveitamento político o magnífico trabalho de investigação jornalística que a RTP fez para a reportagem do programa “Linha da Frente” no passado dia 08. -----

Hoje, nem uma palavra! -----

Depois de ter saído o relatório, nem uma palavra! ZERO! -----

Também é aproveitamento político as últimas declarações do Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Covilhã onde diz taxativamente que o incêndio deve ser investigado porque há muito por se saber. -----

Volto agora ao início, nem uma palavra sobre o relatório final do grupo de peritos dos incêndios rurais! -----

A preocupação pelos incêndios a cada Assembleia cessou. Já não há preocupação porque saiu o relatório e o relatório dos peritos já não vem ao encontro daquilo que eram as legítimas expectativas: que ardeu e que a culpa era do Senhor Presidente da Câmara. -----

Muito já se sabe, não se sabe tudo, Senhora Deputada, e nunca se saberá, mas aquilo que se sabe e que está neste relatório é que se devia discutir. Mas isso já não interessa porque já não há dividendos políticos a tirar! Os dividendos da tragédia alheia já são poucos. -----

Se o Palácio de Belém fosse algures na Avenida Marquês D'Ávila e Bolama lá estaria o Senhor Professor Marcelo a dizer que também na Covilhã não há alternativa à direita. É pena, porque a democracia exigia mais." -----

--- **David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**, após cumprimentar todos os presentes, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que “no passado dia 27 de março a Senhora Ministra da Administração Interna, em Proença-a-Nova, anunciou 607 milhões de investimentos que se irão dividir desde o ano de 2022 até 2026. Gostaria de saber se já tem informação adicional para quando começam as obras no posto da GNR do Tortosendo. -----

Relativamente aos parques infantis das freguesias, na última Assembleia Municipal informou os Senhores Presidentes de Junta que iriam ser contactados para indicarem os locais de instalação desses parques infantis. No caso do Tortosendo, não fomos contactados e queríamos saber se há novidades. -----

Também ouvimos com agrado os investimentos para 2023 por parte da Câmara Municipal da Covilhã. Não vou falar no Belo Zêzere porque esse é um dos investimentos anunciados pelo Senhor Presidente da Câmara, mas pergunto-lhe se foi esquecimento anunciar os passeios desde o eixo TCT até ao Parque Industrial e também a Avenida Montes Hermínios em direção ao Casal da Serra.

Já se falou aqui muito sobre o Teatro Municipal e gostaria que a Câmara Municipal da Covilhã também tivesse um olhar atento para o que se vai fazendo no Tortosendo, nomeadamente no Unidos do Tortosendo, por onde têm passado centenas e centenas de espectadores nos espetáculos que têm sido levados a cabo na sala de espetáculos do Unidos do Tortosendo. Espero que a Câmara Municipal saiba encontrar uma forma de renovar aquela sala onde recentemente uma associação da nossa cidade – Francisco Mota, que dirige o Oriental de São Martinho – levou mais de 800 pessoas a assistir, no fim-de-semana, a um belíssimo espetáculo de revista de teatro.

Também o Senhor Deputado Hélio Fazendeiro falou aqui na Mepisurfaces. Naturalmente que me associo às suas palavras. É para nós uma satisfação enorme ver uma empresa no Tortosendo com mais de 400 postos de trabalho e mais satisfeito fiquei quando o Senhor Vereador Serra dos Reis, em representação da Câmara Municipal da Covilhã, anunciou que em breve o heliporto das Cortes do Meio iria ser transformado num heliporto turístico; que para breve estaria o anúncio do novo aeroporto da cidade da Covilhã; e que também iríamos ter, até ao Verão, um metro de superfície a funcionar. Gostaria de saber se isso é uma realidade, porque, enquanto Presidentes de Junta, também podemos ajudar a vender a nossa cidade para novos investimentos.” -----

--- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc.10)**-----

“Iremos hoje apreciar e votar o Relatório de Gestão referente ao ano de 2022, que apresenta um resultado positivo de 11,7 milhões de euros, bem como uma alteração orçamental que visa um propósito específico: dar uso a este valor investindo nas 21 freguesias do nosso concelho. Mais uma vez, o bom desempenho financeiro permitirá à Câmara Municipal não só manter as contas equilibradas, tendo reduzido novamente o passivo, como também ir de encontro às pretensões que cada presidente de junta tem para o seu território. -----

O grupo municipal do Partido Socialista saúda o executivo pelos resultados do exercício e pela política praticada, por um município com contas certas e ao mesmo tempo dinâmico, em ação, a bem da vida dos covilhanenses. -----

Dos investimentos já anunciados, permitam-me destacar, a título de exemplo, a supra-relevância das obras previstas para as estradas municipais 511 e 512, que darão sequência às requalificações das vias rodoviárias na zona sul do nosso concelho. Já ouvi aqui hoje criticar a suposta falta de obra realizada pelos executivos liderados pelo Partido Socialista... (pareceu-me vislumbrar nas intervenções do PSD até um certo louvar, embora envergonhado, aos seus próprios executivos...) eu começava por lembrar que, há exatamente 10 anos, quando o PS reassumiu a gestão camarária (e o PSD a abandonou), a viagem entre a cidade da Covilhã e as freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira fazia-se, imagine-se, pelo concelho vizinho do Fundão. Não havia sequer continuidade eficiente no nosso próprio território. Logo no primeiro mandato, e apesar dos enormes constrangimentos financeiros que o município atravessava nessa época (agora parece que já não interessa, mas foi há 100 milhões de passivo atrás), conseguiu-se avançar com a requalificação da estrada municipal 512 entre o Ourondo e Aldeia de S. Francisco de Assis. Seguiu-se a Estrada do Porsim (reivindicação de décadas das populações de São Jorge da Beira e Casegas) e a ligação Pedras Lavradas – Sobral de S. Miguel. Agora, com as obras anunciadas nas ligações Casegas-Ourondo e Ourondinho-Paul, será dado mais um importante passo em prol da mobilidade nas nossas aldeias mais longínquas da sede de concelho. -----

Mas o investimento na renovação das vias rodoviárias não se limita à periferia. Também no núcleo urbano foram realizadas intervenções fundamentais para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos covilhanenses, sendo um exemplo disso a avenida 30 de junho, essencial para os residentes de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. Há ainda os trabalhos em curso na avenida Frei Heitor Pinto e na Estrada do Sineiro, que irão dotar estas estradas de condições dignas de uma artéria principal da cidade. Numa altura em que tem sido assunto a mobilidade na praça do município, com a possibilidade de cortes de vias ou sentidos de trânsito, a criação de estradas de qualidade que se mostrem como alternativa ao pelourinho é apanágio de um pensamento de cidade a longo prazo, permitindo que, no devido momento, se possam tomar decisões com base em opções verdadeiramente viáveis. -----

O nosso louvor evidente, e nada envergonhado, ao atual executivo da Câmara Municipal da Covilhã.” -----

--- Seguidamente, procedeu-se à leitura e à votação dos **Votos de Pesar e de Louvor** que, a seguir, se transcrevem: -----

“Voto de Pesar -----

Comendador Rui Nabeiro -----

Manuel Rui Azinhais Nabeiro nasceu em Campo Maior, a 28 de março de 1931. -----

Com origens numa família humilde, começou a trabalhar por volta dos doze anos como grande parte dos portugueses da sua geração. Ajudava a mãe numa pequena mercearia e o pai e os tios na terra do café. -----

Aos 17 anos, após a morte do pai, assumiu os destinos da pequena torrefação familiar – a Torrefação Camelo. -----

Em 1961, juntamente com a esposa e os filhos, funda a Delta Cafés que é hoje um império muito além do café, empregando milhares de pessoas e sendo uma referência na inovação e na responsabilidade social em Portugal. -----

O Comendador Rui Nabeiro foi também autarca. Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, primeiro por nomeação antes do 25 de abril de 1974 e posteriormente eleito, pelos seus conterrâneos, já em eleições livres em nome do Partido Socialista, o seu partido de sempre. -----

Em 1995 o Presidente da República Mário Soares atribuiu-lhe o grau de Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial Classe Industrial, e em 2006, o Presidente Jorge Sampaio distinguiu-o como Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. -----

O Comendador Rui Nabeiro foi para além de empresário um Ser Humano extraordinário e demonstrou que é possível ter sucesso empresarial, numa economia de mercado, num sistema capitalista, sem perder o Humanismo e a prioridade no desenvolvimento da sua terra. -----

Campo Maior é hoje um polo de desenvolvimento regional e um foco de resistência ao despovoamento de todo o interior de Portugal graças à visão empresarial e à responsabilidade social do Comendador Rui Nabeiro demonstrando que é possível termos um Portugal mais próspero, desenvolvido e equilibrado e que o despovoamento não é uma fatalidade. É uma realidade possível de combater. Possível de inverter. Basta tomar as decisões certas. -----

O seu legado perdurará no tempo. O seu percurso será estudado nas escolas. A sua vida será uma inspiração das futuras gerações. -----

Pelo exemplo da sua vida, pelo legado humanista da sua obra e pela sua entrega ao bem comum e ao desenvolvimento de Portugal, a Assembleia Municipal da Covilhã deseja expressar a toda a família, o seu mais profundo pesar pelo falecimento, a 19 de abril de 2023, do Senhor Comendador Rui Nabeiro e endereçar a todos sentidas condolências.” (Doc.11) -----

- O presente **Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **José Manuel Alves Moura**, de 77 anos de idade. -----
Foi funcionário da Câmara Municipal, reconhecido pela sua competência e afabilidade. -----
Foi membro da Assembleia de Freguesia da extinta freguesia de Conceição, mas foi na área do associativismo que mais se destacou, tendo desempenhado funções em várias associações e coletividades da Covilhã. -----
Foi Sócio Fundador e integrou os Órgãos Sociais do CCD Arsenal de São Francisco da Covilhã e foi Presidente da Direção do Grupo de Instrução e Recreio do Rodrigo. -----
À data do seu falecimento desempenhava as funções de 1.º secretário da Mesa da Assembleia Geral do Sporting Clube da Covilhã e as funções de secretário da Mesa da Associação Desportiva da Estação. -----
A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----
Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----
O Grupo da Bancada do Partido Socialista” (Doc.12) -----*

*“Faleceu, no passado dia 30 de março, José Manuel Moura, covilhanense ilustre que dedicou grande parte do seu tempo ao associativismo e ao desporto da sua terra. -----
Nesse âmbito exerceu funções em duas grandes coletividades da Cidade: Sporting Clube da Covilhã e ADE – Associação Desportiva da Estação. -----
A Covilhã perde um grande covilhanense e fica, assim, mais pobre. -----
Por todo o contributo deixado à Covilhã por José Manuel Alves Moura, não pode a bancada do PSD neste órgão deixar de homenagear este concidadão. -----
**Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência. -----
Os membros do Grupo Municipal do PSD na Assembleia municipal da Covilhã” (Doc.13)** -----*

- Os presentes **Votos de Pesar foram aprovados por unanimidade.** -----

*“Voto de pesar pelo falecimento de **Amílcar Acácio Alves**, de 88 anos. -----
Pessoa de estatuto reconhecido, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas e sindicais. -----*

No seu percurso político, foi fundador do Partido Socialista na Covilhã, foi membro da Assembleia Municipal da Covilhã e da Assembleia de Freguesia da extinta Freguesia de S. Pedro; na sua ação enquanto sindicalista, foi dirigente Nacional do SITRA / UGT Sindicato dos Transportes. -----

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista” (Doc.14) -----

- O presente **Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

“Voto de Pesar – José Matos (Manteigueiro) -----

Faleceu, no passado dia 21 de março, aos 73 anos, José Matos – O Manteigueiro, como todos os Covilhanenses o conheciam. -----

A Covilhã perde assim uma das suas figuras mais típicas. Um boémio, um bem-disposto que com todos trocava uma palavra agradável, aproveitando para contar as suas histórias. Figura sempre presente nas ruas da cidade com o seu rádio ao ombro. -----

Por todo o simbolismo que representava para a Cidade e para os Covilhanenses que tiveram a oportunidade de se cruzarem no seu caminho não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear este nosso concidadão. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.15) -----

- O presente **Voto de Pesar foi aprovado, por maioria, com 39 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesia(s)) e 3 abstenções (CDU - PCP/PEV).** -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Num voto de pesar, o normal é votar favoravelmente. -----

Todas as pessoas que morrem são entes queridos de alguém e abusar desta figura aqui na Assembleia Municipal para tudo e mais alguma coisa, tanto nos votos de pesar como nos votos de louvor (que nos últimos tempos têm sido por demais), faz com que aqueles que são apresentados sejam até desvalorizados relativamente aos votos que existiam. -----

A minha abstenção, neste caso em concreto, é esta chamada de atenção de que acho que não devemos normalizar ou banalizar este tipo de manifestação aqui na Assembleia Municipal.” -----

“Voto de Pesar – Padre Sousa -----

Faleceu, no passado dia 07 de fevereiro, o Padre Sousa, antigo capelão do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira (CHUCB). -----

O Padre Sousa foi mais que um capelão, colaborou, durante mais de 20 anos, muito proactivamente com o voluntariado hospitalar. Fruto dessa ligação, em 2020, foi agraciado com o diploma de sócio honorário da liga dos amigos do CHUCB. -----

A Covilhã perde, assim, um grande benfeitor. -----

Por todo o contributo deixado à Covilhã pelo Padre Sousa, não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear este concidadão. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.16) -----

- O presente **Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

“Voto de Pesar – Maria Clara – “Ti Clara” -----

Faleceu, no passado dia 15 de março, aos 97 anos, a Sra. D.ª Maria Clara, conhecida por todos como a “Ti Clara”. -----

Ti Clara era só o elemento mais antigo do Rancho Folclórico da Boidobra, tocadora de adufe durante 50 anos e colaboradora da coletividade até aos últimos dias da sua vida. -----

A Covilhã, a Boidobra e o seu Rancho perdem assim uma das suas figuras mais emblemáticas. Ficamos todos com a sua memória mas também com o seu maior pedido “Não deixem, nunca, morrer o rancho.” -----

Por todo o simbolismo que representava para a Cidade e para os Covilhanenses que tiveram a oportunidade de se cruzarem no seu caminho não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear esta nossa concidadã. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” (Doc.17) -----

- O presente **Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.** -----

“VOTO DE LOUVOR -----

No passado dia 6 de Fevereiro de 2023, o mundo foi confrontado com uma tragédia humanitária, conseqüente do sismo que assolou a Turquia e a Síria, onde o número total de vítimas superou os 45 mil mortos e centenas de milhares de feridos, numa das maiores calamidades sísmicas que há registo. -----

Num momento de grande solidariedade, a comunidade internacional uniu-se na ajuda às vítimas, sendo que Portugal destacou uma missão de busca e salvamento para a cidade de Antáquia na região de Hatay, sul da Turquia, entre os dias 8 e 18 de Fevereiro. A Força Operacional Conjunta (FOCON) composta por 52 elementos, foi comandada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e integrou elementos da Força Especial de Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa e INEM, com valências nas áreas de busca, salvamento, proteção e socorro em estruturas colapsadas. -----

Nesta Força Operacional, estiveram integrados dois Covilhanenses. Daniel José Vicente Gonçalves, Militar da Guarda Nacional Republicana que integra a equipa de Busca e Resgate em Montanha da Serra da Estrela, bem como João Eduardo Ferreira Morais Catela, Bombeiro do regimento de Sapadores de Lisboa que incorpora o Batalhão de Intervenção Diferenciado e Formação que teve a particularidade de ser o elemento mais novo que integrou a missão FOCON TURQUIA 2023.

Os valores de solidariedade, altruísmo, espírito de missão revelados por estes dois covilhanenses em condições muito difíceis colocando a sua própria vida em risco, deve ser tido como referência mas também de orgulho para todos os Covilhanenses, pelo que desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor aos Covilhanenses João Eduardo Ferreira Morais Catela e Daniel José Vicente Gonçalves, pelos serviços prestados na missão FOCON TURQUIA 2023. -----

Caso seja aprovado, deve este voto de louvor ser remetido a ambos os cidadãos.” **(Doc.18)** -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

“Voto de louvor -----**Mafalda Duarte** -----

A Covilhanense Mafalda Duarte estudou Relações Internacionais na Universidade do Minho, terminando a licenciatura em 1998, fazendo depois os mestrados no Reino Unido e Estados Unidos da América. -----

Atualmente a viver em Washington, Mafalda Duarte tem tido uma carreira brilhante tendo sido responsável até há pouco tempo por um dos mais importantes instrumentos da organização especializada no financiamento de projetos em países em vias de desenvolvimento: o CIF – Climate

Investment Funds, especializado em projetos de combate às alterações climáticas, cargo que por si só já constitui um motivo de regozijo e orgulho para todos nós. -----

Foi recentemente nomeada para o cargo de Diretora Executiva do Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund – GCF). -----

O Fundo Verde para o Clima constitui o principal instrumento para o financiamento climático no quadro do Acordo de Paris. -----

A nomeação da Dr.ª Mafalda Duarte para tão prestigiado cargo é um orgulho para a própria mas também para a terra que a viu nascer. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã quer louvar a nomeação da Dr.ª Mafalda Duarte para tão relevante cargo internacional, fazendo votos dos maiores êxitos e que a sua liderança permita conduzir com sucesso os esforços globais da ação climática e da transição energética. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista” (Doc.19) -----

“Voto de Louvor – Mafalda Duarte

*O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Mafalda Duarte**. -----*

Mafalda Duarte, natural da Covilhã, estudou Relações Internacionais na Universidade do Minho, licenciatura que terminou em 1998, fazendo depois mestrados no Reino Unido e Estados Unidos. -

Mafalda Duarte vive atualmente em Washington e chefia o fundo de investimento climático do Banco Mundial, o que por si só já é um grande feito e que a todos nos deve orgulhar. -----

Mafalda Duarte é, hoje, responsável por um dos instrumentos mais importantes da organização, especializada no financiamento de projetos em países em vias de desenvolvimento: o CIF – Climate Investment Funds, vocacionado em projetos de combate às alterações climáticas. -----

Mas Mafalda Duarte foi, também, apontada como uma potencial candidata para liderar o Banco Mundial, instituição cujo maior missão é promover a redução e eliminação da pobreza no mundo.

Outros nomes importantes concorrem com a Covilhanense e a decisão será conhecida este mês. Esperemos que na próxima Assembleia Municipal lhe possamos novamente dar os parabéns. -----

Pelo contributo tão precioso que tem dado nestas matérias e por ser desde já um exemplo de empenho, trabalho e dedicação a uma tão nobre causa consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Mafalda Duarte e por isso apresentamos este voto de louvor. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento à própria.” (Doc.20) -----

- Os presentes Votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. -----

“Voto de Louvor – Francisco do Adro -----

*O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Francisco do Adro**, doutor em gestão pela Universidade da Beira Interior e investigador do NECE – Research Center for Business sciences.* -----

Francisco do Adro foi distinguido com uma menção honrosa no Prémio António Sérgio, na categoria Estudos e Investigação do Prémio António Sérgio 2022, pela Tese para obtenção do Grau de Doutor intitulada “Empreendedorismo, Inovação e Performance nas Organizações Sem Fins Lucrativos Portuguesas”. -----

A categoria de Estudos e Inovação, visa premiar pessoas e entidades autoras de estudos e trabalhos de investigação no âmbito da economia Social, trabalhos transversais no âmbito da economia Social em Portugal e trabalhos sobre a personalidade, atividade cívica e obra de António Sérgio. --

O trabalho premiado propõe-se medir performances em instituições com uma missão de cariz social. -----

Pelo contributo tão precioso para a área social e para as instituições desta área, consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Francisco do Adro e por isso apresentamos este voto de louvor. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento ao próprio.” (Doc.21) -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

“Voto de Louvor – Ana Ribeiro Rodrigues -----

*O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Ana Ribeiro Rodrigues**, jornalista do Notícias da Covilhã.* -----

Ana Ribeiro Rodrigues foi distinguida pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, no âmbito do Plano Nacional de Ética no Desporto, em parceria com o Clube Nacional de Imprensa desportiva/Associação de jornalistas de desporto (CNID). -----

A distinção foi concretizada com uma menção honrosa no Prémio Desporto com Ética 2022, na categoria Imprensa Regional, pelo artigo “No Desporto Profissional o Exemplo Raramente Vem de Cima”, publicado no Notícias da Covilhã. -----

Não poderíamos, também, deixar de sublinhar, neste nosso louvor, o contributo do jornal mais antigo da cidade, o Notícias da Covilhã, na divulgação deste trabalho. -----

Pelo contributo tão precioso na divulgação e promoção da vivência dos valores éticos inerentes à prática desportiva, consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Ana Ribeiro Rodrigues e por isso apresentamos este voto de louvor. -----

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento à própria.”
(Doc.22) -----

- O presente **Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.** -----

--- Por último, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã** procedeu à leitura do requerimento apresentado pela bancada municipal do CDS-PP que, a seguir, se transcreve: **(Doc.23)** -----

“Requerimento -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Os membros do grupo do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã vêm, nos termos do disposto na Lei nº 26/2016, de 22 de Agosto que aprova o regime de acesso à informação administrativa, no artigo 25º, nº 2 alíneas a) e d) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e no artigo 61º alíneas b) e c) do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, e em face da informação prestada ao Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS-PP acerca da cedência de interesse público do Assessor do Presidente de Câmara, requerer a V. Exa. que: -----

a) Seja solicitado parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC e à Inspeção Geral de Finanças no sentido de estas entidades se pronunciarem -----

- acerca da legalidade do despacho nº 58-A/2022 emitido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã em 01/07/2022 e publicado no Boletim Municipal de 30/03/2023, nomeadamente no que respeita à falta de fundamentação da decisão;* -----

- acerca das consequências a retirar do facto de entre a emissão do despacho e início do exercício de funções e a sua publicação terem decorrido mais de oito meses, nomeadamente no que à ineficácia do despacho diz respeito;* -----

- acerca da admissibilidade da prática, por assessor, de funções nas áreas de actuação referidas em tal despacho;* -----

b) Seja solicitado à Câmara Municipal da Covilhã que remeta à Assembleia Municipal da Covilhã os documentos comprovativos da remuneração auferida entre Julho de 2021 e Julho de 2022, pelo Sr. Assessor Jorge Manuel Afonso Gomes enquanto trabalhador da sociedade AFGOLD - Comércio Produtos Químicos, Lda., outorgante do acordo de cedência de interesse público outorgado pelo Município da Covilhã, e que terão servido de base à comprovação do valor por este auferido ao serviço de tal sociedade.” -----

- Atribuída a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã**, no que diz respeito ao seu Assessor, alertou que não se deve “confundir a contratação do cidadão em causa, ex-

vereador, com a publicação de um Despacho. -----

À semelhança do que acontece com a explicação que aqui foi dada relativamente ao Senhor Deputado Municipal Hélio Fazendeiro, nem um nem o outro praticam atos administrativos: praticam atos de gestão administrativa ordinária. Obviamente que, havendo um Despacho, estão mais delimitadas as funções, embora o próprio contrato já contenha essa mesma explicitação. ---

A verdade é que a eficácia dos atos que pratica fica, digamos assim, mais robustecida. Todos os atos que praticou, desde que celebrou contrato com o Município da Covilhã, estão perfeitamente válidos porque, como digo, são atos em representação do Presidente da Câmara. É uma assessoria do Presidente da Câmara e não a prática de atos administrativos. Não tem poder decisório, para sermos ainda mais claros. Logo, não há nenhuma ilegalidade ou invalidade relativamente a esta situação. -----

No entanto, os senhores deputados são livres de questionar essa matéria e podem pedir as opiniões a quem de direito. -----

Não me estão a ver celebrar um contrato desta natureza ou a fazer a prolação de um Despacho sem antes me assegurar quer da legalidade da celebração do contrato, quer da publicação deste mesmo Despacho. -----

Ouvi aqui uma questão dos Senhores Deputados muito preocupados sobre quanto é que o Senhor Jorge Gomes auferia ao serviço da sua empresa. Peço-lhe a ele que faça chegar aos grupos municipais - sei que não tem nenhum problema nisso -, o comprovativo da Segurança Social de quanto é que o Senhor auferia desde que exerce funções, para ficarem tranquilos e para não criarem filmes nem ideias que não têm a mínima adesão à realidade. -----

Quanto à validade, obviamente que a podem questionar sempre, mas a resposta, de viva voz e ao vivo, é que não há qualquer ilegalidade na contratação e muito menos na prolação do Despacho.”

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)** questionou se “a pessoa em causa tem horário laboral?”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** confirmou, dizendo ainda que qualquer assessor do Presidente da Câmara tinha isenção de horário “porque o trabalho é muito específico. As funções que lhe foram confiadas é de estender o trabalho do Presidente da Câmara (onde ele não consegue chegar ou não tem tempo).” -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)** referiu “ou seja, as funções que tinha como Vereador, mas o Povo não o elegeu e teve que ser contratado!” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** respondeu que “não se pode confundir as coisas. O Senhor Jorge Gomes não tem poder decisório. Apenas representa o Presidente da Câmara. Para mim, está mais do que claro! Daí ter este entendimento, que também tem a CCDR e

todos os juristas que consultámos relativamente a esta matéria. -----

- Foi interrompido pelo Membro Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** que perguntou se “existem outros elementos para além daqueles que enviou ao Presidente da Comissão Política Concelhia? Foi pedido o processo todo e, daquilo que enviaram, não aparece lá nenhum parecer, nenhuma fundamentação. Nada!” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** deu a seguinte nota: “Isso não demorou 24 horas, nem 48 horas para decidir. Levou muito mais tempo porque havíamos de nos assegurar de que o ato era válido, legal e lícito. Portanto, foram solicitadas as informações que o Presidente da Câmara entendeu pertinentes para si, porque o responsável, em última instância, é sempre do Presidente da Câmara e tinha que me assegurar, obviamente, da legalidade do ato que estava a praticar.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)** referiu que, “pese embora as explicações que agradecemos, a bancada do CDS mantém na íntegra o requerimento que apresentou.” -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Só tinha aqui duas questões, mas depois da intervenção sobre a questão dos incêndios, reforçava questionar uma terceira porque, se bem me recorde, aquilo que o Senhor Deputado aqui veio fazer também foi aproveitamento político de uma coisa que é grave para todos. -----

- 1 - O que me preocupa não é isso. Recordo-me de referir, na altura, que na informação escrita não vinha uma palavra sobre o incêndio na Serra da Estrela e na Covilhã. Passado este tempo todo, nunca veio uma informação escrita da Câmara sobre o que quer que seja. Se o Senhor Deputado citou o relatório dizendo que o Plano de Emergência Municipal foi

ativado no dia 8, desmentiu aqui publicamente aquilo que o Senhor Comandante dos Bombeiros e da Proteção Civil disse nesta Assembleia Municipal porque, e cito, disse que só foi ativado no quarto dia depois, portanto não foi no dia 8. Foi no dia 10 ou 11 que foi acionado. Mas se isso é, é uma falsidade. -----

Saiu um artigo esta semana dizendo que é o relatório das lições aprendidas ou que deviam ter sido aprendidas e que ainda não foram. Pergunto, por exemplo, se o Plano de Proteção Civil já corrigiu aquilo que o Senhor Comandante dos Bombeiros aqui disse de não haver caminho na Serra que pudesse servir para combater o fogo. -----

Continuamos à espera que a Câmara se pronuncie sobre esta matéria porque, até agora, não o fez. -----

- 2 - Foi notícia esta semana que o heliporto do Centro Hospitalar da Covilhã não está legalizado e não está legal há 13 anos, desde 2010. -----

Aquilo que me apetece é perguntar novamente pela Unidade Hemodinâmica que já foi aqui aprovada, inclusivamente com um Orçamento, para ser instalada! Há uma série de coisas que a Câmara se comprometeu fazer e aquilo que pergunto é: a Câmara não pode ajudar neste processo ou não quer? -----

É que, infelizmente, os doentes continuam a ter de ser transportados para Coimbra porque não há valências suficientes para isto e a verdade é que, ao vir ao público que há mais de 10 anos que o heliporto não está legal, se acontece alguma coisa de quem é a responsabilidade? Qual é que é a posição da Câmara sobre isto? -----

- 3 - Espetáculos no Teatro Municipal – Fomos recentemente brindados sobre a questão do Teatro dos 4 dias por mês. Só temos teatro 4 dias por mês. -----

De facto, é verdade. Constatámos, pela informação escrita, que só há 4 dias por mês em que o Teatro está ocupado. A pergunta que faço ao Senhor Presidente da Câmara é: -----

– Temos Teatro -----

– Temos Regulamento do Teatro Municipal -----

O que é que faz falta para o Teatro funcionar como deve de ser? -----

Falta público? Pelos jeitos não, porque estão sempre a dizer que os espetáculos estão sempre cheios! -----

Falta o quê? -----

O Teatro Municipal tem quadro de pessoal? Tem pessoal afeto ao Teatro Municipal que consiga assegurar o funcionamento como uma casa de espetáculos que aquilo merece? –

O Teatro Municipal tem orçamento próprio para fazer isto ou continua na dependência do Senhor Presidente da Câmara? É que, se continua na dependência do Senhor Presidente da Câmara, está provado que só temos competência ou só temos vontade que o Teatro funcione 4 dias por mês, o que é efetivamente pouco!” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Senhor Presidente da Mesa, um pequeno parêntesis: ainda em relação aos votos de pesar, queria salientar aqui, porque penso que tem relevância, o Voto de Pesar ao Senhor Acácio, que fez parte desta Assembleia Municipal durante vários mandatos. Recordo o Senhor Acácio, elemento da bancada do Partido Socialista, como uma pessoa afável e aberto ao diálogo em que raramente havia conflitos. Alguns existiram por causa da rede de transportes, por ser um profissional ligado aos transportes. Era um amante pelo bom funcionamento dos transportes da nossa cidade. -----

Mais um pequeno apontamento. Dizer que a composição do Gabinete do Senhor Presidente da Câmara está definida em Lei. Portanto, vou visitar a Lei porque não encontro lá que tem direito a um coordenador de gabinete. Não encontro na Lei essa figura, mas ela existe: a Câmara Municipal da Covilhã tem um coordenador de gabinete; e também não encontro na Lei que o Senhor Presidente da Câmara pode ter os assessores todos ou contratar os assessores que quer e deseja. -----

Ou seja, a Lei limita, define, baliza os recursos humanos a que o Senhor Presidente da Câmara tem direito e o que tem direito é o que está na Lei. Depois, pode utilizar recursos próprios da Câmara para ter assessores e pessoas mais próximas, que possam ajudar no desenvolvimento do trabalho no dia-a-dia.” -----

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.24)** -----

“A informação escrita, que nos foi enviada, corresponde à atividade municipal entre Dezembro de 2022 e Janeiro de 2023 -----

*Temos os registo de: -----
um conjunto de despachos de delegação de competências; -----
da atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura; -----
do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas; -----
de processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo; -----
a atividade da Divisão da Ação Social e Saúde -----
entra o Gabinete de Promoção Turística e sai a Divisão de Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento. -----*

É manifesta a ausência de qualquer informação na área do planeamento e da divisão de obras. Quais as intervenções que estão em curso e procedimentos concursais. -----

Nesta Sessão da Assembleia Municipal, temos, no ponto relativo à apreciação do relatório de atividades e contas de gerência de 2022, o registo de muita informação que deveria constar na informação escrita do Sr Presidente da Câmara Municipal a enviar em cada sessão com mais regularidade e evitávamos de ter agora um relatório de atividades com quase mil páginas. Há ali muita informação que poderia ter sido dada periodicamente ao longo do ano aos membros da Assembleia Municipal. -----

Continuamos a não entender o comportamento do sr Presidente da Câmara Municipal quando não

organiza ou não manda organizar a informação escrita de acordo com o que se encontra determinado ou estatuído na Lei 75/2013, nomeadamente na alínea y), do nº 1, do artigo 35º, quanto às empresas do perímetro municipal -----

Já aqui foi sublinhado o facto. Voltamos a sublinhar. -----

Também as atas e as minutas do executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à AM, de acordo com a Lei -----

O que também não acontece. -----

Voltamos a registar que o sr Presidente da Câmara continua a não responder aos pedidos de informação dos membros da Assembleia, no que à nossa bancada diz respeito, falamos em requerimentos apresentados em 2022. -----

Ainda assim, face à necessidade das populações e desta Assembleia, solicito informação quanto; -

- 1 - Ao processo de requalificação dos edifícios da GNR de Paul, Unhais da Serra e novo edifício da GNR do Tortosendo; -----*

Esta novela tem que ter um fim...é incompreensível para os nossos munícipes esta situação que dura anos, iniciou-se em Setembro de 2013, quase 10 anos. -----

A Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna já demonstraram, das duas uma, ou são incompetentes na concretização das obras protocoladas ou não querem fazer as obras de requalificação, encerrando os Postos de GNR de Paul e Unhais da Serra e manter a GNR do Tortosendo em casa alugada. -----

Sabendo que as populações não irão ficar caladas face a uma decisão que as penaliza, com o encerramento de serviços de segurança de proximidade. -----

Andam a “empatar”, a manter a esperança da obra que se irá realizar e a consequente manutenção dos Postos, até que se encontre o momento em que as populações andam distraídas e se encerrem. -----

Se o objetivo é este, pode contar, Sr Presidente, com o protesto firme das populações do Paul, Unhais da Serra e Tortosendo. -----

Mantenho ainda as questões colocadas na AM de 6 de Fevereiro que não tiveram resposta.

- 2 - Se o Hostel no denominado Ananda Valley, na União de Freguesias de Casegas e Ourondo, se encontra devidamente licenciado, quando se trata de reserva ecológica e talvez em zona de cheia, pelas entidades competentes, nomeadamente a APA. -----*
- 3 - Falando com mineiros que transitam à noite na estrada Ourondo – Parada – EM 512, eles continuam a referir o perigo pela ausência de um piso adequado e ausência de sinalização horizontal e vertical. O sentimento de falta de segurança é muito elevado pelo perigo e possibilidade de se ir pela encosta abaixo. -----*
- 4 - Qual a solução proposta pela Câmara Municipal e seus serviços para os candeeiros com globos situados no Paul que se encontram inativos há mais de dez anos, a degradar-se, e que dificultam a mobilidade das pessoas. -----*

5 - Para quando a reabertura dos sanitários na cidade ou a colocação de outros, mais modernos, no espaço público? -----

Ainda há dias fui a Lisboa e no Parque Eduardo VII, na capital do país, encontrei um sanitário a funcionar. Na Covilhã tem que ser mais moderno; na cidade de Lisboa aqueles que existem servem a população que deles necessita! -----

6 - No Tortosendo, na área dos transportes, foi salvaguardado no Plano de Mobilidade, a extensão dos transportes urbanos e respetivos passes e bilhetes à zona dos Matorais de Cima? -----

7 - Questionar, ainda, o Sr Presidente quanto ao material circulante nos transportes inter urbanos no Concelho da Covilhã, nomeadamente na zona sul do concelho. Têm sido vários adultos e jovens transportados para as escolas da cidade que falam na falta de condições dos autocarros. -----

Quem tem o dever de fiscalizar a qualidade do material circulante, a qualidade da Auto Transportes que foi concessionada à CIMBSE que continuam a transitar e ficam no caminho? O parque de autocarros da Auto Transportes, neste momento, está tão velho que eles avariam no caminho e no troço, trazendo todo o prejuízo para quem nele é transportado. -----

Quem tem o dever de verificar se os mesmos têm o conforto mínimo para transportar pessoas? -----

Quem pode intervir junto da empresa? -----

Acho que tem que haver, de facto, uma intervenção e alguém tem que fiscalizar e tem que exigir à empresa de que tem que colocar autocarros dignos para transportar as pessoas de acordo com as intempéries, com climatização nos diferentes períodos do ano. -----

8 - Para quando a circular à Covilhã ou uma outra via de acesso à Serra alternativa à atual passagem pela Rua Ruy Faleiro? Aquela figura dos dois autocarros na Rua Ruy Faleiro também não nos dá muita dignidade. Tem que se encontrar uma solução. Já houve na Câmara, em anteriores mandatos, a intenção da construção de uma circular. Não direi se é uma circular, se é meia ou se são algumas perpendiculares, mas a resolução do problema do trânsito para a Serra e da Serra para a Cidade tem que se resolver. A situação existente merece de todos nós, do Executivo e da Assembleia Municipal, uma atenção especial. As viaturas são diferentes; aquilo foi construído noutros tempos e temos que nos modernizar.”

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD-PSD):** “Senhor Presidente, sobre as questões das nomeações do seu Gabinete, compete-lhe a si escolher e contratar quem bem lhe apetece e sobre essa matéria a bancada do PSD nada tem a apontar. Mas temos uma questão para lhe fazer. -----

Como foi mencionada na última intervenção, e bem, há um limite legal para o número de pessoas que o gabinete do presidente de câmara pode ter e, do tamanho da Covilhã, são duas, exceto

secretárias e tem, pelo que ouvimos, já quatro (pelo menos): um chefe, um coordenador de gabinete, embora sejam sinónimos (pesquisa no Google), um adjunto e também um assessor. ----

Atendendo ao que foi dito na penúltima intervenção relacionada com a matéria, em que o Senhor Presidente respondeu que tinha um parecer a dar-lhe razão para o poder fazer, a questão que lhe coloco é se envia ou não à Assembleia Municipal essa documentação e esse parecer jurídico para sabermos da legalidade do funcionamento do gabinete do edil municipal. -----

Duas questões muito concretas: -----

1 - Onde há registo dos mais de 3 milhões euros que a Câmara ia aplicar para o apoio às famílias, anunciado a 20 de outubro do ano passado? Onde é que podemos consultar ou quanto foi aplicado em cada matéria? -----

2 - A 17 de março do mês transato, foi publicado um Despacho para que as Juntas de Freguesia pedissem o reembolso das despesas relacionadas com a Covid-19 no ano financeiro de 2020. O prazo para as candidaturas era de 30 dias contínuos para apresentarem essas candidaturas na plataforma das CCDR's. -----

A CCDRC ainda não criou a plataforma e estamos no final do prazo. O Senhor Presidente sabe de alguma coisa sobre isto que possa dizer aos nossos presidentes de Junta de Freguesia?" -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Demos conta de uma notícia na Rádio Clube da Covilhã que a Câmara Municipal vai substituir 14 parques infantis por novos. Naturalmente, isto terá passado pela reunião de Câmara, penso eu, e já trouxe aqui o assunto mais do que uma vez. A Junta de Freguesia da Boidobra não foi informada se nestes 14 parques está ou não incluído o da Boidobra. -----

Como é que tratamos isto de uma vez por todas, Senhor Presidente? Era até dezembro de 2022... O que sabemos é que o trabalho está todo feito; o que sabemos é que existe dinheiro. Agora não há dinheiro?! Estão aí 11 milhões, Senhor Presidente! -----

Se no ano passado não se executaram 11 milhões de euros num Orçamento de 30 ou 40 milhões, podia-se ter executado 1 milhão de euros (não sei qual é que é o valor destes 14 parques). Podia-se ter executado estes parques infantis e tínhamos resolvido um problema. -----

Era até dezembro; depois a reunião era em janeiro, depois em fevereiro perguntei-lhe outra vez e pediu desculpa e disse que iria mesmo fazer a reunião; e agora sai a notícia e a Junta de Freguesia da Boidobra não foi informada se está ou não contemplada nesta notícia.” -----

Prosseguiu dizendo ainda que considerava que o aumento da verba para os parques infantis constante da 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais não era significativo, verba insuficiente para a construção de 14 parques.

“Acho que já andamos com isto há bastante tempo. Já colocámos os problemas que estamos a sentir com isto, com a ASAE, com as multas a chegar, ... e é um problema que precisamos de ajuda para o resolver. Não é com mais uma notícia a dizer que se vão fazer 14 que isso se vai,

efetivamente, resolver e também não é por falta de dinheiro (estão aí a passar 11 milhões que podiam ter sido executados no ano passado e já estava mais uma resolvida). -----

Portanto, não podemos continuar indefinidamente à espera de uma solução para isto quando houve um compromisso, porque senão temos outra opção: para evitar as coimas que estão a chegar, ter que encerrar alguns parques e explicar às pessoas o que é que se está a passar.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP)**: Iniciou dizendo que, “sobre a informação escrita e como disse na última Assembleia, parece que finalmente, depois de muitas insistências feitas por vários membros desta Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara começa finalmente a enviar um documento mais próximo daquilo que a lei lhe exige. -----

Como já foi aqui dito também, não o faz de forma consistente. O que vinha na última informação não vem nesta, mas pelos vistos vale a pena, finalmente, continuar a insistir. -----

Na última Assembleia falei, por exemplo: -----

- Na informação sobre a área do Turismo. Nesta informação, essa informação já consta; ---
- Sobre o Associativismo continuamos a nada saber, mas depois do evento de sábado (no qual a Câmara esteve presente sem convidar, pelo que sei, os Vereadores da Oposição), quem sabe se na próxima informação já venha uma coisa sobre o Associativismo. -----

Mas a informação escrita continua a não conter tudo aquilo que a lei exige e continua a não ter nenhuma informação sobre a atividade desenvolvida pela Câmara nas empresas municipais e os resultados de natureza económico-financeira dessas entidades. -----

Nunca em nenhuma informação escrita veio uma única linha sobre isto, e a lei exige. Não é uma insistência minha, é a lei que o diz de forma clara. Ainda aguardamos o parecer que pedimos ao Senhor Presidente da Assembleia para que o solicitasse à CCDR. Esperemos que esse parecer não tarde em chegar e que finalmente a Câmara se convença que não cumpre a lei. -----

E também nada diz sobre as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado. -----

Em Dezembro de 2022, a avaliar pela informação que nos foi dada, e disse aqui que tinha muita dificuldade em acreditar nela, estava tudo tão bem, que ninguém se queixa de absolutamente nada e que as únicas reclamações que havia era de meia dúzia de pessoas que se queixava de não poder entrar na sala do Teatro Municipal depois de um espetáculo já ter começado. Tirando isto, está tudo ótimo, ninguém se queixa de nada e não há nenhum litígio que envolva o Município! ---

Em Fevereiro de 2023, ao contrário desta escassa informação, nenhuma vinha. A culpa era do sistema informático. Agora, em abril, a culpa continua a ser do sistema informático. -----

A minha pergunta é: não há outra forma de nos dar esta informação? O sistema informático não funciona e não há forma de recolher essa informação sem ser com esse sistema informático? Certamente que há e se não o fazem é porque não o querem ou porque não querem ter esse trabalho. -----

Já quanto à atividade nas empresas municipais, a situação deverá ser mais complexa porque nem justificação nos é dada para a sua omissão (e insistimos nisto em todas as Assembleias). -----

Tribunal do Trabalho e Conservatórias -----

Foi tornado público que Castelo Branco vai receber mais uma valência na área da Justiça: um Tribunal Central Administrativo para a zona Centro, com sede em Castelo Branco e que contará com 16 Juízes Desembargadores. -----

Mais uma vez, a Covilhã ficou de fora a olhar e a ver seguir. -----

A pergunta que faço é: para quando está finalmente resolvido o problema do Tribunal do Trabalho da Covilhã e da deslocalização das Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial? É que se não se resolve estamos num risco eminente de perder mais uma valência do Tribunal de Trabalho e sair, por exemplo, para o Fundão, onde o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha condições de o receber. -----

Portanto, é urgente que essa situação, há muito prometida, se resolva. -----

Parques Infantis -----

Temos o problema dos parques infantis resolvido? -----

As crianças podem frequentar os parques infantis? -----

Se as juntas de freguesia podiam estar descansadas e deixar de ter a ASAE à perna e as multas a chegar? Já aqui ouvimos dois presidentes de junta (Tortosendo e Boidobra) - e tenho pena que os outros não se tenham manifestado - dizer que não. -----

O Senhor Presidente ficou muito espantado com as intervenções do Senhor Presidente Marco Gabriel, mas a verdade é que foi o Senhor Presidente da Câmara que nos disse, em dezembro de 2022, que tinha encontrado uma solução e que em janeiro de 2023 seriam feitas reuniões com os Presidentes de Junta. -----

Agora diz que é por falta de dinheiro. Então para que é que procurou a solução e a veio apresentar com tanta ênfase e dizer que tinha uma solução se afinal não a pôs em marcha? Não percebemos!

Casa em ruínas - Rua Alexandre Herculano -----

Na última Assembleia falei nisto. O Senhor Presidente disse-me que era uma preocupação que tinha porque passava lá diariamente. O que é certo é que o risco de derrocada, que era iminente na última Assembleia, agora é ainda pior e nada foi feito. -----

O Senhor Presidente disse aqui que pediu urgência aos serviços na resolução do problema, mas o prédio não foi demolido, o estado de degradação é cada vez mais evidente e, portanto, a pergunta é: temos que esperar que caia ou temos alguma solução para breve? -----

Limpeza de vegetação -----

Um apelo que me foi feito por moradores daquela zona: que chamasse aqui a atenção para o facto de haver na Avenida do Biribau, nas traseiras dos prédios da Calçada Alta, um enorme matagal que precisa de intervenção urgente porque já não é o estado em que se apresenta e que é desagradável do ponto de vista estético, mas que já traz, para o interior daquelas casas e dos terraços, muita

bicharada indesejada e, portanto, apelo para que a Câmara possa fazer alguma coisa no sentido de se resolver essa situação.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Permita-me iniciar a minha intervenção respondendo diretamente ao Senhor Deputado Nuno Pedro. Escrevi aqui umas palavrinhas muito rápidas para lhe dizer. -----

O Senhor fala de relatórios e bem. Falo mais uma vez de uma comissão que foi sugerida também pelo seu partido e que, passados 7 meses da sua criação, nunca reuniu e onde esse relatório deveria ter sido já atualizado, analisado e tiradas as devidas conclusões. -----

Anda distraído o Senhor Deputado, porque continuamos sempre a falar deste assunto em todas as Assembleias e hoje não será a exceção. Segue, a seguir, a minha intervenção que, por acaso, foi escrita este fim-de-semana. Na verdade, o que nos move não é só apurar os factos, mas sobretudo cuidar para que a catástrofe não se repita.” -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.25)** -----

“Neste momento temos um documento melhorado a vários níveis e onde se notou claramente uma preocupação em responder a algumas críticas feitas pela bancada do PSD. É bom saber que nos ouvem e que perceberam ao fim de um ano de mandato... que sim, que nós lemos todos os documentos, que os valorizamos e que fazemos uma análise rigorosa aos mesmos. -----

Dito isto, passamos do formato para o conteúdo e aqui infelizmente algumas críticas mantêm-se:

Mais uma sessão da AM se realiza e já vamos na quarta após a grande catástrofe que se abateu sobre este território, e a informação escrita nada tem sobre o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Nada foi feito no âmbito da preparação da época dos incêndios para 2023. E eu diria hoje como disse nas anteriores assembleias que é preciso arrear caminho porque o verão está aí à porta mas não, infelizmente ele já cá está, foi visto para os lados de Unhais da Serra na passada quinta-feira. E mais um verão vai acontecer e mais uma vez o concelho volta a não estar preparado para responder a catástrofes. -----

E mais uma vez a culpa ou morre solteira ou volta a ser dos helicópteros. -----

Também nesta matéria continuamos a ver os helicópteros passar no que respeita à Comissão de Acompanhamento. Fica aqui o registo. -----

O documento reflete desta vez muito mais informação sobre a atividade do município. No entanto a informação financeira continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e continua a não ter qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela lei. -----

Mas naquela que é a gestão corrente queremos voltar a salientar que o Sr. Presidente continua a insistir na representação do Município por não eleitos. E estou claramente a falar da presença na nossa Comunidade Intermunicipal. E aqui tomo a liberdade de lhe perguntar Sr. Presidente: digam-nos lá aqui a todos, mas por que razão não vai às reuniões da CIM? Por que razão a Covilhã ao

contrário dos restantes Municípios não se vê representada ao seu mais alto nível? privando-se assim dos seus principais direitos... Foi uma promessa que fez? Foi uma birra? Diga-nos lá!!! É que eu gostaria de o ver lá, confesso. -----

Ainda nas delegações de competências, verificámos que elas duplicaram relativamente à última AM. Acredito que quem o representa o faz com a maior carga de responsabilidade e compromisso, mas também sei que o peso da presença de um Presidente de Câmara em muitas reuniões pode ser fulcral na defesa dos interesses do município. Por isso pergunto-lhe hoje onde anda Sr. Presidente, que não aparece em lado nenhum? -----

Continuamos a entender que a atividade cultural do município é muito redutora e muito já foi dito e sugerido pelo PSP sobre o Teatro Municipal e a sua gestão, ainda agora ouvimos uma vez mais falar sobre este assunto. -----

Também nos parece que num concelho com o potencial do nosso esta lista de licenciamentos demonstra claramente a estagnação do investimento privado e a incapacidade da gestão municipal reverter esta tendência. -----

No entanto congratulo o executivo por colocar na informação escrita o relatório intercalar da divisão de ação social e saúde, que me surpreendeu pela positiva. Retirando a identificação das transferências de competências na área da ação social e da saúde são alguns os projetos e as candidaturas identificadas sobretudo no âmbito da Estratégia local de Habitação, destaco por exemplo o Acordo com o IHRU para apoiar 344 pessoas ao abrigo do programa 1º Dtº. -----

Acordo esse que foi assinado em dezembro de 2021, pergunto-lhe Sr. Presidente e sabendo que a calendarização vai até junho de 2026, mas que também já passou mais de um ano, pergunto-lhe das 344 pessoas quantas já foram apoiadas. -----

Verificamos que também já foi feito algum trabalho de atualização da informação do edificado municipal, no entanto não sei se totalmente suficiente para as novas necessidades de informação face às exigências imediatas do “Programa Mais Habitação”. -----

Pergunto-lhe se o levantamento do edificado municipal devoluto já está concluído e se sim de que números falamos e o que vai fazer agora no âmbito do “Programa Mais Habitação”. -----

Foram também identificadas neste relatório vários imóveis para “preparação das primeiras candidaturas a financiamento para construção e reabilitação de fogos”, 10 anos de mandato Sr. Presidente e estamos ainda nesta fase de preparação de primeiras candidaturas, em pelo menos 12 fogos, dá que pensar... -----

Foi também proposto ao IHRU no âmbito BNAUT (bolsa nacional de alojamento urgente e temporário) a construção de um edifício de 6 fogos e 2 reabilitações e à CIM uma candidatura para a construção de 5 prédios que representam mais 40 fogos e que tinha início previsto para jan./2023. Pergunto-lhe sr. Presidente, hoje em que ponto estamos nesta matéria? -----

E termino referindo-me o que não vem na informação escrita: -----

- Relativamente à USF pergunto-lhe se não quer esclarecer este órgão relativamente ao tremendo pacote financeiro com que vai onerar o erário público do município e pergunto-lhe afinal como se

vai denominar esta unidade de saúde, uma vez que foi aqui neste órgão aprovado o nome “Paulo de Oliveira”. -----

- Por fim pergunto-lhe Sr. Presidente se teve conhecimento dos despedimentos que aconteceram no Call Center que estava a operar no Data Center da Covilhã cujo cliente era a TAP. Esses despedimentos foram consequência de uma renegociação de contrato por parte da transportadora portuguesa que passou os seus serviços de call center da Altice para a teleperformance. O que seria mais provável de acontecer seria a passagem dos trabalhadores para a teleperformance com a manutenção dos serviços na Covilhã uma vez que a empresa tem uma filial na cidade. Mas isso não foi o que aconteceu e o call center da TAP foi deslocado para as instalações da teleperformance no Porto. -----

Parece-me a mim que isto não augura nada de bom, até porque onde há fumo é porque há fogo e também já consta, por aí, que será intenção da empresa não continuar a investir na sua filial da Covilhã e poderá estar, inclusive, a equacionar a sua saída da Cidade. -----

Relembro das suas declarações, sr. Presidente, à Comunicação Social em dezembro, dizendo que a empresa vai ter continuidade e crescimento na Cidade. -----

Porque imagino que nada disto que lhe disse, sobre a teleperformance, será novidade para si e porque quero acreditar que tem a mesma sensibilidade que eu para perceber que isto é no mínimo motivo para preocupação, pergunto-lhe sr. Presidente se está atento, se está a monitorizar a situação e se tudo está a fazer para que esta não seja mais uma empresa a sair do Concelho.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, passou a responder às questões colocadas. -----

“Uma questão que tem sido muito debatida (uns com curiosidade sincera, outros com curiosidade política): a questão do **Gabinete do Presidente da Câmara**. -----

Quero dar-lhes nota que não está ultrapassado o limite legal dos membros que compõem o gabinete. É composto pelo Coordenador do Gabinete, que é um recurso próprio da Autarquia, bem como pelos assistentes e pelos técnicos que secretariam o Gabinete. São todos recursos da Autarquia. -----

A afetação de técnicos da Autarquia ao Gabinete do Presidente - e o caso do Senhor Jorge Gomes - resulta do facto de o Gabinete de Apoio ao Presidente (que tem a estrutura que tem e que é sabida e conhecida) ser uma unidade orgânica dotada de atribuições e competências específicas que estão aí previstas e, portanto, nada mais nem nada menos daquilo que está descrito no Regulamento de organização dos serviços municipais da Câmara Municipal que está no *Diário da República*. -----

Teatro Municipal – É uma questão que queria tratar com toda a frontalidade. Felizmente, temos o Teatro Municipal ao nosso serviço. Na Covilhã, temos realidades diferentes de outros municípios no que diz respeito à procura de utilização por parte de muitas entidades. O caso específico de muitos municípios da nossa dimensão, mais próximos ou mais distantes, daqui da região, não tem

paralelo, uma vez que não têm tantas associações quanto nós temos e, portanto, apresentam um modo de funcionamento diferente. -----

Através do Regulamento e com a participação pública que os senhores puderam aportar relativamente a esta temática, toda a gente se debruçou sobre o assunto. -----

Temos quadros próprios da Autarquia afetos ao Teatro, como o próprio Diretor, e está a ser gerido de forma competente e adequada, sendo certo que há uma alteração que temos que fazer. Efetivamente, há um dado prévio que tem que se dispor para aqueles que estão menos familiarizados com isso estarem a par, que é o seguinte: quando se realiza um espetáculo normal, é preciso, ou na véspera ou às vezes mais, colocar essas coisas no Teatro, como também é preciso no dia subsequente. -----

Umás vezes, isso depende unicamente da mão-de-obra da Câmara, outras vezes é dos próprios artistas, atores ou intervenientes dos espetáculos ou eventos. Isso faz com que não se possa utilizar o Teatro todos os dias, como era desejado. -----

Também quero fazer essa experiência de reforçar o quadro de pessoal com mais um ou dois elementos no sentido de ver se, efetivamente, conseguimos obter ganho de tempo para termos mais espetáculos, tempo de sala disponível e também ao serviço das nossas agremiações. Compreendam que temos, no nosso Concelho, felizmente, muitas associações e se fôssemos fazer contas não dava praticamente um dia para cada uma delas, se todas elas lá quisessem realizar um evento. Portanto, temos que ser muito parcimoniosos, equilibrados, justos e proporcionados na forma como utilizamos esta sala. -----

Sendo todos merecedores de ali poderem exercer a sua arte e ali levarem a efeito os eventos que entendem que são dignos daquela sala e do próprio contexto, a verdade é que temos essa dificuldade, mas, sendo certo que alguma razão assiste a algumas associações e agremiações e da vontade que todos temos em vermos lá as nossas agremiações a ocupar e a utilizar a sala -----

Por exemplo, ouvi aqui hoje que eram só 4 dias por mês. Pois bem, hoje é dia 17 e a sala já esteve ocupada 10 dias com eventos e espetáculos. No próximo mês de maio estão programados 18. Portanto, não são 4 por mês. -----

Reconheço que, efetivamente, era desejável que mais dias pudéssemos usufruir daquela sala, mas temos essas limitações, umas próprias e outras alheias. A realidade da vida é dinâmica e temos que nos adaptar a ela. O que temos que fazer é tentar corrigir aquilo que é possível corrigir, reforçar aquilo que é possível reforçar, no sentido de melhor aproveitar a nossa sala de espetáculos, que nos orgulha a todos. -----

Obviamente que o Teatro Municipal tem orçamento, trabalhadores e diretor e, portanto, temos que o tornar o mais eficiente possível e é isso que vamos tentar fazer com toda a brevidade possível. -----

Parques Infantis – Queria que eles estivessem resolvidos em dezembro. Infelizmente não pude. Não era falta de dinheiro. Temos o dinheiro. O dinheiro está alocado. Não é por acaso que esta quantia que hoje vamos passar, que é o saldo do ano passado para este ano, vai já direitinho para

obras. Não são coisas virtuais. Não são promessas de algibeira, nem são brincadeiras. São coisas reais, efetivas e concretas. -----

Os nossos serviços estão a trabalhar nesse sentido e o Senhor Eng.º Jorge Vieira ainda há pouco, antes da reunião, estava a ver algum material e elementos no sentido de densificar melhor o caderno de encargos para os parques infantis, que estão perfeitamente identificados. -----

Os Senhores Presidentes de Junta depois dirão. Nalguns sítios já sabemos. No caso da Boidobra, o parque vai lá ser colocado. Já disse que quer no Parque do Pigaimo. No caso do Tortosendo, um é no Jardim Público, mas o caso do Tortosendo é um caso específico. Prescindiu o Senhor Presidente de uma dezena de parques (se a memória não me atraindo) e vai ter que ter dois parques maiores porque é uma zona com mais densidade populacional e mais crianças e obviamente que, estrategicamente colocados e de acordo com a vontade dos autarcas de cada freguesia, serão colocados lá os parques. -----

Ganhamos escala em concursar de uma só vez a aquisição destes parques. Temos a vantagem de conseguir preços mais acessíveis e o que pedi ao Senhor Eng.º Jorge Vieira é que o material seja de boa qualidade e que a quantidade seja consentânea com as necessidades que estão, no fundo, consensualizadas, reconhecidas e feitas. -----

Não querendo apressar-me, queria que no próximo Verão estivéssemos a inaugurar já alguns deles. Era bom sinal. Agora é uma questão do decurso normal do contrato. -----

Estamos agora em condições de alocar o dinheiro que tínhamos, mas não o podíamos utilizar. A partir de hoje, se os Senhores Deputados Municipais votarem favoravelmente as alterações modificativas ao Orçamento, uma parte muito significativa deste dinheiro vai ser alocada aos parques infantis, às estradas, aos cemitérios, aos muros, às reparações que são necessárias fazer.

Falando de despesas, às vezes fico perplexo com algumas posições da Oposição ou das Oposições (neste caso tem um rosto mais visível, que é o do Partido Social Democrata). Com todo o respeito, acordaram para a questão da Unidade de Saúde Familiar agora. -----

Celebrámos o contrato, discutimo-lo e levámo-lo à Câmara, faz agora em maio dois anos. A Unidade de Saúde Familiar vai ser localizada naquele sítio, com aquele contrato e com aquela finalidade, de harmonia com a vontade e com o agrément do Senhor Presidente da USF da Covilhã e de acordo com os técnicos da Administração Regional de Saúde. -----

Foi visitado o sítio e o local. Estamos a reabilitar um emblemático edifício histórico da nossa cidade, de uma associação que representa a principal atividade do município da Covilhã em termos económicos. O edifício está muito bem localizado, com um bom parque de estacionamento atrás, com paragens de autocarro à frente, com elevador para irem para o 1.º andar (como se fosse um anátema que alguém apanhe um elevador no rés-do-chão para ir para o 1.º andar para receber cuidados de saúde primários!). -----

Imaginemos que éramos uma cidade mais jovem e que tínhamos outro contexto orográfico: até poderíamos pensar em construir de raiz um edifício de rés-do-chão. Se temos ali um edifício com estas características que acabo de descrever, por que não usá-lo com essa finalidade quando,

efetivamente, quem sabe disso e quem conhece, quem tem experiência e know how nessa matéria concordou e achou que era uma excelente solução. -----

Quero dar-vos uma boa novidade: na sexta-feira passada recebi o telefonema da Senhora Secretária de Estado da Administração Interna – Dra. Isabel Oneto –, dando-me nota que me iria remeter o contrato interadministrativo para a construção do **quartel da Guarda Nacional Republicana** no Tortosendo, que vai ser o quartel base do concelho. -----

Infelizmente, ainda não vos posso dar a boa-nova da do Paul e de Unhais, sendo certo que a informação que tenho é que estão prontos a serem celebrados também, estando a aguardar pareceres da Guarda Nacional Republicana não quanto ao projeto, mas com coisas que têm a ver com a organização interna da Guarda Nacional Republicana e não propriamente com o Ministério da Administração Interna. Foi aquilo que me foi relatado. -----

Heliporto – A maior parte dos heliportos dos hospitais não cumprem todos as regras que a Lei exige. Não significa que haja insegurança. -----

Eu e o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira fomos há cerca de 2 anos a uma reunião onde estavam os senhores presidentes de câmara e os senhores presidentes de conselhos de administração de hospitais e de centros hospitalares de várias zonas do país cujos heliportos estavam nessas circunstâncias e sei que o Ministério das Infraestruturas tem estado a trabalhar nesse sentido, sendo certo que me predispus e dando nota que o Município da Covilhã, naquilo que pudesse colaborar, assim colaboraria. Se nos for solicitado algo que possamos fazer, assim será feito. -----

O heliporto que serve a Proteção Civil, que está sediado em Cortes do Meio, tem aquela aptidão que conhecem relativamente ao combate aos incêndios e é da maior importância porque, como sabem também, o ataque inicial aos incêndios é absolutamente crucial. A primeira meia hora é decisiva e a saída do helicóptero com homens que, de imediato, tentam debelar as chamas é fundamental para evitar que os incêndios depois adquiram a proporção que adquiram normalmente. -----

Estamos a trabalhar, obviamente, na sua harmonização com a Lei, porque também havia desfasamentos, e pedimos auxílio técnico a quem trabalha todos os dias nessa matéria no sentido de nos ajudarem a resolver os problemas que ali ainda subsistem para que tudo fique como deve de ser. -----

É a nossa vontade - como sei que é vontade de todos os senhores deputados municipais - que aquele heliporto um dia (que seja o mais breve quanto possível) possa levar e trazer turistas para a Covilhã para engrossar aquele número da potência turística que somos no interior de Portugal.

Outra questão que tem sido suscitada é relativamente à problemática da **classificação dos solos**.

Até 2014, até ao Governo do Senhor Dr. Pedro Passos Coelho, os solos tinham três classificações: rústico, urbano e urbanizável. Foi feita uma Lei (que depois foi regulamentada já por um Governo do Dr. António Costa) dando cumprimento ao que essa Lei estipulava e o Decreto-Lei veio dar cumprimento a essa Lei, que impôs que deixem de existir terrenos urbanizáveis. Ou seja, há

rústicos e urbanos, mas desaparecem os terrenos urbanizáveis. Manter-se-ão com esta nomenclatura apenas até ao final do corrente ano. -----

Abrimos o procedimento já no mês de março e não estamos a fazer algo que seja por vontade própria. Ou seja, estamos a cumprir uma inexorável, uma inelutável obrigação que decorre da Lei. A Lei impõe e obriga que os terrenos sejam classificados só e apenas como rústicos ou como urbanos. Aquela figura do “urbanizável” vai desaparecer. -----

Todos os municípios de Portugal estão obrigados a cumprir escrupulosamente esta Lei e tanto assim é que, se a não cumprirem, ficam impedidos de aceder a fundos comunitários e a fundos nacionais do Orçamento de Estado. -----

E mais, todas as operações urbanísticas (loteamentos, licenças de construção, processos de obras em curso, ...) ficam suspensas, ou seja, ficamos impedidos de proceder a operações urbanísticas. -

Podem dizer que “há 400 hectares, que é aproximadamente aquilo que deixa de ser urbanizável e vai ser rústico.” Não é bem assim. -----

Esta é uma Lei que remonta a 2014. Há 9 anos que os portugueses em geral sabem que as coisas iriam ter este desfecho. Tem havido prorrogações e, se não fosse a pandemia, o que estamos agora a discutir a este propósito já estava a ser aplicado. A pandemia atrasou a entrada em vigor desta Lei que, no fundo, impõe que os planos diretores municipais contemplem esta classificação dos solos. -----

Mas, imaginem uma situação muito concreta: entra em vigor a Lei; um terreno de um concidãõ nosso era urbanizável; neste momento, vai passar a rústico; e, mais tarde (2, 3, 4 ou 5 anos), esse cidadão ou empresa entende que ali é viável um determinado empreendimento e é preciso edificar. -----

Pois bem, dirige-se à Câmara Municipal e apresenta o projeto. Pode ser uma parceria. Pode ser celebrado um protocolo com o Município e, em casos mais expressivos, a própria empresa ou interessado até acaba por custear o Plano de Pormenor e, através do Plano de Pormenor, é possível alterar essa situação e levar-se a efeito o empreendimento. Neste momento, temos dois em curso já com esta Lei em cima (um no Ferro e outro entre o Tortosendo e o Dominguizo). -----

Na prática, desde que no futuro haja contiguidade, ou seja, desde que esteja ligada à zona urbana, podem transformá-los em urbano mediante pedido e fundamentação para o efeito. Ninguém fica impedido, desde que o justifique, de utilizar o seu terreno para essa finalidade. -----

Mais ainda: de 4 em 4 anos, isto é revisto obrigatoriamente. Há relatórios de acompanhamento. O próprio município, por sua iniciativa e entendendo que na aldeia X ou Y do seu concelho é preciso expandir a área urbana, propõe às entidades que superentendem nesta matéria e faz o seu plano de pormenor para aquela zona e cria uma zona de expansão urbana onde as pessoas podem, efetivamente, construir e levar a efeito as suas construções. -----

Há leis que têm muitas interpretações. Esta não tem segunda ou terceira interpretação. É tão clara e tão evidente quanto isto, independentemente de quem a fez ou deixou de fazer. -----

Por exemplo, aqui na Covilhã, a Oposição deu um exemplo infeliz, que é o de um terreno que está nas traseiras do Intermarché, nas proximidades da Faculdade de Ciências da Saúde. -----

A Câmara, no âmbito da aplicação deste normativo legal, propôs a quem de direito que aquele terreno fosse urbano. Não foi aceite. No entanto, essa mesma entidade considera, e bem, que ali fica uma unidade operacional de planeamento (n.º 10), que é uma reserva estratégica da UBI. ----

Ou seja, se a Universidade da Beira Interior quiser expandir-se, quiser ali construir um edifício, quiser ali levar a efeito aquilo que acha adequado para a sua função, é só solicitar à Câmara Municipal e assim será. -----

A Lei é clarinha como água e fazer demagogia com isto é altamente reprovável porque, na verdade, estão salvaguardados os direitos essenciais com a lei que nos é imposta. Até dá a ideia que nós é que escolhemos a Lei. Não. Estamos a cumprir uma obrigação que tem uma sanção em cima. ----

Metro de superfície – Aquilo que o Secretário de Estado me disse, a mim e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão, é que, até ao final do ano, iria implementar uma experiência-piloto de metro de superfície.” -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou a discussão do presente assunto, tendo passado ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

2.2 – APRECIACÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

--- Na sequência do Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição que lhe foi remetido para apreciação e discussão, documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata ficando, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito, foi o mesmo submetido à apreciação, tendo sido intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: Referiu concordar com a resposta que o Grupo Municipal do Partido Comunista enviou acerca deste Relatório do Direito de Oposição. -----

Deu como exemplo a alteração modificativa, constante do ponto 2.5 da Ordem de Trabalhos, que “representa 25% do total do Orçamento e que, na prática, nenhuma das bancadas foi ouvida nem sequer foi previamente informada. Se se obriga a audição prévia dos instrumentos de gestão, considero também que, havendo uma alteração deste montante e desta envergadura, acho que não ficaria mal o cumprimento do exercício do Direito de Oposição e pelo menos a audição prévia.

Acabámos de ouvir o Senhor Presidente da Câmara falar de uma série de coisas e, sobre os terrenos, tenho que dizer que se tivéssemos o PDM definido e aprovado há anos, como deveria

de ser, este problema não se colocava e estavam definidos quais eram os urbanos e os rústicos. – O Direito de Oposição é exatamente isto e é o espelho desta Câmara. E a história do Teatro também. Formalmente está tudo muito bem! Na prática, ouve-se a Oposição no dia em que se publica e que se envia o Orçamento e o Plano de Atividades para o ano seguinte. Isto é audiência prévia?! Isto é um exercício de audiência prévia?! Não é! -----

Isto é o mero cumprimento formal, uma obrigação que a Lei exige que seja feita de outra maneira. E vamos dizer que está tudo bem como é dito neste relatório? E vamos dizer que está tudo ok? –

Ainda agora aconteceu com uma publicação no sábado, em que houve aqui um show off para as associações todas e nem sequer tiveram a dignidade de convidar a Oposição que votou favoravelmente aqueles apoios. Isto é o Direito de Oposição?! Isto é dizer que as pessoas têm o direito a participar?! Ou, só porque é público, se quiser aparece e se não quiser não aparece?! ---

Depois vêm falar de democracia! A democracia é cumprir estas regras. Isto é a base de qualquer democracia e, infelizmente, no Concelho da Covilhã não se cumpre! Diz-se e faz-se de conta que se cumpre, mas na prática não se cumpre e não se respeita!” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Recebido o Relatório, enviámos no prazo legal a nossa pronúncia sobre o mesmo. -----

Da leitura do Relatório que a Câmara nos envia, o que está aqui é irreal. Foi elaborado como se as coisas funcionassem e estivessem a funcionar na perfeição. Nota-se que é um relatório elaborado pelos serviços, mas carece de alteração. -----

Diz-se aqui “*os titulares do direito de oposição foram regularmente informados...*”. Senhor Presidente da Câmara, onde é que já respondeu aos requerimentos da bancada do PCP de 2022? Não respondeu sequer! Requerimentos feitos de acordo com a Lei, através da Mesa, para a Câmara Municipal... Não se responde porquê? -----

É um sentimento de protesto. Impotentes não ficamos porque continuamos a lutar por aquilo que, em democracia, é normal e que a Lei obriga a fazer que é, face aos requerimentos dos eleitos ou dos partidos, a Câmara Municipal tem o dever de responder e o prazo está definido no Código do Procedimento Administrativo. -----

Ou seja, quando no Relatório se diz que se tem dado toda a informação solicitada, temos que dizer que não, que isso não acontece e que não corresponde à verdade. Se não corresponde, há que corrigir.” -----

Relativamente à parte do Relatório em que diz, sobre a “audição prévia dos titulares do direito de oposição, que foram convidados para a audiência prévia e foram enviados os documentos previsionais...”, referiu que “isso não corresponde à verdade. Fui convidado, o meu Partido foi convidado e estive presente, mas os documentos não foram enviados previamente. Aliás, nem os vi! Só vi os documentos quando fui convocado para a Assembleia Municipal. Uma coisa não substitui a outra. Na audiência prévia, o Relatório diz que os documentos foram enviados

previamente, mas não foram. Vejam lá se no próximo ano enviam, de facto, os documentos para a audição prévia, caso contrário *não bate a bota com a perdigota*. -----

Assim como a questão dos eventos, das iniciativas da Câmara. O Estatuto do Direito de Oposição diz isso claramente. Não devem ser só os eleitos que devem ser convidados pela Câmara para as suas iniciativas públicas, seja de assinaturas de contratos e protocolos de colaboração, seja de inaugurações ou qualquer outra iniciativa da Câmara. Se vão ou não vão, isso é outra coisa. Mas os partidos políticos também devem ser convidados porque são titulares do Direito de Oposição. Diz o Estatuto do Direito de Oposição que são os partidos que são os titulares do Direito de Oposição. Não são os eleitos. Os eleitos podem ou não representar os seus partidos porque até podem ir pessoas dos partidos que não são eleitos e podem, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição, estar presentes nessas iniciativas. -----

O nosso parecer foi feito e enviado. Espero que a Câmara Municipal elabore um relatório para o próximo ano de acordo com a realidade dos factos.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Agradecer à Mesa, em nome da bancada do PSD, pela introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos, que foi resposta a um agendamento potestativo nosso na decorrência da última Assembleia Municipal e dar nota que o outro agendamento potestativo que fizemos não foi cumprido, que era o de vir a este órgão a empresa da concessão da mobilidade da Covilhã e vou passar a um excerto da ata votada nesta Assembleia em que diz o Eng.º Hélio Fazendeiro que *“seremos os primeiros... a exigir esclarecimento dos órgãos...”* e *“... a Concessionária comprometeu-se publicamente com todos – faz parte das obrigações contratuais – a prestar todas as informações...”* e que, por isso, *“... são devidos aos cidadãos e aos órgãos e exigidos à Concessionária.”* -----

Gostaria de solicitar à Mesa que, na próxima Assembleia Municipal, seja ela ordinária ou extraordinária, se dê cumprimento a esse agendamento potestativo que já foi feito para auscultação da empresa da concessão da mobilidade. -----

Relativamente ao Relatório em apreciação, há uma confusão entre o que é o Estatuto do Direito de Oposição, o que é o Regime Jurídico das Autarquias Locais e o que é o Estatuto dos Eleitos Locais, e convém não misturar. -----

Sobre esta matéria, queremos penalizarmo-nos por não termos enviado o nosso parecer à Câmara no devido tempo, escusando-me dizer que obviamente isto chegou-nos no dia 27, se não estou em erro, a 3 ou 4 dias do fim do prazo. Não justifica evidentemente a nossa falta de comparência nessa matéria e, sendo honesto, devíamos tê-lo feito e não o fizemos. -----

Ainda assim, cumpre-me dizer o seguinte sobre este documento: -----

- 1.º Não está datado pelo que peca de nulidade no envio aos grupos municipais e de certeza que não foi enviado sem data para as entidades competentes. A questão que se impõe é por que é que não data porque, no ano passado quando requeremos também o agendamento potestativo deste tema, tinha data, a data foi criticada e desta vez veio sem data. Para se corrigir uma falha comete-se uma maior; -----

- 2.º É uma mera descrição da Lei. Não menciona em concreto o que foi feito para cumprir o Estatuto do Direito de Oposição; -----
- 3.º Tem novamente erros nos titulares do direito de oposição. Menciona os partidos que não estão representados no Executivo, mas estão representados na Assembleia Municipal. É um erro. Todos os partidos representados na Assembleia da República, mas que não têm representação a nível local (por exemplo, o Livre, CHEGA, PAN e Bloco de Esquerda), também são titulares do direito de oposição na Covilhã, exerçam-no ou não; -----
- 4.º Dividem por órgãos o cumprimento do direito por que razão? O direito cumpre-se da mesma forma a todos os titulares do direito de oposição que são, como já foi dito, os partidos e os grupos de cidadãos independentes e não os membros dos órgãos, com exceção, evidentemente, da Assembleia Municipal por via dos partidos que foram eleitos;
- 5.º Diz que foram enviadas à Assembleia Municipal informações gerais, informações sobre a situação financeira do Município. Também não é verdade. Já foi aqui discutido e dito hoje. Mais concretamente: -----

“Direito de informação” – Tem erros. A linguagem é vaga e pouco concreta. *“Informados sobre diversos assuntos”* – quais? Não sabemos. -----

Aos titulares do direito de oposição foram facultadas as informações, nomeadamente: *“dada resposta aos pedidos de informação por aqueles solicitados”* – Isto não só não é verdade (temos vários requerimentos que ainda aguardam resposta), como este não é o cumprimento do direito de oposição. O cumprimento do direito de oposição é sermos informados de todas as informações sobre a atividade do município, mesmo que não a solicitem. -----

“Direito de consulta prévia” – A disponibilização das ordens de trabalho, atas e documentação não é direito de oposição. É regime jurídico das autarquias locais. Não falam do Orçamento e GOP's onde, aí assim, cumpriram o estatuto do direito de oposição e estou a discordar de quem me antecedeu. Aí sim, foi cumprido. Podemos é discordar se chega. Eticamente, fomos convidados no dia para nos pronunciarmos sobre o documento que é submetido à tarde, mas do ponto de vista legal foi tudo cumprido. Nem têm sequer que enviar o documento. -----

“Direito de participação” – Em primeiro lugar, é preciso clarificar como é que classificam a natureza de se justificar ou não convidar os eleitos locais para a participação nos eventos; em segundo, só os eleitos da Câmara é que são convidados para todos os eventos. Por que não os eleitos da Assembleia Municipal? -----

Por fim, posso mostrar uma dezena de fotografias de eleitos do PS em vários eventos municipais sobre os quais esta Assembleia não teve conhecimento da sua existência. É obrigatório. Isto já não é só o direito de oposição. O estatuto dos eleitos locais impõe que todos aqui sejamos convidados para todos os eventos do município, incluindo por exemplo os que são feitos com os colaboradores, como o tradicional almoço ou jantar de Natal, ainda sublinhando que o direito de participação não é isso. -----

Direito de intervenção – Como o de presença, decorre do direito de participação. Não é

mencionado em momento algum. -----

Também não é mencionado em momento algum o direito genérico que decorre do direito de participação, que é o da oposição dispor de condições para o exercício das funções, nomeadamente: receber a correspondência (único que é cumprido e que não é mencionado - expediente); ter direito a um gabinete próprio com meios logísticos necessários; email no domínio municipal; e assessoria técnica. São os quatro necessários para serem cumpridos. Obviamente que dois destes sabemos que comportam custos financeiros, não são necessários e o outro não. -----

Publicação do respetivo relatório de avaliação. Diz aqui que foi feito. Onde? -----

Para terminar, não diz nada sobre o direito a meios de comunicação institucional próprios, do direito de oposição ter um espaço próprio no sítio da internet do município e no boletim municipal. -----

Este relatório deve vir à Assembleia Municipal antes de ser submetido para poder receber os contributos da oposição e espelhar melhor a realidade do município. -----

Em último lugar, diz que os titulares do direito de oposição *“Foram também informados de que, a pedido de qualquer um, podia o mencionado relatório ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal...”*. Isto é mentira! Em nenhum momento nos foi aqui dito, formal ou informalmente, que isso podia acontecer. Nós é que o requeremos via mecanismo legal.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)**: Após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.26)** -----

“Como versa na Constituição da República Portuguesa, uma das tarefas fundamentais do Estado é “Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais”, e é nesse âmbito que podemos ver consagrado na lei, como nos refere o documento de suporte ao ponto em questão, no número 2 do artigo 114º (centésimo décimo quarto), o reconhecimento às minorias, do direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei, pois a democracia é feita por todos. Por quem exerce cargos de governação executiva e pelos que exercem cargos de categoria deliberativa e fiscalizadora. -----

Com base na análise ao relatório da avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição, aliada à minha perceção e ao conhecimento da gestão e funcionamento dos órgãos do município e ao enquadramento histórico do funcionamento dos mesmos, asseguro que hoje, esta norma democrática é cumprida e respeitada, permitindo que todos os intervenientes, devidamente legitimados nas eleições, possam debater com propriedade todos os tópicos a discussão. -----

Na minha opinião, este relatório é um documento que nos deve orgulhar a todos, pois reflete o espírito democrático que herdámos de abril e que celebraremos daqui uns dias. -----

E deixo aqui uma palavra de reconhecimento e orgulho a todos os elementos que constituem esta Assembleia Municipal, porque este tipo de conquista não é individual, mas sim fruto de um esforço

coletivo, embora as vezes as nossas divergências ideológicas nos levem a defender a nossa opinião de forma mais assertiva, conseguimos sempre respeitar todos os pergaminhos democráticos. -----

É por isso, para mim, a minha honra em dar o meu contributo a esta causa junto de todos vós e em conjunto com todos vocês. -----

Mas também quero manifestar aqui a minha preocupação sobre a forma leviana como a falta de transparência democrática foi aqui abordada porque, e respondendo ao Dr. João Bernardo que muito estimo, longe vai o tempo em que o exercício democrático do contraditório era menorizado e tinha direito a uma resposta hostil e deselegante que em nada honravam a grandeza do órgão que representamos, muito menos os Covilhanenses, ou mesmo até da forma como eram conduzidas as Assembleias Municipais onde não havia condescendência ao contraditório e o uso da palavra era bastante condicionado. Isto é uma realidade que hoje felizmente não existe. -----

Hoje, vivemos um novo paradigma e devemos estar bastante orgulhosos, no meu entender, que aparentemente é bastante diferente do seu. -----

Naturalmente que há sempre espaço para melhorias, é uma fatalidade que advém do facto de estarmos vivos. Podemos sempre melhorar. Mas há que reconhecer o esforço feito pelos Eleitos do Partido Socialista ao longo de todos os mandatos em prol da transparência democrática, esforço esse, complementado por todas as forças políticas que hoje têm espaço para o fazer. -----

Mas não nos podemos esquecer, e temos que lembrar, que hoje em dia as possíveis falhas são exceção e antigamente eram regra.” -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã apreciou e discutiu o Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos Direitos do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2022. -----

2.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL DO ANO DE 2022

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 2029 de 31.03.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Este relatório diz respeito ao primeiro semestre do ano de 2022 e devia ter sido apresentado ainda em 2022, como aliás foi requerido pela bancada do PSD.

Não faz sentido, na nossa posição, estarmos em abril de 2023 a ter conhecimento do desempenho do primeiro semestre de 2022, sobretudo na mesma reunião do plenário em que temos conhecimento do desempenho de todo o ano que vamos discutir a seguir. -----

Este ponto peca por nulidade na discussão pública. Temos um ROC contratado pela Câmara. Há tempo mais do que suficiente para este documento ter vindo atempadamente. -----

Por isso, a questão que faço é: quais as razões para vir só agora, fora do prazo? E, naturalmente, expressar a nossa profunda contestação e consternação por esse facto.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Parece-me extemporâneo, fora de prazo, fora de tempo. Justificava-se no meio ano. -----

O relatório financeiro está tudo incluído agora nas contas de gerência do final do ano. Portanto, penso que não nos vai merecer da nossa parte qualquer apreciação.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** justificou a data da apresentação do presente documento “por causa da avaliação da rede viária municipal. Contratámos uma empresa via património municipal, que não estava inventariada. Foi objeto de avaliação. É algo que impacta nas contas do nosso Município e, por conseguinte, só em final de dezembro é que o relatório ficou pronto. Portanto, a integração das contas só foi considerada a 1 de janeiro de 2022. -----

Se fosse apresentado, por exemplo, em setembro (caso estivesse pronto) não relevaria um número tão significativo quanto este, que são os 92 milhões de euros que foram inventariados para além do que já tínhamos (prédios, estradas, vias de comunicação, ...). -----

Vem com algum atraso, mas está aí e os senhores têm toda a disponibilidade para interpretar, ler, sindicar, filtrar, ... Não há aqui nada de opaco.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Agradeço os esclarecimentos que foram, de facto, muito factuais. O que peço ao Senhor Presidente da Câmara é que, da próxima vez que perguntarmos do porquê de o relatório não vir, que nos diga isso nesse momento e, portanto, escusamos de chegar a este ponto e estarmos a lembrar isso.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal:** “Os senhores colocam tantas questões para, em 15 minutos, poder responder, que não consigo responder a tudo.” -----

--- **A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório de Revisão Limitada Sobre a Informação Financeira Semestral do ano de 2022.** -----

2.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E ATIVIDADES 2022 DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 2020 de 31.03.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** pediu a palavra para **comunicar que não iria participar na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Só uma nota de indignação. Quando o Senhor Presidente, na sua intervenção, referiu que obviamente tinha pareceres jurídicos para a contratação de alguém para o seu gabinete e que obviamente nem ele ia fazer tal coisa sem parecer jurídico, e democraticamente um deputado aqui eleito pergunta pelo parecer jurídico e o manda estudar... pedia ao Senhor Presidente que percebesse que as regras normais de democracia não são mesmo essas. Estamos num órgão eleito e o respeito tem de ser nas duas direções.” -----

Seguidamente, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.27)** -----

“O relatório de gestão da atividade municipal do ano 2022 é o retrato da atuação desta Câmara Municipal e da sua visão de gestão do Concelho. -----

Acabar com um saldo orçamental de mais de 11 milhões de euros poderia revelar uma gestão eficiente, mas não! -----

A venda de bens de investimento foi quase o dobro do previsto devido, maioritariamente, à alienação de terrenos ao lado do Data Center. -----

Mas já não estranhamos que os terrenos que estariam destinados à fixação de empresas sejam agora alienados para habitação. -----

Qualquer decisor político sabe que, em primeiro lugar, o que fixa as populações nos territórios são os empregos, mais ainda se estes forem qualificados. Mas a tarefa que nunca esteve nas prioridades, nem sequer está ao alcance desta Câmara! -----

Mas verificamos a evidente falta de investimento no orçamento, e que foi mais de 9 milhões de euros abaixo do previsto e menos 5 milhões que em 2021, o que denota uma política de austeridade e uma clara ineficiência de gestão. -----

E como sabemos, sem investimento, não há desenvolvimento! -----

- A requalificação das escolas do Teixoso, da Pêro da Covilhã, da Lã e a Neve e da Campos Melo, ZERO -----*
- O Pavilhão Municipal da Covilhã, ZERO -----*
- Os passeios entre a rotunda da zona industrial do Tortosendo e a rotunda do tct -----*

Todos com execução ZERO, empurra para o ano seguinte, o habitual desta Câmara! -----

Ou seja, a Câmara teria feito as obras que orçamentou e que prometeu aos Covilhanenses e às Juntas de Freguesia e, ainda assim, teria conseguido terminar o ano com saldo positivo. -----

Mas não, não é essa a estratégia! -----

Esta é uma câmara que vende património, que espreme os bolsos aos Covilhanenses, mas, com esse dinheiro, não melhora as suas vidas, apenas melhora os números! -----

Faz contratos milionários nos transportes, não toca no preço da água nem das indemnizações compensatórias, que se arrastam desde o primeiro mandato deste presidente! -----

Vê diminuir o número de processos de obras e de licenças, que mais não é o resultado da falta de investimento e de uma clara falta de confiança dos agentes económicos na gestão autárquica! ---

Perde terrenos urbanizáveis de mais de 300 milhões de euros por total incapacidade de fixar empresas e populações! -----

A estratégia montada é a do costume: arrastam-se para o final do mandato as obras urgentes e necessárias para o Concelho, para caçar os votos a chegar à meta! -----

Transformam a gestão autárquica em campeonato eleitoralista, com os resultados à vista de toda a gente! -----

E assim se apresentam números com a despesa a 70% e a receita nuns fantásticos 92,5%! Números bonitos no PowerPoint, mas com a fatura a ser paga pela Covilhã, pelo Concelho e por quem cá vive! -----

Os covilhanenses não comem números, menos ainda quando estes são conseguidos através do corte sistemático no investimento, comprometendo seriamente o desenvolvimento! -----

É este o resultado da estratégia do PS! -----

Apresentar belos números, sacrificar a população e o desenvolvimento, castrar o futuro da Covilhã com o único e óbvio objetivo eleitoral! -----

Nunca poderíamos estar a favor de tal estratégia, porque o resultado é evidente, e o preço está a ser pago por todos nós! -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Destas contas apresentadas, faltam-nos 11 milhões de investimento na Covilhã. 11 milhões que não foram feitos. 11 milhões que podiam e deviam ter sido feitos e não foram. E não venham com a conversa de que agora estão cabimentados e que vão ser feitos agora. Já vêm com esta conversa há dois anos atrás. -----

Em 2020, sobraram 5 milhões de euros; em 2021, foram 7 milhões que sobraram; e agora estamos com 11 milhões e 700 mil. -----

Isto é pior que a história do Pedro e do Lobo. Há de vir, há de vir, há de vir, ... Afinal de contas o dinheiro vai-se porque a verdade é que nem a soma dos vários anos se consegue comprovar aritmeticamente. Mas é pior que a história do Pedro e do Lobo porque basicamente quando os senhores aprovaram e alteraram o símbolo desta cidade para aquele famoso “*Tecer o Futuro da Covilhã*” pensava que vocês eram capazes de fazer tudo menos aquilo que este Orçamento comprova. Os senhores estão a copiar aquilo que é o pior da história dos têxteis da Covilhã. Estão a ser piores que aqueles empresários que não investiam, que não se modernizavam, que pagavam mal aos trabalhadores só para, no final do ano, dizer “estão aqui a ver, estamos ricos”. Estamos ricos, temos 11 milhões de euros! -----

Isto é aquilo que está a acontecer na Covilhã. E eu confesso que, num governo socialista, estava à espera de tudo menos isto! -----

A verdade é que se tivesse passeios como devem de ser, estradas, ... Gostava de perguntar se esta avaliação das estradas, dos passeios e das infraestruturas, que foram metidos à pressa e que o Senhor tanto se gaba que agora temos 300 milhões de património à conta disto, se também lá estão refletidos os prejuízos e os investimentos que têm de ser lá feitos porque, se calhar, nem metade disto valem. Passeios na Covilhã não há! É mais buracos do que passeio! Confesso que tenho medo de andar a pé na Covilhã e admiro-me não haver mais acidentes! Se os há, não vêm parar a esta Câmara! Porque a verdade é que, cada vez que uma pessoa cai no passeio ou faz uma entorse, quem devia pagar era a Câmara porque a Câmara é que tem responsabilidade sobre essa matéria. -----

A verdade é que temos 11 milhões a mais. Sobraram. Que má fantástica gestão! -----

Pois é, a Covilhã tem 11 milhões a menos de investimentos, de comodidades e de conforto aos covilhanenses! E depois querem dizer que a Covilhã é uma maravilha!” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.28)** -----

“Fazer a apreciação de um Relatório de Gestão e Atividades de 2022 com 932 páginas não é tarefa fácil. -----

As informações contidas no relatório podem e devem fazer parte da informação do senhor

Presidente da Câmara Municipal para as sessões das Assembleias Municipais ao longo do ano, com análises comparativas para períodos análogos. -----

Ainda assim, algumas notas sobre aspetos que considerámos relevantes nas exposições/relatórios dos diferentes departamentos, divisões e ou gabinetes. -----

1 – A climatização que é necessária no arquivo documental para a criação de condições aos trabalhadores que ali desempenham funções, assim como a aquisição do Programa de Gestão Documental, espero que com os 11 milhões seja possível resolver este problema; -----

2 – A redução da atividade global na Divisão de Urbanismo com menos processos em 2022 – menos 4,1% em relação a 2021 e menos 29% em relação a 2018. Menos processos e logo menos licenças emitidas, menos 21,8% em 2022 em relação a 2021. -----

Se quanto aos novos processos se pode justificar pela existência de procedimentos de averbamentos e por isso considerarem que não existe relevância estatística, já quanto às licenças emitidas não existe nem pode existir qualquer justificação. -----

As licenças são emitidas tendo por base processos novos (construções novas) ou processos já existentes (nos casos das ampliações e reconstruções). Os números são o que são. -----

E os números, infelizmente, não confirmam o discurso da tal revitalização económica alavancada pela construção civil. -----

3 – Na área da Educação chamou-nos a atenção a redução dos alunos nos diferentes níveis de ensino. -----

No ano lectivo 2013/2014, ano de início da gestão socialista na Câmara Municipal da Covilhã, tinha o Concelho 7 049 crianças e jovens a frequentar o ensino oficial e particular. -----

No ano letivo 2022/2023 tem 5 950 crianças e alunos. -----

Menos 1 079 crianças e alunos. -----

A uma média de 25 alunos por grupo/turma, perdemos 43 grupos/turma. -----

Perdemos escola e perdemos postos de trabalho de docentes e não docentes. -----

É evidente que é redutor, e não seria honesto, atribuir esta responsabilidade só à autarquia. -----

Isto resulta do despovoamento geral do Concelho, que os Censos de 2021, vieram confirmar. -----

Resulta de políticas mais gerais e também locais que não têm conduzido à fixação de pessoas. -----

É verdade que ninguém tem a solução milagrosa à mão nem à venda, para a resolução do problema. -----

Mas existem políticas públicas que podem atenuar, reduzir e até levar ao crescimento da população. -----

Desde logo a política de salários. -----

Quando se vive numa região que se encontra na cauda do País ao nível do salário médio. -----

Quando se vive numa região onde os operários da indústria de lanifícios e têxtil não têm carreira

nem progressões – quase todos ganham o salário mínimo – e recebem 2 € e 47 cêntimos de subsídio de refeição. -----

Como fixar as pessoas? O que fazer? -----

Entre dezenas de ações, aqui deixamos algumas sugestões. -----

Vamos estar ao lado dos trabalhadores quando reivindicam melhores salários no nosso concelho. -----

Vamos exercer influência junto dos patrões para distribuírem melhor a riqueza produzida nas empresas do concelho e da região. -----

Vamos dar incentivos às empresas que se fixam no Concelho, na condição de pagamento de salários justos aos seus trabalhadores. -----

Vamos isentar de derrama as empresas que queiram aderir a um programa a criar, tipo de “Viver com dignidade no Concelho da Covilhã” com um salário justo e uma habitação condigna com renda social ou apoiada. -----

Vamos deixar de utilizar o trabalho precário, a recibo verde ou em CEI+, e contratar trabalhadores com vínculo a tempo indeterminado, assegurando estabilidade em vez da precariedade. -----

Vamos requalificar toda a rede viária do Concelho e ligar as freguesias à sede de Concelho. -----

Vamos assegurar a redução tarifária nos transportes urbanos e interurbanos, para todos, incluindo os trabalhadores, a população em idade ativa. -----

Vamos adequar os transportes públicos ao horário das empresas e serviços. -----

Vamos exigir ao governo que acabe com as Portagens. -----

Vamos assegurar vaga nas creches onde residem as jovens mães. -----

Vamos aproximar o acesso aos auxílios económicos às crianças do 1º Ciclo, lá na freguesia. -----

Mas, voltando à Educação. -----

O relatório sublinha algumas dificuldades ao nível das atividades desenvolvidas e ao nível dos recursos humanos. -----

Confirma-se a nossa opinião de que o Executivo não deveria ter entregue as AECs a uma entidade externa, dita Associação, que, como todos sabem, não presta serviço gratuito. -----

Confirma-se, ainda, a nossa opinião que o Executivo deveria descentralizar nas Juntas de Freguesia ou nos Agrupamentos de Escolas a verba relativa aos auxílios económicos. -----

Com o processo centralizado nos serviços municipais nenhum encarregado de educação vem de S. Jorge da Beira ou de Verdelhos para receber uma ajuda de 16 ou de 8 €. -----

Daí que o relatório indica que, no 1º ciclo, do 1º ao 4º ano, no ano letivo de 2021/2022, tinham previsto 508 apoios a crianças inseridas no escalão 1 e 2 do abono de família, com uma despesa no valor de 6.520,00 €. -----

Referem que, até ao momento, e nós deduzimos que seja já em Dezembro de 2022, no ano letivo seguinte, porque o ano letivo 2021/2022 terminou em Junho de 2022, só 24 alunos beneficiaram, -----

num valor de 256,00 €. -----

Repito, de 508 apoios previstos, só 24 crianças beneficiaram. -----

Repito, de uma despesa prevista de 6.520,00 € só executaram 256,00 €. -----

Como é possível? Esta situação não é gritantemente escandalosa? -----

Se existem crianças com o direito de terem o apoio e se existem os recursos financeiros, por que razão as crianças e as famílias não foram apoiadas? -----

Para engrossar o saldo final? -----

Nós avisámos, nesta Assembleia, que o Executivo deveria alterar o procedimento e facilitar o acesso de quem tem direito ao apoio. -----

Quanto aos constrangimentos na área da Educação apontam-se dificuldades sócio económicas de muitas famílias. -----

Identificam as dificuldades e têm os meios financeiros para os auxílios económicos, mesmo sendo parques, mas não os atribuem. -----

Ou seja, fazem o diagnóstico da doença, têm os medicamentos para minimizar mas....deixam morrer o doente...não levam os medicamentos..ficam com eles em caixa. -----

Identificam as acessibilidades e mobilidade entre freguesias como um constrangimento e uma dificuldade. Estamos de acordo. Os professores, que utilizam carro próprio, estão fartos de gastar dinheiro para trabalhar. -----

Não entendo a dificuldade diagnosticada quanto à insuficiência de recursos humanos na área da Psicologia, Psicopedagogia de Orientação e Terapias, quando nos projetos apresentados apresentam aqueles técnicos em situação de prestação de serviços. Afinal de contas eles existem, só que estão em prestação de serviços. -----

Será a falta de técnicos ou a ausência de oferta de uma carreira e salário e a possibilidade de desenvolvimento na mesma? -----

Quem quer ser precário toda a vida? Não é o que a Câmara está a oferecer? -----

E depois queremos ou desejamos que aqueles técnicos superiores fiquem na Região? -----

Ai.. não ficam não. Vão para o litoral ou para o estrangeiro. -----

Não encontrei, por outro lado, no Relatório referências à EPABI e à intervenção dos serviços da Câmara nesta escola profissional...apesar de estar concessionada a sua gestão..continua a ser, penso eu...uma Escola titulada pela Câmara Municipal e Conservatório Regional de Música. -----

Ao nível do Parque Escolar e sua requalificação nada se relata do que se fez, nomeadamente ao nível do 1º Ciclo e do que se perspetiva no futuro.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve com as alterações introduzidas durante a leitura da mesma: **(Doc.29)** -----

“Vivemos hoje numa Covilhã em crescente desenvolvimento a todos os níveis, como atesta o presente documento à discussão. -----

Tendo em conta que há várias formas de interpretar os dados que nos são fornecidos pelo relatório, há quem prefira olhar o copo meio cheio ou meio vazio. Há também, no seguimento do caro colega, deputado e amigo Hugo Lopes, quem prefira fazer esta análise em saladas. Há quem prefira reconhecer os tomates que há na salada e há quem prefira ignorar que eles lá estão ou também, se quisermos ser ainda mais metafóricos e usando aqui o nome do nosso grande Cristiano Ronaldo, há quem prefira olhar aos golos que ele já falhou e ignorar os milhares de golos que ele já marcou.

É de salientar, mais uma vez, como tem sido apanágio ao longo desta gestão financeira levada a cabo pelo Partido Socialista, que hoje em dia temos uma Câmara de Contas certas, que paga a dias e a tempo e hora. -----

A importância de um exercício financeiro responsável, é notória através da capacidade de intervenção em infraestruturas/estradas fundamentais para o desenvolvimento da nossa cidade, que vai dando resposta às necessidades de melhoria e investimento, refletindo uma visão estratégica competente e responsável. -----

As intervenções feitas nas escolas são prova disso mesmo, na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Quinta das Palmeiras e Pêro da Covilhã, entre outras, assim como em artérias fundamentais na nossa cidade, nomeadamente a intervenção da Avenida Frei Heitor Pinto, e o troço entre Cantar Galo e Vila do Carvalho, são elementos palpáveis desta realidade. -----

Eu e o Dr. João Bernardo vivemos em cidades completamente distintas. No que diz respeito à requalificação, principalmente dos passeios, venho aqui ao Pelourinho e o Executivo que se preocupou mais com questões de mobilidade a nível de passeios e a reestruturar essa ferramenta importante da mobilidade dos cidadãos foi o Partido Socialista. Isto é factual – basta irmos ao Pelourinho e temos o exemplo disso, entre muitos outros porque a Covilhã não é só o centro da Cidade, é também as outras freguesias -----

Parafraseando, cara Deputada Dra. Vanda Ferreira, “É no fazer, que se vê quem tem uma estratégia e uma visão.” -----

Falando em números, os 3.6 M de euros alocados a fundos comunitários em execução, que agora é reintegrado no saldo de gerência, explana a capacidade do executivo Socialista em conseguir financiamento de diversas maneiras e a robustez financeira que existe atualmente, sem haver necessidade de comprometer o futuro do Município como já aconteceu no passado. Às vezes vimos aqui falar de problemas que sabemos muito bem quem é que os criou e porquê. -----

Isto reflete-se não só também nas intervenções que mencionei ainda agora, mas na capacidade de suportar e apoiar as famílias nos momentos de necessidade, como tivemos nos casos mais recentes da pandemia e posteriormente no seguimento da invasão à Ucrânia. Atualmente, há capacidade de resposta. -----

Passando para o plano de atividades, é também notório o desenvolvimento e crescimento ao longo dos últimos anos da atividade do município, principalmente no âmbito cultural, muito graças ao investimento fundamental numa infraestrutura tão importante como o Teatro Municipal da Covilhã, que através dos números que apresenta nos indica que está a ser gerido de forma competente e responsável, acalmando as preocupações da oposição. É importante esclarecer que insatisfeitos podemos estar sempre, podemos querer sempre mais, mas é importante também que consigamos comparar as diferentes realidades. Não podemos querer que o Teatro Municipal da Covilhã tenha a mesma atividade que o Teatro Maria Vitória. Hoje em dia temos condições e capacidade para alojar que isso possa acontecer porque a infraestrutura está lá e a infraestrutura foi feita e erguida pelo Partido Socialista. -----

Há que referir também que a Covilhã tem uma tradição Associativa bastante acentuada e o fluxo de atividades das suas Associações é também um importante indicador do dinamismo do seu Município. Hoje podemos verificar que aumentou. -----

Com a criação do regulamento de apoio ao Associativismo, foi e é possível ajudar as associações de forma transparente e responsável a incrementar as suas atividades, nas mais variadas vertentes e ter indicadores concretos daquilo que se faz. Isto é factual. -----

Finalizando, este documento mostra-nos que temos uma Câmara dinâmica, capaz e de contas certas, fruto da visão, planeamento estratégico e competência do executivo do Partido Socialista no Município porque “É no fazer, que se vê quem tem uma estratégia e uma visão.” -----

Obrigado.” -----

- Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV): “Como a minha formação é na área das ciências, não gosto de ver o copo meio vazio, nem meio cheio. Gosto de saber exatamente até quando é que ele está cheio, o que é que está vazio e se a tendência é de subida do líquido no copo ou se é de descida. -----

De acordo com o Auditor e ROC -----

“as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município da Covilhã em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).” -----

Quanto ao aumento de património, ele existe, neste ano, porque, como refere o relatório dos serviços e o Auditor e ROC -----

*Ativos fixos tangíveis do anexo às demonstrações financeiras, no exercício de 2022, esta rubrica registou um incremento de **90.455.008 euros**. Este aumento é justificado pela mensuração inicial dos ativos imóveis, correspondentes às infraestruturas da Rede Viária, Pedonal e Estacionamento que não tinham ainda sido reconhecidos no ativo do Município. -----*

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as -----

Administrações Públicas. -----

Contudo o ROC chama a atenção para a rubrica de provisões -----

O saldo da rubrica de provisões é, essencialmente, explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal ADC – Águas da Covilhã, E.M., relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2022, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. **O montante acumulado em 31 de dezembro de 2022 ascendia a 8.693.558 euros. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos terão que ser aprovados pelo Órgão Deliberativo do Município, situação que até à data não ocorreu;** -----

Se a opinião técnica.. é de que as demonstrações financeiras são verdadeiras e apresentadas de forma apropriada, a este nível nada dizer. -----

Porém, a apreciação das contas ao nível das opções políticas da gestão do município merece-nos alguns comentários: -----

1 - A receita corrente cobrada apresenta uma taxa elevada de concretização (92,47%) que se foi aproximando da realidade através das alterações modificativas efectuadas ao longo do ano. -----

2 – A receita de capital ficou longe do que era expetável, ficando-se em 6 043 645 €, correspondente a 66,49%, quando a dotação era de 9 089 760€. Tivemos uma receita de capital inferior em 14,76% em relação a 2021. -----

3 – A receita total nos últimos anos tem subido à custa da receita corrente resultante no essencial da transferência de competências. -----

4 – As receitas próprias aumentaram (11,27%) apesar da redução da taxa de IMI. -----

5 – No âmbito da despesa corrente concretizaram-se 83,25% (28 milhões e 84 mil e 993 Euros) do previsto, porém a despesa de capital ficou-se pelos 48,85% (9 milhões 700 mil 758 Euros). -----

6 – Porém, se àquele valor da despesa de capital se deduzir os 3 milhões 434 mil e 28 € do passivo financeiro, o valor da despesa efetuada pelo Executivo foi de 5 milhões e 633 mil e 80 € e as transferências e subsídios de capital de 633 mil e 650 €, o mais baixo dos últimos. -----

7 – Na análise comparativa com 2021 investiu-se menos 44,03% a 2021. Ou seja, o Executivo não fez a obra prevista constante nas GOP. -----

8 – Para as freguesias transferiu menos 42,33% do previsto. -----

9 – Mas...aumentou a despesa corrente com pessoal, aquisição de serviços e subsídios. -----

10 – Nas despesas de capital até se pagou menos com a dívida (-6,52%) mas não executou nem transferiu para as Juntas de Freguesia executarem. No ano de 2022 a gestão do PS no Executivo Municipal não avançou e pouco contribuiu na resolução dos problemas das populações do nosso Concelho, apesar de ter os recursos os financeiros necessários e suficientes. -----

11 – A taxa de Execução do Plano Plurianual de Investimento (48,85%) é demonstrativo que, apesar de ter os recursos financeiros, o Executivo de maioria PS não conseguiu, foi incapaz de concretizar obra e foi “um empata” porque não permitiu que as freguesias avançassem. -----

12 – Da análise das GOP é possível constatar que não se avançou, entre outras: -----

- Na requalificação das escolas do 1º Ciclo -----

- No Pavilhão Municipal da Covilhã (inscrito em plano desde 2014) -----

- No apoio ao investimento para prevenção e combate a incêndios -----

- Na abertura e beneficiação de faixas de interrupção de combustível do fogo -----

- Na requalificação do caminho municipal 1374 entre a Barroca Grande e o limite com o Concelho da Pampilhosa da Serra -----

- Na Requalificação da Zona de Lazer de Verdelhos -----

- Na praia fluvial de Casegas -----

- No Largo da Carreira no Ourondo -----

- Na aquisição e manutenção de veículos elétricos -----

- No Orçamento Participativo de 2016 e com uma fraca execução de 18,99% no de 2017 -----

- Nas pavimentações das estradas da zona sul do Concelho -----

- Na concretização da beneficiação da EM 509 -----

Enfim....o que se poderia ter feito com os 11 milhões 773 mil e 571 € de saldo. -----

Vem o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 12 de Abril, afirmar que em 2023 é que se vão fazer obras nas freguesias, com o saldo de 2022, quando com o mesmo saldo as poderia ter feito em 2022. -----

Quer fazer em 8 meses, que são os meses que restam de 2023, o que não fez nos doze meses de 2022. -----

Em anos anteriores já ouvimos a promessa do Orçamento das Freguesias que se traduziu, no concreto numa execução de 7% das obras previstas. -----

Vamos esperar para ver e mais tarde avaliar...se a palavra dada, ou seja o compromisso, e a documento escrito não falha.” (Doc.30) -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que “estas contas têm a chancela do Revisor Oficial de Contas, que acompanhou de forma detalhada todos os registos contabilísticos e todas as operações, de acordo com aquilo que a Lei estipula, para que seja emitido o parecer da certificação legal das contas e a sua conformidade. Portanto, não há aqui engenharias financeiras, nem montagens, nem truques de magia. -----

Quero dizer aqui que este trabalho, na prática, tem uma forma de marca, de empenho, de colaboração dos senhores Presidentes de Junta porque, de forma direta ou indireta, o vosso trabalho também está aqui refletido, bem como o das coletividades do Concelho da Covilhã, que são um importante contributo para a grande dinamização do Concelho num ano marcado, não pela pandemia, mas pela guerra. -----

Impõe-se também um agradecimento muito especial aos nossos trabalhadores deste sector e, designadamente, ao Senhor Dr. Júlio Costa que, de forma sempre muito denodada e empenhada, dirige este trabalho ao longo do ano. -----

É absolutamente lamentável que se venha aqui dizer que as escolas do Teixoso e da Pêro da Covilhã “zero”. Elas estão adjudicadas e em obra. Como é que não hei de dizer que a oposição anda a dormir! As obras estão adjudicadas, estão em obra e diz-se “zero”! Como dizia o nosso Deputado Afonso, “vivemos em cidades diferentes”! Convido-o! Em relação aos convites: os Senhores Deputados Municipais não precisam de convites. Estão sempre convidados para todos os eventos da Câmara Municipal e é com muito gosto que o Senhor vai ver que a obra da Pêro da Covilhã está a ser realizada e a do Teixoso também. -----

Não se pode vir a este palanque dizer inverdades. O exercício que o Senhor veio aqui fazer foi tentar defender o indefensável, que é tentar denegrir as melhores contas de sempre do Município da Covilhã. Tentou aqui passar a ideia de que este saldo de 11,7 milhões de euros é uma coisa que ficou ali arrumada e encostada, como se não o quiséssemos usar ou estivesse mobilizado para outro objetivo, para irem dizendo «estão a empurrar isto para o final do mandato que é para depois fazer as obras próximo das eleições!» Nada disso! Tudo tem uma explicação lógica, racional, científica, ... -----

Vou explicar por que é que temos este saldo. -----

Como sabem, é público e notório que a Associação Nacional de Municípios só no final do ano chegou a acordo com o Governo relativamente à transferência do Fundo Social Municipal. -----

A seguir, o IMI. É preciso não esquecer que a última tranche do IMI foi em dezembro. -----

Depois, há outra coisa que sei que vos irrita: deixámos de ter dívida para reduzir e só temos empréstimos bancários, logo, é mais algum dinheiro que também engorda este saldo. -----

Temos necessidade de capitais próprios para fazer face às candidaturas. Se não tivermos uma carteira, não nos podemos candidatar. Temos que ter essa almofada. -----

Temos que governar a Câmara como se governa uma família. Não é gastar por gastar e atirar com o dinheiro à balda. -----

Há outro fator, que sei que nunca o querem admitir, que é o dinamismo da economia covilhanense e isso fez com que arrecadássemos mais dinheiro em sede de receita e quero aqui dizer-vos que é de 92,47. É a maior taxa de execução de sempre no Município da Covilhã. De sempre! -----

Depois, há aqui uma coisa em que os senhores têm que se entender. Há alguns anos atrás, quando o saldo era magrito pelas dificuldades que tínhamos, diziam que o saldo de gerência era reduzido e recomendavam o quê? “São os despesistas... só sabem gastar dinheiro, por isso é que têm o saldo tão pequenino! Gastam o dinheiro malgasto!” -----

Agora que conseguimos obter este saldo, devido a este conjunto de circunstâncias, dizem o quê? Antes erámos despesistas porque tínhamos um saldo pequeno; agora que o saldo é grande somos inoperantes. -----

Têm que se entender. Os dois argumentos são contraditórios. -----

Por exemplo, ainda agora ouvi aqui a Senhora Doutora Mónica Ramôa, que fez questão de sublinhar que esta não é a sua praia. Respeito muito a sua honestidade intelectual. Confundi aqui adjudicações com pagamentos. São coisas diferentes. A taxa de execução do plano plurianual de investimentos é calculada com base nos pagamentos. Por exemplo: adjudicamos a aquisição de um autocarro elétrico por 500 mil euros, mas ainda não foi entregue. Qual é o grau de execução disto? É zero. Mas ele já está adjudicado, já está em andamento, já está em vias de o termos. ----

Um das inverdades que aqui foram ditas relativamente às Juntas de Freguesia, associações e famílias... No ano de 2022, transferimos para as Juntas de Freguesia, associações e famílias 5,6 milhões de euros. Resulta do quê? Só é possível por causa da consolidação financeira, do trabalho que temos feito ao longo dos anos. -----

É preciso ver que o nosso passivo exigível era 27 em 2021, e em 2023 passou para 23,5. Portanto, temos aqui, desde logo, uma diminuição desse mesmo passivo exigível. O passivo geral diminuiu 3,6 milhões de euros. O passivo era, em 2013, de 140 milhões de euros. Sabem de quanto é que é agora? 38 milhões de euros. Há aqui uma diferença abissal ao longo dos anos. -----

O Município, ao longo destes anos, cresceu também em termos de património. Tínhamos, em 2013, 186 milhões de euros e hoje temos 322 milhões de euros. -----

Outra coisa muito importante que nos dá conforto perante terceiros, os talk holders, as pessoas que nos fornecem, os bancos, as empresas... sabem qual é que é o nosso rácio de liquidez neste momento? É de 2. Significa, na prática, que por cada euro de dívida podemos pedir emprestado 2. Isto é muito importante. A isto se chama de credibilidade na praça pública. -----

Depois, o pagamento é praticamente imediato. Pagamos a 2 dias. -----

Conseguimos apoiar as Juntas de Freguesia (é certo que menos do que gostávamos de ter feito), apoiar as associações, apoiar as famílias, reduzir o passivo e aumentar os capitais próprios. -----

Deixem-me dar-vos aqui uma nota que não é nada agradável para as oposições que querem denegrir sempre a nossa prestação: esta performance e execução de 92,47 - relembro, a maior de sempre -, é graças à eficácia que temos na Covilhã em termos de trabalho ao longo dos anos. Ao mesmo tempo que fomos amortizando a dívida, fomos fazendo obra de Norte a Sul do Concelho. Estávamos de "tanga" e fizemos uma estrada que custou 1 milhão de euros num sítio onde não há votos ou há meia dúzia de votos, tal como lá vamos investir agora uma verba significativa a pensar no futuro daquela gente porque um dia que as minas fechem é preciso que haja lá âncoras naquele território. -----

Vejam bem que conseguimos esta performance de cobrança com a isenção da TOS, com a redução das taxas e impostos, ... Isto só pode dizer uma coisa: é a atividade económica que está pujante e que está forte na Covilhã, contrariamente àquilo que os senhores querem fazer crer e é por isso mesmo que atingimos esta performance. É o nosso esforço, a nossa gestão, o nosso trabalho, mas também é o grande mérito das nossas empresas privadas, dos nossos comerciantes, dos nossos trabalhadores, das Juntas de Freguesias, das associações, ... -----

Nove anos depois, o Município não ultrapassa o limite de endividamento. Neste momento, se estivessemos numa aflição, podíamos pedir 20 milhões de euros. -----

Dizer-vos que é com orgulho que vamos fazer obras em todas as Freguesias, vamos ao encontro de legítimas e justas pretensões dos senhores Presidentes de Junta, ... o Tortosendo vai ter, para além do que estamos a avançar em termos de expansão do Parque Industrial, os passeios e a Rua dos Escabelados, vamos avançar com a estrada do Sul (temos que chegar ao final do mandato com ela prontinha) e ao mesmo tempo não descurar de outras, resolvendo problemas em todas as freguesias. E vamos arranjar os passeios da cidade. Estamos a fazer uma obra entre o Jardim Público e o Polo Ernesto Cruz que faz falta à mobilidade da Covilhã, como vamos fazer outras noutros sítios. -----

Por mais vontade que tenhamos é impossível fazer tudo ao mesmo tempo. Vamos percorrendo o nosso caminho, fazendo o que conseguimos fazer de boa vontade, com prazer, com alegria, sempre a pensar no melhor para as nossas populações.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório de Gestão e Atividades 2022 do Município da Covilhã** foi a mesma **apreciada e votada por maioria com 28 votos a favor (PS e todos os Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia(s)), 03 votos contra (CDU – PCP/PEV) e 08 abstenções (PPD/PSD, CDS-PP e Movimento “Covilhã Tem Força”)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP) e o Senhor José Carlos Varandas das Neves (Dominguizo). ----

Não votou ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Apesar do discurso do Senhor Presidente da Câmara, que não nos convenceu, os argumentos que elencou para justificar a receita ou o saldo penso que ficou muito aquém e muito longe daquilo que é, de facto, a realidade, porque aquilo que não se fez foi obra no Concelho, não se resolveram os problemas das populações, não se transferiu dinheiro para as Freguesias e a própria Câmara, que tem o dever de investir na cidade e em todo o Concelho, não fez aquilo que deveria ter feito. -----

O Senhor Presidente da Câmara não justificou por que é que 484 crianças do 1.º ciclo não receberam os auxílios económicos a que têm direito durante o ano de 2022. A Câmara gastou 256 euros em auxílios económicos com 24 crianças e, claro, o restante que não gastou foi para o saldo que apresenta aí.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “A abstenção nesta matéria justifica-se pela evidência de que, ao contrário do que aqui foi tentado fazer ver, aos Covilhanenses não lhes

interessa saber a execução financeira ou a execução das receitas. Não interessa em quanto é que são os esmifrados em impostos e em taxas: interessa-lhes saber o que é que têm em retorno do que pagam... -----

E a execução da despesa, destas contas, apontam que apenas foram executados 70%, sendo que na parte dos investimentos, a execução orçamental está abaixo dos 50%. -----

Portanto, umas contas destas deviam envergonhar qualquer pessoa que vote a favor delas porque, na verdade, não estamos a falar de empresas, nem de contas de empresas. Se fosse o caso, isto é o pior das empresas. Isto é esmifrar, para depois dizer que temos muito dinheiro e logo vamos ver em que é que o gastamos. -----

Isto não é possível numas contas públicas, numa administração pública em que o primeiro e último objetivo destes dinheiros é a aplicação em benefício dos cidadãos. -----

Se há alguma coisa que caracteriza toda esta gestão socialista ao longo de 9 ou 10 anos é, de facto, a ausência de obra... E continuamos a protelar, a protelar e a protelar, a dizer que é amanhã que se vai fazer o que é essencial! -----

Os Senhores Presidentes de Junta continuam a achar que é amanhã que vão receber! -----

Gabo-lhe, Senhor Presidente de Câmara, o facto de, pela primeira vez, ouvi-lo pedir desculpas aos Senhores Presidentes de Junta por aquilo que não foi feito... Mas ao menos seja sincero com eles e diga-lhes que têm de conseguir aguentar até ao final do mandato... e que no final do mandato logo verá o que hão de conseguir fazer. -----

Esta gestão não nos pode merecer a nossa aprovação e por isso se justifica a abstenção da Bancada do CDS-PP.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Senhor Presidente da Câmara, há matérias que explicam aqui que, de facto, fazem sentido, mas há outras que não. -----

Se a justificação para a retenção de dinheiro para a passagem de um ano para o outro é a que deu, como é que justifica os mais de 5 milhões do ano anterior? É que não tinha o mesmo problema no ano anterior e estamos a falar de metade do valor que agora é transitado! -----

Em segundo lugar, tem que ter em conta que, quando fala da redução do passivo obrigatório, não está a fazer mais do que aquilo que ficou contratualizado pela Câmara antes de o Senhor tomar posse como Presidente da Câmara e, portanto, não está a fazer mais do que aquilo a que está obrigado. -----

A bancada do PSD não poderia votar a favor por estas razões e pelas razões que explicarei de seguida, mas não vota contra porque obviamente não quer obstaculizar o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, que tem que ver com a efetiva aplicação deste dinheiro, da devolução dele às pessoas. Esperamos mesmo que seja desta vez e que não seja para fazer campanha eleitoral como o Senhor Presidente disse, porque recordo o que já lhe tinha dito: as pessoas não comem redução de passivo, os Covilhanenses não conduzem em cima de folhas de excel. -----

Recordo ainda, e é esta a verdadeira razão do nosso sentido de voto, aquilo que o Partido Socialista disse recentemente pela voz do Governo e pela sua bancada na Assembleia da República quando

criticou os CEO's das empresas por arrecadarem lucros excessivos e não os devolverem aos seus trabalhadores, nomeadamente nos salários. Se a Câmara tem lucros é para os devolver às pessoas, porque o dinheiro que a Câmara tem é do imposto das pessoas e não é seu." -----

2.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, através do ofício n.º 2026 de 31.03.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro** pediu a palavra para **comunicar que não iria participar na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Não custa nada, se quisermos dar informação aos eleitos, em vez de darmos aquela informação da impressora de agulhas, que a gente possa pôr num quadro simples em que se diga o seguinte: “temos 11 milhões para aplicar e vamos aplicá-los da seguinte maneira – 5 700 em despesas correntes, 6 milhões em despesas de capital e depois desagregamos aquilo em aquisição de bens e serviços, em transferências e subsídios correntes ...

Este ponto, como o outro, devia ser sempre antecedido (é o que diz o Regimento) da explicação do Senhor Presidente. -----

Acho que temos que nos modernizar nesta matéria e, portanto, peço que o Senhor Presidente providencie junto dos serviços da Câmara Municipal, independentemente de este mapa ser oficial e ter que cumprir, que nos tragam informação clarividente, que seja bem lida, uma infografia que consigamos perceber e isso até facilita o trabalho. A Câmara Municipal já cá trouxe isso doutras vezes e, portanto, é uma questão de vontade. -----

O Senhor Presidente até podia explicar melhor para onde é que vão estes 11 milhões. -----

Acho que os eleitos agradeciam, que a Câmara Municipal ficava melhor servida, que todos podemos aprender e que não custa nada, uma vez passadas as rubricas do sistema de

normalização contabilística que fica feito de ano para ano. Porque não estamos a falar de meia dúzia de tostões. Estamos a falar de um Orçamento de algumas Câmaras Municipais neste país. –
Portanto, acho que era importante a informação não vir como vem. -----

Quanto ao conteúdo, o Senhor Presidente disse há uns tempos atrás, numa Assembleia Municipal, informação com a qual me indignei em resposta ao colega do Tortosendo, que as obras eram feitas (mais ou menos isto) “quando eu quisesse, quando a Câmara quisesse.” O contexto foi este. -----

O que aqui está é verdade porque pelo menos as obras da Boidobra, as duas que estão consignadas, também através de uma notícia, porque através dos documentos não as consigo lá ver – devem estar em “outros”, “outros trabalhos especializados”, “outras infraestruturas e construções”, “outros arruamentos e viadutos”, “outros bens e serviços”. A dizer “Requalificação da Sede da Junta de Freguesia” e “Requalificação da Praceta Conde José Calheiros”, tal como está na notícia da Rádio Clube da Covilhã, aqui nos documentos não está. -----

Efetivamente, as obras são feitas quando a Câmara Municipal entende porque estas duas, de muitas que já colocamos, falei consigo em reuniões que tivemos entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, no dia 2 de julho de 2018, 17 de setembro de 2020 e 19 de novembro de 2021 e o projeto da Junta de Freguesia (arquitetura e especialidades) está feito há muito tempo e estão inventariadas as necessidades há muito tempo. -----

Da Conde José Calheiros havia a questão da alteração do alvará. A determinada altura, numa destas reuniões, o Senhor Presidente disse que ia ser em 2022. Em 2022 não houve transferências de capital da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia da Boidobra (para as outras não sei como é que aconteceu) e podia ter havido, senão damos razão às pessoas que dizem que só se fazem obras no fim do mandato. Podíamos ter resolvido uma data de coisas já e passávamos à frente. -----

Também em relação ao conteúdo, são poucas as rubricas para 2023. Ou seja, temos aqui um saldo de 11 milhões de euros e podíamos ter a oportunidade de dizer “as outras já estavam programadas e vamos fazer mais”, mas são pouquíssimas aquelas que abrem em 2023. -----

Depois, também não se percebe por que há a inclusão de umas e por que é que não há inclusão de outras. Dei dois casos muito concretos: a questão da Praceta e a da Junta. A da Junta até posso perceber, porque será através de protocolo de apoio, mas a requalificação de um espaço público não se assemelha a uma obra da mesma natureza de uma requalificação de uma estrada?

Outra coisa que também não percebo: se estamos a fazer esta modificação, algo não está certo porque os parques infantis passam de 5 mil euros para 33 mil (percebemos que não podíamos resolver isto até final de 2022) e, não é com esta rubrica que os vamos resolver. Mas confio que até ao Verão temos parques infantis requalificados e inaugurados. -----

Aquilo a que assisti hoje é uma espécie de 8 e 80. Naturalmente nem tudo é bom, nem tudo é mau. Hoje, senti-me o moderado da coisa. A bancada do Partido Socialista podia juntar-se por exemplo a esta questão dos parques infantis e dizer que nem tudo é bom e dizer, a determinada altura, à Câmara Municipal “estamos aqui deste lado na bancada do partido Socialista - apoiamos naturalmente a gestão autárquica -, mas esta questão passa a mais e tem que ser resolvida”.

Nunca ouvimos isto. Era importante fazer perceber que, efetivamente, há coisas que passam a mais. -----

Destas duas questões que estão aqui contempladas para a Freguesia da Boidobra, que já vêm de 2018, fico e a população fica naturalmente agradada com a resolução destes dois problemas já em 2023, mas ainda temos mais seis ou sete pontos que já colocámos ao Senhor Presidente e que queremos ver resolvidos até ao final do mandato. Temos os projetos, as ideias e, se a Câmara Municipal tem dinheiro, junta-se o útil ao agradável.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.31)** *“Começo esta minha intervenção por lembrar que um Orçamento é um documento técnico e orientador e não um documento político, cuja estratégia deva ser modificada a cada trimestre, ao sabor das vaidades do executivo camarário. Foi o que aconteceu em 2022, foi o que aconteceu nos últimos anos e este ano vai no mesmo sentido.* -----

A Covilhã viu nos últimos 10 anos o maior desinvestimento em obra pública deste século. Aos Covilhanenses é-lhes cobrado os impostos todos e exigidos inúmeros sacrifícios, como vai ser agora com os estacionamento à superfície em plena crise financeira, mas estes não veem qualquer retorno que se reflita como melhoria na sua qualidade de vida. -----

*Esta Alteração Modificativa ao Orçamento é justificada pela integração do saldo de gerência do ano de 2022 de cerca de 11,7 milhões de euros. No entanto, exige-se a explicação por que razão em anos anteriores houve tantas rubricas de investimentos, incluídas nos respetivos orçamentos, que não foram realizadas? Podemos facilmente comprovar que dos 11,7 milhões de euros, cerca de 5,7 milhões euros já vêm do ano anterior? Por que razão já não foram feitos alguns desses investimentos? Porque, por exemplo, a rede viária do concelho se encontra em tão mau estado? Por que razão em **2022 se investiu menos 5 milhões de euros do que em 2021?** É a isto que querem dizer com as "Contas Certas que espelham o bom desempenho económico e financeiro a todos os níveis"? Repito: em 2022 investiram menos 5 milhões de euros do que em 2021! Não venham falar que agora é que vai ser porque há dinheiro! Parem de enganar os Covilhanenses, como é apanágio do Partido Socialista.* -----

Assumam que falharam e continuam a falhar com as políticas de desenvolvimento e investimento no concelho! Vejam por exemplo as famosas ciclovias, o que é feito delas e quanto já lá investiram?

Sr. Presidente de Câmara vem agora vangloriar-se que, FINALMENTE, consegue realizar os Orçamentos Participativos, mas se conseguiu poupar 11,7 milhões, porque não conseguiu há mais tempo executar os Orçamentos Participativos de 2016 e 2017? E porque continuam de fora dos Orçamentos Participativos tantos projetos vencedores, como por exemplo “a cozinha comunitária na UF Covilhã e Canhoso”, o Centro de Recolha Animal, “Conclusão e Requalificação da sede do Rancho Folclórico da Boidobra”, entre tantos e tantos outros projetos? -----

O PSD está de acordo com os investimentos que sejam em prol das populações e do desenvolvimento do concelho. No entanto, Sr. Presidente, no seu discurso maravilhoso do país das maravilhas, fala que vai “intervir no Altar da Capela das Almas” da UF Casegas/Ourondo? Nota-se quão bem conhece o estado do seu concelho! A Capela das Almas já foi intervencionada! Fugiu à

verdade e continua a fugir! Ou estaremos perante, como é hábito deste executivo, de uma promessa feita em que alguém avançou com o dinheiro e agora a Câmara Municipal reembolsa de forma subsequente? -----

Se analisarmos as contas mais ao pormenor, estes 11,7 milhões não chegarão para cobrir os contratos chorudos, como por exemplo o dos transportes no valor de 9 milhões e os mais de 9 milhões para indemnizações compensatórias da ADC, que este executivo teima em não resolver. Aliás, à boa moda socialista, ainda hoje, passados 10 anos, atiram as responsabilidades para os que lideravam no passado. Tenham vergonha! -----

No entanto, têm ainda capacidade de pagar o aluguer do silo do Sporting e entregá-lo a custo zero à concessionária dos transportes urbanos para estes o explorarem!” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS):** “Nesta Assembleia, tanto se é preso por ter cão como por não o ter. Tanto se fala por termos um saldo de gerência positivo como se falaria caso este fosse negativo. -----

É positivo e somos então acusados por não ter, de não fazermos, ou porque somos ricos (como alguém disse nesta Assembleia), porque não há passeios, não há obra, não há requalificação, ... e sobra-nos então este valor. Há sempre algo a apontar! -----

Neste caso, temos um saldo positivo. Temos que o redistribuir. Temos que o aplicar. Temos que investir. Temos que dar melhores condições aos nossos Covilhanenses. -----

Temos cerca de 11,7 milhões de euros para fazermos, para pagarmos e mais: para conseguirmos pagar dívidas que outros, outrora, deixaram. -----

Mas, afinal o que é que é mais importante aqui? É saber aplicar o valor no Orçamento do corrente ano. -----

Temos este valor que vai ser aplicado nos protocolos com as Juntas de Freguesia e com o movimento associativo em quase 2,2 milhões de euros; temos a aplicação de cerca de meio milhão de euros na saúde familiar, nas alterações interiores das instalações da USF da Estrela; temos cerca de 900 mil euros na melhoria das condições de trabalho dos funcionários municipais; temos meio milhão de euros em medidas de apoio ambiental. Portanto, temos cerca de 7 milhões de euros investidos. -----

É muito importante referenciar que as decisões recentemente tomadas de apoio às famílias são também reforçadas nesta alteração orçamental, demonstrando que as condições de vida dos Covilhanenses são uma constante preocupação do Partido Socialista e, desta forma, o Partido Socialista vota favoravelmente esta alteração.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Do que estava a ouvir parece-me que não vivemos no mesmo município porque, pelo que ouvi, quase parece que vivemos num concelho onde os elevadores e funiculares estão sempre a funcionar, num concelho onde não há transporte público disfuncional e num concelho onde tudo aquilo que foi prometido é cumprido. -----

Convém lembrar que, em 10 anos deste executivo, em todos os anos estavam no Orçamento: pavilhão municipal, piscina coberta, ... Há pouco tempo numa Assembleia elenquei aqui e acho que eram 32 rubricas que constam sucessivamente dos Orçamentos e que não são cumpridas. ---

Quando se vem aqui dizer por um lado que há lucro, é preciso ter em conta que, ao contrário do que o Senhor Presidente da Câmara diz publicamente a seguir à reunião de Câmara que aprovou este documento, não vai aplicar resultado líquido em obras. Vai aplicar dinheiro em tesouraria que decorre, aliás, de uma falta de investimento abrupta. -----

Cobra aos Covilhanenses, não lhes melhora a qualidade de vida e estes 11 milhões, que agora transitam, não são suficientes para pagar, por um lado, os contratos chorudos com os transportes, em segundo lugar, a USF e, em terceiro, os contratos e indemnização compensatória à AdC (estamos a falar de 9 + 9 milhões de euros já acumulados). -----

Portanto, o saldo positivo não é suficiente para fazer face à dívida que o Senhor criou, que não é de nenhum executivo anterior, que foi criada com o Partido Socialista na Câmara Municipal. -----

Ora, mas para não dizerem que a Oposição só critica e que vê mal em tudo, convém lembrar que o Partido Social Democrata agora vai votar a favor esta proposta e que nesta Assembleia, como nas últimas três, não votou contra nenhuma proposta. -----

O que queremos e pedimos, Senhor Presidente, é que estas obras sejam cumpridas de uma vez por todas. Se o fizer, não nos arrependemos deste voto favorável; se não o fizer, naturalmente que nos arrependemos e viremos aqui mencionar isso.” -----

- **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho):** “Foi falado aqui duas vezes em relação aos Presidentes de Junta... Quero só dizer à Dra. Joana Petrucci que, quando fala, acaba também de nomear os seus próprios eleitos nas Freguesias. Tenho muita dúvida se conheço sequer o que é que os seus eleitos combinaram com a Câmara Municipal relativamente aos parques infantis e, se tiver conhecimento disso, peço que diga o que é que está acordado nas Juntas do PSD. -----

Sobre os Presidentes aqui não falarem e de não se juntarem à crítica à Câmara, tenho a dizer-lhe que estive 12 anos na Assembleia Municipal sem ser Presidente de Junta. Nessa altura era atuante, mas quero-lhe dizer que havia 31 freguesias e aquilo que aqui existia era que havia um Deus e o resto eram adoradores. Lembro-me de muita gente que aqui era Presidente de Junta - eu era deputado -, que se ria inclusivamente quando falávamos, numa situação completamente antidemocrática que se vivia aqui dentro. -----

Quanto ao Dr. Marco Gabriel, dizer-lhe que pode vir aqui com a demagogia que quiser alertar para as benesses de os Presidentes de Junta serem mais atuantes (bem sei que é da oposição). Quería vê-lo numa Câmara do PCP – o que é que os Presidentes de Junta iriam dizer? -----

O que aqui disse sobre os Presidentes de Junta se juntarem a si não tem razão de ser. O que o Deputado do PCP está aqui a fazer não é defender a Boidobra: é a defender o PCP porque todos vocês têm votação uníssona; todos vocês pensam pela cabeça do comité central e isto é uma verdade no que se viu ainda há bem pouco no voto de abstenção ao Senhor “Manteigueiro”. -----

E mais: a incapacidade do Marco Gabriel votar aqui favoravelmente um Orçamento que é favorável à Boidobra diz muito sobre se está aqui a defender a Boidobra ou se está aqui a defender o PCP.” -----

- Tendo sido evocado o seu nome, o **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)** referiu que “não há melhor chavão do que achar que eu penso pela cabeça do comité central. Isso é não me conhecer de todo. -----

O que eu disse não foi dos Presidentes de Junta, foi da bancada do PS especificamente. Portanto, confunde isto tudo para me atacar porque tinha isso guardado para o fazer. Faça o seu trabalho que eu faço o meu. -----

Eu acho que se os Presidentes de Junta fossem mais reivindicativos conseguiríamos mais coisas para cá. Quanto a essa questão de achar que não penso pela minha própria cabeça, acabou por dizer tudo e lamento que abra a boca aqui na Assembleia para dizer o que disse em vez de defender os interesses da Freguesia. Ainda nem votámos esta modificação e já diz que votei contra!” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dizendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra “falava que não conseguiu descortinar nos documentos a Sede da Junta. Ela está no projeto 2003/I/45. -----

Outra nota importante é que a abertura dos projetos é definida em função do valor. Os projetos que têm valores menos significativos são agregados em projetos genéricos. Temos que olhar para o documento nesta perspetiva. -----

Se trouxéssemos só e apenas aquele quadro e não o municiassemos com o resto da documentação, os senhores iriam dizer que estávamos a sonegar informação, que estávamos a ser opacos e que a Oposição não podia exercer os seus direitos. -----

O Senhor Deputado Luís Rodrigues disse, e bem, que não estávamos no mesmo município. Não estamos mesmo. Quero-lhe dizer que o Centro de Recolha Animal já está a funcionar há muito tempo e o Senhor está a dizer que ele não existe! Efetivamente vivemos em concelhos diferentes porque não se apercebeu que o Centro de Recolha Animal já existe e já está pronto há cerca de dois anos e meio. -----

A Capela das Almas – as almas como são etéreas e invisíveis, o Senhor não está a ver qual é que é a Capela das Almas. Estas almas que estamos a falar são de Casegas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** interrompeu o Senhor Presidente da Câmara para confirmar que era dessa mesma Capela que estavam a falar. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “as obras existem. Estão a ser feitas. Estão a ser concluídas. Foi-nos solicitado um apoio. Tal como apoiámos o Dominguizo, o Torreão, Orjais, Teixoso, igualmente procedemos em Casegas.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** questionou “se esta Assembleia chumbasse, como era? Se os Deputados do Partido Socialista, por exemplo, com os outros, votassem de forma diferente e chumbavam isto.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “as obras que estão aqui elencadas e que anunciei no *briefing* com os senhores jornalistas, no final da reunião de Câmara, não são miríades, sonhos ou ficções. São realidades e, pelos vistos, não ouviram as explicações técnicas para a existência do saldo. -----

Pensem nisto: se deixássemos de lançar mão de uma candidatura importante por não termos o dinheiro necessário para o efeito, o que é que os Senhores diziam? “Incompetentes. Deviam ter guardado parte do saldo para os fundos comunitários!” Ora, guardamo-lo para esse efeito, como guardámos também no ano anterior (por isso é que lá estavam os 5 milhões) e estamos a gerir mal! -----

Relembro para avivar memória que, em 100 municípios da Região Centro, fomos o 7.º município com maior grau de execução de fundos comunitários e, neste momento, na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela onde, já agora, vou quando devo ir e quando entendo que devo ir naquelas reuniões que são mais importantes e naquelas em que tem que haver decisões políticas de fundo, não para questões técnicas. Vou amanhã para discutir os 109 milhões que vão ser atribuído à Comunidade Intermunicipal. -----

Já agora, também para dar uma nota importante, eu não mudei de opinião, de 2012 para cá, relativamente às portagens. Aquela declaração que fiz mantenho-a e tenho-a feito na presença do Senhor Primeiro-Ministro, em público e em privado. Enquanto não atingirmos o grau de desenvolvimento económico e social das populações do Litoral, sou contra a existência de portagens. -----

E, obviamente, que o transporte já está tratado há vários dias para que, quem quiser ir lavar o seu protesto ordeiro e democrático a Lisboa, tenha transporte.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “Agradeço que fale sobre o Centro de Recolha Animal já estar em funcionamento, mas o facto é que, quando esta bancada (um dos seus membros) foi à Junta de Freguesia da cidade, a mesma disse que o contacto que tinha da Câmara para esse efeito era do Canil.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “não sabe do que está a falar. O Centro de Recolha Animal está no Tortosendo. É da Freguesia do Tortosendo. Fica demonstrada a

evidência que os Senhores não andam cá! Como é que os Covilhanenses podem acreditar em vós?!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais** foi a mesma aprovada por maioria com 34 votos a favor (PS, PPD/PSD, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/Uniões de Freguesia(s)) e 05 abstenções (CDS-PP e CDU – PCP/PEV). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP) e o Senhor José Carlos Varandas das Neves (Dominguizo). ----

Não votou ainda o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS) por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “A abstenção vai no sentido de que se mantém, de certa forma, a esperança de que as obras inscritas neste orçamento retificativo sejam, de facto, executadas no ano de 2023 ou que transita a execução para 2024 porque sabemos que muitas vezes é difícil concluí-las num ano. -----

Esperar, de facto, que os problemas que as populações têm sejam resolvidos, daí a nossa abstenção. Não é favorável na medida em que colocamos em dúvida que esta Câmara tenha a capacidade, o engenho e a arte de concretizar aquilo que tem neste plano.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “A nossa abstenção é no sentido de que normalmente, assumimos quando votamos os instrumentos de gestão provisional, como o orçamento, porque é um instrumento da Câmara e, portanto, cabe-lhe a ela provar que é capaz de executar aquilo que aqui está. -----

Não podemos votar favoravelmente um documento e uma alteração orçamental que representa cerca de 25% do orçamento total da Câmara, que representa uma alteração substancial de uma das rubricas essenciais para a vida do Município, que é o investimento de capital e onde não é consultada a Oposição para se pronunciar sobre onde e como é que estes valores deviam ser aplicados. -----

Constatamos que, desta forma, vivemos ao sabor e à vontade do critério do Senhor Presidente da Câmara e à espera de dias melhores.” -----

2.6 – TOMADA DE CONHECIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO CONCEDIDOS E APROVADOS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E DE RECONHECIMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 10 de março de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 1516 de 13.03.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Quando vi este ponto fiquei esperançado de que, desta vez, tivesse que enfiar os maravilhosos óculos socialistas para ver a cidade que não consigo ver de outra maneira. -----

Daquilo que consigo perceber, com 4 isenções que aqui são dadas conhecimento ao longo do ano de 2022, fico pasmado. A pujança económica na Covilhã dos privados existe, mas infelizmente a Câmara não os acompanha e não lhes dá o apoio que lhes deveria dar noutras áreas que não apenas nestas. Estamos a falar de apoios, a meu ver e peço desculpa, ridículos perante o volume de investimento que é aqui anunciado, perante o volume de capacidade financeira que é aqui investido. Das duas, uma: ou os empresários andam distraídos e não pedem isenções das taxas e não pedem isenções de outros benefícios fiscais; ou então, de facto, afinal os óculos não ampliam assim tanto! Porque só temos 4 isenções concedidas! -----

Isto é revelador da falácia que andamos aqui a tentar vender a todas as pessoas de que afinal andamos aqui todos bem e depois, afinal de contas, durante um ano temos meia dúzia de milhares de euros de isenções que, se fossem assim tanto, deveriam ser, se calhar, algumas dezenas.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Estamos a chegar ao final desta Assembleia e aquilo que tem sido a deriva ideológica e a deriva que a coligação, que já não é coligação ou que talvez seja coligação CDS-PP e PSD (para algumas coisas é, para outras não é) ... Hoje consegui ouvir declarações da parte do PSD defender ou ir contra aquilo que são os lucros excessivos, aquilo que é um discurso do CDS contra aquilo que é o rigor orçamental. Mesmo do ponto de vista ideológico, há um vazio e esfuma-se por completo aquilo que tem sido a intervenção da coligação na Covilhã.

Esse vazio leva a uma coisa muito grave, não só na Assembleia, mas daquilo que é a sua ação fora desta Assembleia. Ao não viver na Covilhã ou na Covilhã que todos os outros vivem, a verdade é que se leva a dizer mentiras. -----

O Senhor Presidente já abordou aqui algumas, mas eu reforço outras: falar da sede do Rancho da Boidobra que não foi feita. Está feita há muito tempo. Fico pasmado com aquilo que é a asfixia democrática que querem fazer crer que existe na Covilhã. -----

Falou-se aqui há bocadinho do associativismo: um evento que apoiou e que assinou com cem associações. Já lá vai o tempo em que se apoiava uma associação porque era do partido A, B, C ou D! Já lá vai o tempo! Existiram membros desta Assembleia presentes no mesmo evento e não é por isso que deixaram ou não deixaram de ser apoiados. Isso é algo que se reconhece. -----

Em relação aos benefícios, há algo que registo. Há aqui benefícios para o sector social e para o sector privado. Tem havido cada vez mais apoios e a realidade é que existem. Temos uma grande intervenção na Santa Casa da Misericórdia. Vemos outras espalhadas por todo o concelho. A Covilhã não se cinge à cidade da Covilhã.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Uma defesa à consideração. Registo a intervenção do Deputado Pedro Bernardo e a sua preocupação com aquilo que é da casa dos outros. Devia-se preocupar com a sua própria casa. O problema destas coisas é que pensar pela própria cabeça é muito difícil e não andarmos aqui a seguir o que nos dizem, as cartilhas que nos impõem. E não é o comité central, que ainda é mais preocupante! Mas o seguidismo é ainda maior do que comité central! -----

Devo-lhe dizer que toda a atuação da oposição nesta Câmara não somos só nós que o dizemos. Nós dizemos porque, de facto, constatamos aquilo que também nos dizem lá fora. Aquilo que é preocupante é o PS arrogar-se com 40 e tal % dos votos, ter maioria, achar que tem unanimidade e não respeitar os outros todos. Isso é que é mau para a democracia e sobretudo para o PS e para a Covilhã.” -----

- **Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD):** “As obras do Rancho não estão feitas. De facto, a Sede foi feita há uns anos atrás. Mas, eles pediram novamente uma requalificação das instalações e é nesse ponto que me referi que não está feito. E isso foi feito no Orçamento Participativo.” -----

--- ***A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento dos pedidos de isenção concedidos e aprovados ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais e de Reconhecimento de Projetos de Interesse Municipal no Município da Covilhã.*** -----

2.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 27 de fevereiro de

2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alínea h) e r) do n.º 1 e alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o RJAL, na sua atual redação, através do ofício n.º 1196 de 28.02.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV): (Doc.32)** *“Os Planos de Pormenor são operacionalizadores do Ordenamento do Território. Apesar de na antiguidade, a construção das cidades romanas obedecer já a um certo ordenamento, muitas vezes ligado a crenças e acasos, o ordenamento do território, tal como hoje o entendemos, é um conceito (ou uma discussão concetual) com pouco mais de 100 anos. Surgiu após a 1.ª Guerra Mundial, na Alemanha e no Reino Unido, para responder à necessidade de delimitar o desenvolvimento das cidades que tinham sido destruídas.* -----

O Plano de Pormenor, constitui-se o instrumento que concretiza programas e políticas urbanas. É, como muitos autores referem, o “elo forte do sistema de gestão territorial (...) por ser a base mais apropriada para a conceção, controlo e avaliação democrática da cidade que se quer e da cidade que se faz” (Afonso, 2009, p. 39). É um instrumento, por excelência, da política de cidades e do exercício dos direitos urbanos de todos os cidadãos. Daí que deverá ser encarado de forma flexível, ser adaptado, célere e transparente. -----

Relativamente ao PP da Zona Industrial do Canhoso, já em 8 de julho de 2011, também em 17 de fevereiro de 2012 e em 27 de julho de 2012, entre outros momentos, nesta Assembleia, nós alertamos para as fragilidades deste Plano de Pormenor. Aliás as participações que chegaram ao longo do procedimento de elaboração de alteração, fazem jus às nossas preocupações e, no fundo, dão-nos, infelizmente, razão. Este instrumento poderia e deveria ser muito melhor. Desde o início.

No caso do requerente 1: as parcelas B1 e B2 estavam, em 8 de julho de 2011, como o dissemos, na altura, em que todos, exceto nós, aprovaram este PP, com dimensões cuja envolvente não suportaria. Daí o pedido entre outros, de ajustamento da confrontação, para acesso mais seguro, evitando o direto, com a estrada de acesso à EN18. Esta situação não acolheu deliberação positiva.

Requerente 2: falta de lugares de estacionamento. Fazemos notar que a 4ª fase ou Fase D, ainda não está construída, mas parece que padecerá do mesmo mal ... já que são mais de 125 mil m² a construir, eventualmente, o que comporta muita gente, logo serão necessários muitos lugares... ainda por cima, com os transportes públicos como estão”! -----

Requerente 3: a mudança decorre da evolução da atividade da empresa sediada nos lotes B23 e B24. O que está previsto neste tipo de instrumentos e, na legislação, portanto. -----

Em face desta realidade, e partindo de um instrumento de ordenamento de território que não subscrevemos e, o tempo, está a dar-nos razão, consideramos que estas alterações são

necessárias, mas ficarão, mais uma vez, aquém do que seria desejável. É mais uma oportunidade que se perde de fazer política para a polis, verdadeiramente, transformando-a! -----

Deixamos aqui a preocupação de, sistematicamente, no nosso município, as discussões/consultas públicas ficarem desertas.” -----

- Eng.º Luís da Silva Rodrigues (PPD/PSD): (Doc.33) *“O PSD sempre foi a favor da ampliação da Zona Industrial do Canhoso, esta Zona Industrial é de extrema importância para a implantação de empresas no concelho e uma das principais entradas para a Covilhã como cidade industrial. -----*

A ampliação aqui apresentada é parca, carece de uma remodelação integral de toda a Zona Industrial. É desolador e deprimente entrar nesta Zona Industrial, é preciso ter muita necessidade e vontade de trabalhar para encarar diariamente os arruamentos com aspeto de abandono completo. -----

Os passeios são praticamente inexistentes e quando existem ou estão em terra batida ou com erva crescida ou ainda com viaturas estacionadas neles, as paragens de transportes públicos não têm cabines, não existe qualquer marcação horizontal nas ruas nem para os estacionamento quando estes são permitidos ou possíveis, assim também como não há passadeiras, mas os buracos na estrada são abundantes. -----

Uma zona Industrial quer-se alegre, atraente e funcional, que chame a atenção aos investidores, que os intervenientes no seu dia a dia incluindo os trabalhadores se sintam felizes e motivados. ---

A zona Industrial do Canhoso deve contemplar entre outras infraestruturas, passeios e jardins para que os trabalhadores possam desfrutar de um pequeno passeio numa pausa do trabalho ou na hora do almoço até deve ter locais apropriados para quem traz o almoço de casa possa almoçar ao ar livre. -----

Uma Zona Industrial deve proporcionar verdadeira harmonia entre a Indústria e o meio ambiente, respeitando sempre os trabalhadores. -----

Disse.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Versão Final da Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso** foi a mesma **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS, PPD/PSD, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os Presidentes de Junta/União de Freguesia(s)) e 06 abstenções (CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Eng.º Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)). -----**

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), José Carlos Varandas das Neves (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra) e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

2.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO E UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO EMPRESARIAL DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 30 de março de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2042 de 03.04.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- A Senhora ***Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS)*** pediu a palavra para ***comunicar que não iria participar na discussão e votação do assunto, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo.*** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora ***Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)*** que referiu que pediu “a palavra neste ponto não para falar propriamente na proposta de retificação porque, quanto a essa, nada temos a opor e, por isso, vamos votar a favor como já votámos na aprovação do referido Regulamento em Assembleia Municipal anterior - afinal o PSD não é sempre do contra -, mas para falar do Centro de Inovação Empresarial da Covilhã. -----

No mês passado, por motivos profissionais, conheci o espaço. Fui muito bem-recebida por uma equipa profissional e sempre pronta a ajudar. Tive todo o apoio para conseguir fazer o meu trabalho com o máximo de profissionalismo e conheci um espaço inovador, moderno e com um ambiente verdadeiramente empreendedor. -----

Dou assim os parabéns à recuperação do imóvel emblemático da nossa cidade e sobretudo ao uso que lhe deram. -----

Desejo que o futuro me dê a oportunidade de voltar a este púlpito para voltar a parabenizar uma vez mais esta estrutura quando analisarmos, a seu tempo, os frutos colhidos e que realmente a estrutura seja a impulsionadora da criação de novas empresas na Covilhã que é, de facto, o mais importante. -----

Estou em crer que existem todas as condições para isso e isso já é um bom pontapé de saída. -----

Como veem, o PSD também sabe valorizar o trabalho que é bem-feito!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Retificação do Regulamento Municipal de Funcionamento e Utilização do Centro de Inovação Empresarial da Covilhã** foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), José Carlos Varandas das Neves (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra) e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Não votou ainda a Senhora Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

2.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE PERABOIA – AQUECIMENTO ESCOLAR – ANO LETIVO 2022/2023 - REFORÇO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 10 de março de 2023, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 1518 de 13.03.2023 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município da Covilhã e a Freguesia de Peraboa – Aquecimento Escolar – Ano Letivo 2022/2023 - Reforço** foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Senhores Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco de Sousa (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), José Carlos Varandas das Neves (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra) e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não foi registada qualquer inscrição para o Período de Intervenção do Público. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 17-04-2023

(Doc. 01)

1. PAOD

1.3. Intervenção política.

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sobre a transferência de competências na Área Social

O ponto de situação confirma a natureza e consequências do processo, em particular nos domínios que atingem funções sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social), comprometendo a sua universalidade e qualidade.

Não se trata só, como assinalamos, de uma falsa descentralização e de uma transferência de encargos. O que se configura é um processo que se caracteriza por uma mera delegação de competências, subfinanciada e tutelada, transformando as autarquias em tesouraria de ministérios, numa clara violação da autonomia administrativa e financeira.

As exigências de reportes, absurdos e irrealizáveis, para confirmar e controlar gastos nas áreas de competência transferidas, são apenas a expressão mais visível deste processo.

A 3 de Abril foi transferida para o universo dos municípios a competência na área social, culminando impositivamente um percurso em que parte significativa das autarquias foram adiando a sua assumpção prevista para Janeiro de 2019.

Passa a ser competência do município:

- Atendimento, informação e orientação de cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação e respectivo encaminhamento, caso se justifique;
- Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- Avaliação e diagnóstico social, com a participação dos próprios;
- Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica, tomando como referencial o previsto no Decreto-Lei n.º 120/2018, de 27 de dezembro, no respeito pela autonomia do poder local;
- Planeamento e organização da intervenção social;
- Contratualização no âmbito da intervenção social;
- Coordenação e avaliação da execução das acções contratualizadas.

Esta área comporta, para lá dos problemas já comprovados na Educação, complexidade e sensibilidade acrescidas, quer pela degradação da situação social e das dificuldades que dela decorrem;

quer das pressões já sinalizadas a partir de instituições que exercem algumas destas competências protocoladas com a Segurança Social na base de acordos com mais de uma década sem atualização;

quer, ainda, das eventuais derivas assistencialistas, populistas e demagógicas na atribuição dos chamados subsídios eventuais.

Uma transferência que se insere na desconfiguração das funções sociais do Estado e das competências próprias das autarquias, que põe a nu a progressiva desresponsabilização do Estado com a fragilização dos serviços de Segurança Social (em número de serviços, trabalhadores, proximidade e acompanhamento);

Uma transferência que agravará desigualdades territoriais decorrentes das distintas capacidades de cada autarquia comprometendo o acesso à protecção social e a garantia de um serviço público, acessível, universal e de qualidade.

Estamos na presença de uma transferência atabalhoada, com escassa ou nula informação indispensável ao seu exercício, baseada em rácios e financiamento sub-avaliados, em que sobressaem:

- a evidente não correspondência dos recursos necessários com a desconsideração de encargos logísticos e administrativos;
- as inconformidades de que o processo e condições de transferência padece, a par dos encargos que colocam em causa a sua sustentabilidade financeira (para lá de outros, onde e de que forma serão inscritos e assegurados os recursos financeiros para os apoios eventuais – pecuniários);

- a insuficiência de informação objectiva para concretizar a previsão de despesas, os valores identificados pelos protocolos com as instituições não correspondem aos transmitidos aos municípios;
- o desconhecimento da avaliação pelo Estado Central da execução das medidas de RSI e SAAS e nomeadamente, recomendações e melhorias (incluindo as executadas pelas instituições);
- a manifesta desadequação do rácio de técnicos considerado.
- a ausência de publicação do Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social que corresponderá ao colocado no Acordo com a Associação Nacional de Municípios, na base dos dados de 2021;
- a exigência de ser claro o mecanismo de actualização das verbas a transferir para a Câmara Municipal no decurso deste processo, assim como o cronograma da transferência das mesmas e a sua celeridade;
- a clarificação sobre a LNES – (144 – Linha Nacional de Emergência Social), que não sendo da responsabilidade dos municípios, numa primeira fase, não lhes é indiferente quer as condições de funcionamento quer de financiamento, pois face às competências sabemos que serão os mesmos a acompanhar;
- a ausência de conhecimento sobre a interrelação e integração destas medidas com outros apoios a definir centralmente (por exemplo: Centro Comunitários e Centro de Convívio, Gabinetes de Apoio à Vítima – rede nacional, etc...)

Face à complexidade da Área Social, assim como na Educação e Saúde, torna-se necessário, para um acompanhamento da Assembleia Municipal, a apresentação pelo Executivo do Plano de Ação Anual para cada Área e Relatórios Periódicos, Intercalares (á semelhança do que nos foi enviado

pela divisão da ação social e saúde), identificando:

- a) A estrutura organizacional e recursos humanos mobilizados e a recrutar
- b) As parcerias a implementar e implementadas
- c) As ações e objetivos que se pretendem atingir e atingidos
- d) Os recursos financeiros alocados e respetivas fontes de financiamento
- e) Os regulamentos que permitem a atribuição de subsídios eventuais nas diferentes valências da ação social.

Disse

Vítor Reis Silva

Marco Gabriel

Mónica Ramôa



A DECADÊNCIA INEVITÁVEL

A democracia dá-nos a possibilidade de sermos eleitos para defender políticas ou projetos que entendemos serem a melhor resposta às aspirações das nossas populações. É esse o motivo que nos faz estar aqui, cada um a representar o seu papel, a sua responsabilidade de representar eleitores.

Se de um lado estão os eleitos escolhidos para implementar as suas propostas, do outro estão os eleitos para fiscalizar as decisões, o bem público e o que é feito dele.

10 anos de mandato já nos dão uma triste imagem da realidade.

Eis então o retrato da **inevitável decadência** onde todos os números nos levam às inevitáveis conclusões:

- De 51.000 habitantes, perdemos 6.500, e o número chegará a 10.000 em 2030
- Porque tínhamos 6.000 jovens até aos 15 anos em 2011, e hoje temos 4.500
- Porque tínhamos 33.000 cidadãos em idade ativa, e hoje temos 28.000
- Porque tínhamos 9.500 jovens no ensino básico e secundário, e hoje são apenas 6.000
- Porque vamos perder mais 400 ha urbanizáveis, porque a população diminuiu

Mas porquê negar esta decadente realidade?

Mas porquê apenas encarar estes números como inevitáveis?

Inevitável porque os escolhidos para governar respondem a tudo isto como a simples inevitabilidade:

- As escolas e as creches fecham porque é inevitável, nascem menos crianças
- O comércio fecha porque é inevitável, há menos fregueses
- As farmácias que fecham à meia noite, depois de décadas abertas
- As freguesias choram de vazias, porque os mais velhos inevitavelmente vão morrendo
- Os quadros aqui formados vão embora, porque é inevitável, não há aqui emprego qualificado
- Os jovens do concelho vão embora, porque sonhar é inevitável, e ninguém fica numa terra sem futuro

Mas como negar estes números?

Eles são oficiais e públicos!!!



Contrariar tendências, inverter o rumo, mobilizar populações para estratégias de futuro seria o caminho inevitável para quem foi eleito para governar a cidade, mas apenas temos o inevitável destino, porque somos tragicamente do interior!

Prometeram tecer o futuro, e não param de o castrar!

Pararam a vida com a regionalização de locais, mas os votos caíram a descentralização de serviços.

Seria inevitável que a pequena Amália chegasse a costureira, mas foi grande chegou e aos palcos do mundo!

Seria inevitável que um Cristiano nascido no Funchal chegasse a contramestre de um barco de pesca, mas optou por ser mestre no topo do mundo!

Mas até aqui tão perto:

Seria inevitável que uma Universidade com Interior no nome fosse preterida anualmente nas escolhas dos jovens, mas optou por se fazer exterior, e cresce a olhos vistos!

Decadente é o nosso futuro quando apenas nos desculpamos com o inevitável....

- O pavilhão desportivo do INATEL, que aos anos que é pró ano!
- As bicicletas que não andam nem ninguém sabe onde param
- A máquina comprada para fazer batalha aos buracos, mas que já perdeu a guerra
- A comissão de incêndios que nunca reuniu, porque já se sabe que a culpa foi do helicóptero
- O Quartel da GNR do Tortosendo, que não foi mas há de ser
- Os prometidos empregos que não vêm, porque prometidas empresas vão para o território vizinho!
- Os PDMs que se adiam por falta de estratégia e nos obrigam a olhar para 2030 com menos 3.500 habitantes!
- O turismo que avança em contraciclo devido ao esforço dos privados, mas é abandonado pelo poder público, basta ver as Penhas da Saúde – onde não há sequer saneamento básico em metade dos edifícios e a eletricidade falha constantemente!

Mas é esta também a responsabilidade que a democracia nos dá, que a minha responsabilidade de eleito me obriga a não estar calado!

Não Sr. Presidente, não nos resignamos a esta tragédia grega em que tudo é justificado pelo inevitável destino, e fazemos de ano para ano a catarse da desgraça.

800 anos de história não permitem ombros caídos, não aceitam projetos esquecidos, não toleram futuro adiado!



O passado dá-nos a garantia que Covilhã dará a volta por cima, que negará com coragem esta decadência, porque sempre soube reagir no tempo certo, e porque todos sabemos que dos fracos não rezeará a história!

É urgente porque temos outras escolhas e porque, JUNTOS, temos tudo para ser exemplo de FUTURO, com orgulho do passado, e porque a mudança é cada dia mais INEVITÁVEL!

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Lino Torgal



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'K' and 'af'.

Covilhã, 17 de abril de 2023

1.3 – Intervenções - PAOD

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sras. e Srs. Vereadores,
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Estimadas e Estimados concidadãos,
Minhas senhoras e meus senhores,

Mais uma vez trago a esta Assembleia um assunto que o Governo teima em não resolver, ignorando os problemas das populações do interior e faltando à verdade com promessas eleitorais.

Como referi aqui na última Assembleia, no âmbito do “Governo Mais Próximo em Castelo Branco” que decorreu nos dias 25 e 26 de janeiro último, fomos informados pela Sra. Ministra da Coesão Territorial que o Governo iria esclarecer “de uma vez por todas” que posição tinha “relativamente às portagens no interior e na A22” até à próxima reunião com os responsáveis da Plataforma P’la Reposição das SCUT A23 e A25, marcada para 15 de fevereiro.

Entretanto fomos mais uma vez esquecidos e ignorados, pois tal reunião não se realizou, nem o governo esclareceu a sua posição como tinha prometido que o faria a 15 de fevereiro.

Como não bastasse todo este enredo de fugir às promessas eleitorais e compromissos públicos, no dia 24 de fevereiro deste ano, em plenário da



Handwritten signatures in blue and purple ink.

Assembleia da República, o PS chumbou todos os diplomas apresentados que visavam reduzir ou eliminar o pagamento de portagens nas antigas SCUT.

O governo desde este último chumbo deixou de falar nas portagens, é caso para perguntar se entende que o assunto está resolvido ou se o mesmo foi retirado da agenda política.

A Plataforma P'la Reposição das SCUT A23 e A25 vem em comunicado anunciar que está na disposição de no dia 20 de maio, levar uma embaixada da Beira Interior a Lisboa e que várias autarquias já se disponibilizaram para suportar os custos com os transportes para Lisboa e outras estão a ponderar fazer o mesmo.

Sr. Presidente Dr. Victor Pereira, o Senhor em outubro de 2012 e na qualidade de Vereador e passo a citar “apresentou uma moção no sentido de a Câmara manifestar publicamente veemente protesto e desagrado pelo fim do sistema de isenção de portagens nas A23 e A25, e defender a sua manutenção enquanto a região não atingir os índices de desenvolvimento socioeconómico do litoral, posição a enviar ao Senhor Presidente da República, à Senhora Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República” fim de citação.

Pelo exposto vai a autarquia da Covilhã também ajudar a suportar os custos com os transportes para Lisboa ou o Sr. Dr. Victor Pereira agora na qualidade de Presidente de Câmara entende que os pressupostos da moção apresentada enquanto vereador em 2012 já não são válidos?

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Luis Rodrigues



Handwritten initials and signatures in blue ink.

Assembleia Municipal da Covilhã
Reunião de 17 de abril de 2023 | Questão ao Sr. Presidente do Município

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia,
Senhores Vereadores,
Representantes dos órgãos de comunicação social
Senhoras e Senhores Munícipes

Nos tempos mais recentes, tem sido notório o aumento da circulação de migrantes na região da Covilhã. Não é de estranhar, se tivermos em consideração que Portugal é visto, no quadro internacional, como um país exemplar na forma como aborda as migrações, que conta com décadas de políticas públicas no sentido de responder a este desafio de forma participada, descentralizada e inclusiva e que tem uma sociedade tolerante e acolhedora.

Estamos cientes de que o Município da Covilhã tem estado atento a situações de emergência resultantes de situações complexas de pessoas refugiadas, a quem tem procurado encontrar habitação e assegurar as condições mínimas necessárias à sua sobrevivência.

Todavia, a regularidade com que estes fluxos chegam à região torna necessária a criação de ferramentas permanentes que contribuam para a inclusão destas populações, através de formas de atuação simples, capazes e eficazes, que prevejam medidas de inclusão e de combate às diversas formas de desigualdade, que afetam de forma particular as minorias, através da aprendizagem do português, da integração de menores nos estabelecimentos de ensino, da qualificação da população ativa e do alargamento das oportunidades de integração laboral, contribuindo para o rejuvenescimento do mercado de trabalho, fundamental em qualquer região que pretenda ser produtiva.

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), dependentes do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), dão respostas especializadas a diferentes dificuldades sentidas pelas pessoas migrantes em Portugal, através de gabinetes dedicados e de instituições parceiras, proporcionando apoio e acompanhamento integrado. Paralelamente, as associações e entidades de solidariedade locais, de entre as quais se destacam o Balcão de Apoio ao Migrante da Mutualista Covilhanense e o Centro Local de Apoio à integração de Migrantes da Covilhã da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, estão atentos e têm vindo a

* RECENTEMENTE SUBSTITUÍDO PELA AGÊNCIA PORTUGUESA
PARA AS MINORIAS, MIGRAÇÕES E ASILO (APMMA),



desempenhar um papel fundamental, no terreno, para melhorar a integração das pessoas estrangeiras que escolhem o nosso país para os seus projetos de vida.

Numa busca rápida ao portal do Alto Comissariado para as Migrações, verificámos que o Município da Covilhã não integra a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade - RMAD. Tão pouco no site da Câmara Municipal é possível encontrar serviços de apoio direto ao migrante.

Assim, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã que serviços ou estruturas tem a orgânica do município atualmente disponíveis para fazer um acompanhamento próximo, metódico e de longo prazo a estas populações ou se estão em fase de criação alguns mecanismos de apoio nesse sentido.

Muito obrigada.

A representante do Grupo Municipal do CDS,

Graça Castelo-Branco



Assembleia Municipal da Covilhã

17 de Abril de 2023

PAOD

Nomeação do ex-Verador Jorge Afonso Gomes como Assessor

No Boletim Municipal de 30 de Março de 2023 deparei-me com a publicação de um despacho do Sr. Presidente da Câmara de 1 de Julho de 2022, um despacho publicado mais de 8 meses depois de ser emitido e no 19º Boletim Municipal publicado desde a data do despacho.

E não era um despacho de menor relevância, era um despacho em que se nomeia para Assessor o ex-vereador Jorge Afonso Gomes e a quem são atribuídas funções em áreas cujos pelouros teve quando foi vereador: recursos humanos, obras, projectos, parque automóvel e oficinas, aprovisionamento e controlo de compras.

Coisa pouca.

O despacho publicado oito meses depois de ser emitido deixa-nos muitas dúvidas, desde logo pela flagrante falta de fundamentação da necessidade de contratação e da escolha do contratado, sim, porque é uma nomeação para assessor paga com o erário público e com um salário próximo do que afirmou receber na empresa privada onde está inscrito como trabalhador.

Além de que, conforme consta do próprio despacho, o mesmo deveria ter sido publicado no prazo de 30 dias, o que não aconteceu e que nos pode colocar perante uma série de dúvidas. Não tendo sido publicado o despacho é ineficaz



e até à sua publicação o assessor não exerceu funções? Ou exerceu e foi remunerado com base num despacho ineficaz ?

Por tudo isto, a bancada do CDS entregará ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal no final desta intervenção, um requerimento, cuja leitura aos presentes agradeço que seja feita pela mesa.

Direcção da Cidade Criativa

Volto a este tema porque cada vez que aqui faço uma pergunta a resposta é diferente.

Na sessão de Dezembro de 2022, questionado por mim sobre quem dirigia o projecto Covilhã Cidade Criativa, o Sr. Presidente afirmou que não havia director e que não era exigível que houvesse, dizendo que havia sim uma equipa onde a Universidade, a Câmara e outras instituições são os principais protagonistas.

Devo lembrar que quando em Maio de 2022 havia questionado sobre a demissão do Prof Francisco Paiva da Direcção Executiva o Sr. Presidente havia respondido que não dava tal demissão como irreversível e que iriam alargar a direcção executiva.

Ora, há dias deparei-me com uma publicação acerca de um ciclo de conferências em que é apresentada a Sra. Veradora Regina Gouveia como Coordenadora Geral.



[Handwritten signatures in blue ink]

Consultado o site da Cidade Criativa, verifico que o mesmo foi actualizado estando a coordenação geral entregue à Sra. Veradora e à Sra. Chefe da Divisão de Cultura da Camara sendo a restante equipa de projecto composta por funcionários do Municipio.

E o que não percebo é a razão pela qual nada se explica, nada se informa e ainda se passa a ideia de que quem tem interesse e quesiona é que está errado ou tem segundas intenções.

Mas não é normal que queiramos saber quem dirige um projecto tão relevante para o concelho?

É claro agora e pelos vistos finalmente assumido pela Câmara, pelo menos na internet, que é o Município quem, na pessoa da Sra. Vereadora da Cultura e da Sra. Chefe da Divisão de Cultura, dirige o projecto.

Está assumido o principal protagonista: uma coordenação bicéfala, entre Vereadora e Chefe de Divisão, ambas com o mesmo cargo, esquecendo hierarquias.

Se há pouco o processo de nomeação do ex-vereador para assessor com quase os mesmos pelouros de quando foi vereador surpreendeu, esta partilha de cargos entre vereadora e chefe de divisão não deixa de surpreender também.

Joana Petrucci Rocha



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sra. e Srs. Vereadores,
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Minhas senhoras e meus senhores,

Desde 2015 que Portugal vê adiado a resolução dos problemas estruturais do país. Portugal não conhece uma reforma de fundo há 8 anos. Percebendo que desde esse data a governação é socialista não é de admirar. O Partido socialista não é, nem nunca foi, um partido reformista. O estado tem falhado nos sectores chaves da nossa sociedade: na saúde, educação, justiça, defesa, transportes e também na Habitação. Hoje temos o famigerado “Programa Mais Habitação” que é somente um pacote cheio de leis Cartaz e de propaganda política.

O problema da habitação não é de hoje, é verdade. Na altura em que as cidades e o país mais precisaram, houve visão e uma estratégia clara para fomentar o investimento e a criação de riqueza, premissas ainda hoje fundamentais para a resolução do problema da habitação. Infelizmente não é essa a situação que atualmente conhecemos.



Hb
A
e

Os governos do PS foram ao longo destes 8 anos demonstrando a sua incapacidade em saber resolver, também, a questão da habitação, senão vejamos: após o lançamento de mais de 20 programas e iniciativas, inclusive para o alojamento dos estudantes do ensino superior em que prometeram mais de 30 mil camas e até á data sem resultados. O “Programa Renda Acessível” que tinha um objetivo de 9 mil contratos só chegou aos mil. O “Fundo Nacional de Reabilitação” que depois de 7 anos e de 1.400 milhões de euros de dotação não regista casas a preços acessíveis como era o seu principal desígnio. E por fim um PRR na componente habitação onde o Ministério da Habitação só gastou ainda 3% dos fundos. Conclusão a propaganda prolifera e os objetivos são sistematicamente falhados.

E o tempo foi passando e os problemas foram se agravando e o governo percebeu finalmente que tinha de fazer acontecer e passar da propaganda aos atos. Contudo é no fazer que se vê quem tem uma estratégia e uma visão e quem anda a navegar na espuma dos dias.

O PSD pretende resolver o problema da habitação de forma estrutural e tem, na Assembleia da República, desde 15 de Março, cinco propostas legislativas para a habitação que se encontram em discussão na especialidade e o PS tem o “Programa Mais Habitação” que altera regras a meio do jogo, impõe funções e competências sem prévia negociação, hostiliza alguns intervenientes no processo, nomeadamente proprietários e investidores e põe em causa princípios fundamentais como o direito á propriedade privada. E isto



é ainda mais grave quando se sabe que o parque habitacional publico representa somente 2% da oferta de habitação.

É evidente que o problema se centra na quebra de 88% na oferta da habitação na última década e o estado não tem capacidade, nem recursos para produzir habitação em larga escala e precisa criar condições para os investidores colocarem no mercado um grande número de casas para compra e arrendamento para a classe média. Um problema que o “Programa Mais Habitação” não resolve, uma vez que demonstra uma total falta de visão e insensibilidade para perceber que este é um problema estrutural e não conjuntural e se não for devidamente tratado vai resultar num caos social a médio prazo e no esvaziamento e empobrecimento do país.

De uma forma geral a apresentação deste programa fez aumentar ainda mais a desconfiança de proprietários e autarquias com a questão do arrendamento coercivo, pôs em causa o crescimento do turismo, no setor do Alojamento Local, que foi aquele que mais contribuiu para o crescimento do PIB nos últimos anos e para a reabilitação urbana, e ameaça o investimento estrangeiro com o anúncio do fim abrupto dos vistos Gold.

Não creio que valha a pena perder mais tempo a criticar o Programa de habitação do governo que teve logo uma morte “na praia” anunciada. Mas urge de facto a implementação imediata de uma solução e sem a intervenção das autarquias não haverá solução.



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

Acho que é evidente para todos que as autarquias são uma peça fundamental na execução de qualquer programa ou medida de habitação, porque são elas que melhor conhecem a realidade de cada região e detêm as ferramentas para intervir no território de forma mais célere.

Dito isto pergunto-lhe Sr. Presidente, qual é a sua posição? paralelamente ao trabalho já executado no âmbito da Estratégia Local de Habitação, já tem devidamente contabilizado a totalidade do edificado municipal, bem como os que estão em estado devoluto? E relativamente ao património privado, também já está identificado o património devoluto?

Tendo nós todos conhecimento que as principais autarquias do país se pronunciaram imediatamente sobre este programa e não se disponibilizaram para o executarem uma vez que não estariam de acordo com muitas das medidas e em muitos casos nem teriam recursos humanos e técnicos para as executar, Sr. Presidente, a Covilhã em que posição se coloca ?

Os covilhanenses tem o direito de saber, antecipadamente, qual será a posição da sua autarquia e que medidas vão ser efetivamente aplicadas neste território, de um programa que foi tão publicitado e comentado, que gerou tanta críspação e que influencia diretamente



a vida das pessoas quer sejam proprietários, investidores ou arrendatários .

O PSD toma a liberdade de sugerir a realização de uma sessão de esclarecimento publica onde por um lado o município terá a oportunidade de apresentar a sua posição e os covilhanenses de colocarem as suas questões.

Agradecemos antecipadamente o esclarecimento, deste tema, nesta assembleia e fica a sugestão da sessão de esclarecimento, na qual, com certeza, marcaremos presença.

Obrigada,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.

Intervenção: A (des)fixação de jovens na Covilhã.

- Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
- Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
- Sras. e Srs. Vereadores,
- Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
- Presidentes de Juntas de Freguesia,
- Senhoras e senhores,

Boa tarde, cumprimentos
tudo na pessoa do Sr. Presidente
da Assembleia

Façamos um pequeno exercício de memória. Há 10 anos, enquanto os jovens da Covilhã de então davam os primeiros passos na sua vida profissional ou continuavam a sua formação académica, também o Sr. Presidente da Câmara iniciava uma nova etapa com promessas que garantiam o crescimento quase exponencial da Covilhã.

Sr. Presidente, que medidas foram tomadas nos últimos 10 anos para promover a fixação de jovens no nosso concelho?

Foi o pacote de apoio à habitação jovem, anunciado em 2017, e que incluía a recuperação de 48 casas na zona histórica da cidade, que serviu de estímulo para os jovens licenciados ficarem a residir na cidade e esta não ser apenas um local de passagem? É que, segundo os últimos censos, o concelho que perdeu cerca de 10% da população, tem agora mais de 3 mil casas vazias para venda e arrendamento, *a poucos que poucos são capazes de pagar.*

Foi o investimento de “muitos milhões”, anunciado em 2020, e que criaria centenas de postos de trabalho, que estimulou a fixação de jovens na Covilhã? Efetivamente o Sr. Presidente foi cauteloso e não deu qualquer pormenor porque, e passo a citar, “só quando estiver definitivamente assente é que canto vitória”. Mas, Sr. Presidente, 3 anos de suspense não lhe parece demasiado tempo? Onde está a obra? Foi, vai, ou nunca será concretizada?

Foi a criação da rede de transportes públicos interior, equiparada à das áreas metropolitanas, que prometeu em 2021, que impeliu os jovens a ficar por cá? Ou foi a promessa de reformulação da rede ferroviária que permitiria chegar mais rapidamente a Lisboa ou Madrid?

Podemos demorar mais de 3h a chegar às capitais europeias mais próximas, quase o mesmo que do Sobral de S. Miguel ao Hospital por transportes públicos, mas conseguiu conquistar os jovens com as bicicletas e ciclovias, elevadores e funiculares para deslocação na cidade? Quando os últimos funcionarem e as primeiras saírem das pinturas do alcatrão, claro.



Sr. Presidente, qual é o estado atual do contrato de mobilidade? E a isenção de passes de transporte escolar que prometeram para todos os jovens? Para quando uma rede de transportes públicos funcional no nosso concelho?

Afinal, além de estarmos longe das grandes cidades, também não é fácil percorrer pequenas distâncias, mas podemos ligar-nos virtualmente com a promessa de cobertura de rede fibra 5G, feita também em 2021, não obstante as inúmeras zonas do concelho que nem cobertura de rede móvel têm?

Senhor Presidente, quantos postos de trabalho foram criados nos últimos 10 anos? E afinal que medidas foram tomadas para fixar jovens e famílias no nosso concelho?

Reconhecemos que a nível nacional existem inúmeras medidas que promovem a mobilidade geográfica e, com isso, a densificação demográfica em zonas do interior do país. E a Câmara Municipal da Covilhã, que diligências tem tomado para evitar a migração de jovens covilhanenses ou para fixar de forma permanente aqueles que podem beneficiar de apoios nacionais?

Bem, talvez o grande incentivo para a fixação de jovens na Covilhã seja a aliciante e vasta agenda cultural do TMC com ingressos a custos reduzidos, pelo menos para os jovens do Partido Socialista, já que cidadãos sem filiações partidárias conhecidas parecem também ser “do contra” - como esta oposição foi já acusada - quando reivindicam a necessidade do TMC em “criar públicos, abrir-se à comunidade, associações, e criar projetos inovadores e criativos que envolvam todos para ajudar a nossa cidade e concelho a crescer.”

Senhor Presidente, tenciona responder a estas reivindicações que saíram recentemente na imprensa, e que o PSD já tinha exposto nesta Assembleia?

Tenciona cumprir as inúmeras promessas que tem feito ao longo dos últimos anos? Ou vamos continuar a “desfixar” jovens neste concelho com palavras que não passam a ação?

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Valéria Garcia



Handwritten signature

Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Camara Municipal
Senhoras e Senhores Deputados Municipais
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia
Caros colaboradores do Município
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Já lá vai o tempo da Covilhã ser vista apenas como local turístico de neve.

Hoje o Concelho da Covilhã afirma-se cada vez mais como local de turismo de 365 dias, onde a oferta se apresenta nas mais diversas formas, com uma qualidade reconhecida por dezenas de milhares de visitantes que escolhem a Covilhã como destino turístico ao longo do ano.

Mais do que um eixo estratégico, hoje o turismo na Covilhã assume-se como uma realidade de excelência nas mais diversas áreas, com procura de turismo nacional e internacional.

Do Turismo de Natureza, ao Ecoturismo, da Cultura e Património passando pela Gastronomia, a Covilhã é hoje reconhecida e escolhida pela sua oferta museológica, pelas suas piscinas naturais, pela sua rede de miradouros, pela arte urbana nas suas ruas, pela sua oferta diversificada e de qualidade na restauração e alojamento, pelo reconhecimento da “Covilhã Cidade Criativa Design” ou ainda pelas suas gentes e arte de bem receber, e tantos outros fatores que fazem da Covilhã um destino turístico cada vez mais procurado.

O Concelho da Covilhã é hoje referencia e exemplo do desenvolvimento do turismo no interior de Portugal, onde o trabalho conjunto desenvolvido por município e agentes locais se traduzem não só num sentimento positivo de desenvolvimento e atração de mais investimento, mas também nos números que consubstanciam esta realidade.

Dados PORDATA, indicam que a Covilhã aumentou entre 2009 e 2021, em 85% a sua capacidade de alojamento turístico, de 1186 para 2194 camas, consequência do aumento de 8 para 36 estabelecimentos de alojamento, fazendo da Covilhã um dos concelhos com maior capacidade de alojamento na região centro de Portugal. Este crescimento assinalável, permitiu gerar proveitos de cerca de 12 Milhões de Euros em 2021 por parte dos alojamentos turísticos, decorrente, do número recorde, das mais



de 216 mil dormidas registadas ao longo do ano, lembrem-se, num período onde o turismo ainda sofria fortes condicionamentos consequentes da pandemia Covid-19.

Esta realidade será certamente um dos fatores para o reconhecimento da importância que a Covilhã tem para o turismo em Portugal dado a publico recentemente, com a realização do “Vê Portugal” - 9º Fórum Turismo Interno, com o tema “Inspirar. Criar. Tecer novos caminhos para o turismo interno”. Um evento organizado em conjunto pelo Turismo do Centro e a Camara Municipal da Covilhã, que tem como o apoio o Turismo de Portugal e o Alto Patrocínio da Presidência da República, bem como de entidades locais como a Universidade da Beira Interior e o New Hand Lab.

Numa altura marcada pela inflação e pelo aumento do custo de vida, bem como pela instabilidade social e geopolítica, no final do mês de Maio a Covilhã será o centro de debate do Turismo em Portugal, onde se pretendem desenvolver novas perspetivas, reinventar processos e apontar caminho para novos produtos e soluções, através de uma reflexão conjunta sobre o turismo interno, desenvolvendo ideias para o futuro, de forma a reforçar e cuidar do mercado interno de turismo, como passo essencial para o cumprimento da expectativa que o turismo em Portugal continue a crescer.

Este evento ser realizado na Covilhã para além do reconhecimento do trabalho desenvolvido dá ênfase ao dinamismo de um concelho em crescimento e investimento visível, apesar de todos os desafios que hoje atravessamos enquanto sociedade.

Ao contrário do que alguns nesta assembleia se fazem crer, a Covilhã está viva, fruto de um trabalho conjunto do município e dos agentes turísticos desta cidade que são prova de um concelho cada vez mais empenhado no desenvolvimento do turismo e por consequência da economia local e que todos podem e devem ver.

(Doc. 09)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 17 - 04 - 2023

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Moção

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático

Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspectos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Às operações programadas e depois executadas, na madrugada, pelos Capitães de Abril (grupo de militares em que predominava a patente de capitão) e que desarmaram o regime opressor, associou-se a manhã de ruas e praças de gente, pessoas que ali e então se sentiram verdadeiramente cidadãos, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu País.

E, gritando, exprimiram livremente o que pensavam.

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado e quase sempre em rutura total com elas.

Assim, comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia.

Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Por mais que reescrevam, Abril foi uma revolução, não uma “evolução” ou “transição” entre regimes, um momento e um processo de ruptura com o regime fascista, o derrube do fascismo e do que o suportava.

Abril foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a acção do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República:

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela sua descaracterização por via da transferência de encargos, pela ingerência tutelar, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas

3



completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 17 de Abril de 2023

delibera:

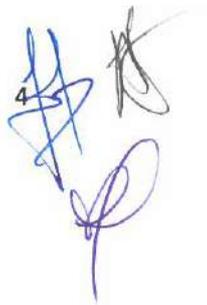
1. Saudar o 49.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;
2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 49 anos animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;
3. Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;
4. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais delongas e processos dilatatórios;
5. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia promovam um programa de iniciativas dirigida às comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, envolvendo a participação das forças vivas do concelho, que contribua para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Covilhã, 17 de Abril de 2023

Os eleitos do PCP

João E. L. S.
Covilhã

Francisco Gomes





Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Estimados colegas Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Iremos hoje apreciar e votar o Relatório de Gestão referente ao ano de 2022, que apresenta um resultado positivo de 11,7 milhões de euros, bem como uma alteração orçamental que visa um propósito específico: dar uso a este valor investindo nas 21 freguesias do nosso concelho. Mais uma vez, o bom desempenho financeiro permitirá à Câmara Municipal não só manter as contas equilibradas, tendo reduzido novamente o passivo, como também ir de encontro às pretensões que cada presidente de junta tem para o seu território.

O grupo municipal do Partido Socialista saúda o executivo pelos resultados do exercício e pela política praticada, por um município com contas certas e ao mesmo tempo dinâmico, em ação, a bem da vida dos covilhanenses.

Dos investimentos já anunciados, permitam-me destacar, a título de exemplo, a supra-relevância das obras previstas para as estradas municipais 511 e 512, que darão sequência às requalificações das vias rodoviárias na zona sul do nosso concelho. Já ouvi aqui hoje criticar a suposta falta de obra realizada pelos executivos liderados pelo Partido Socialista... (pareceu-me vislumbrar nas intervenções do PSD até um certo louvar, embora envergonhado, aos seus próprios executivos...) eu começava por lembrar que, há exatamente 10 anos, quando o PS reassumiu a gestão camarária (e o PSD a abandonou), a viagem entre a cidade da Covilhã e as freguesias de Aldeia de São Francisco de Assis e São Jorge da Beira fazia-se, imagine-se, pelo concelho vizinho do Fundão. Não havia sequer continuidade eficiente no nosso próprio território. Logo no primeiro mandato, e apesar dos enormes constrangimentos financeiros que o município atravessava nessa época (agora parece que já não interessa, mas foi há 100 milhões de passivo atrás), conseguiu-se avançar com a requalificação da municipal 512 entre o Ourondo e Aldeia de S. Francisco de Assis. Seguiu-se a Estrada do Porsim (reivindicação de décadas das populações de São Jorge da Beira e Casegas) e a ligação Pedras Lavradas - Sobral de S. Miguel. Agora, com as obras anunciadas nas ligações Casegas-Ourondo e Ourondinho-Paul, será

112

dado mais um importante passo em prol da mobilidade nas nossas aldeias mais longínquas da sede de concelho.

Mas o investimento na renovação das vias rodoviárias não se limita à periferia. Também no núcleo urbano foram realizadas intervenções fundamentais para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos covilhanenses, sendo um exemplo disso a avenida 30 de junho, essencial para os residentes de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. Há ainda os trabalhos em curso na avenida Frei Heitor Pinto e na Estrada do Sineiro, que irão dotar estas estradas de condições dignas de uma artéria principal da cidade. Numa altura em que tem sido assunto a mobilidade na praça do município, com a possibilidade de cortes de vias ou sentidos de trânsito, a criação de estradas de qualidade que se mostrem como alternativa ao pelourinho é apanágio de um pensamento de cidade a longo prazo, permitindo que, no devido momento, se possam tomar decisões com base em opções verdadeiramente viáveis.

O nosso louvor evidente, e nada envergonhado, ao atual executivo da Câmara Municipal da Covilhã.

Voto de Pesar Comendador Rui Nabeiro

Manuel Rui Azinhais Nabeiro nasceu em Campo Maior, a 28 de março de 1931. Com origens numa família humilde, começou a trabalhar por volta dos doze anos como grande parte dos portugueses da sua geração. Ajudava a mãe numa pequena mercearia e o pai e os tios na terra do café.

Aos 17 anos, após a morte do pai, assumiu os destinos da pequena torrefação familiar - a Torrefação Camelo.

Em 1961, juntamente com a esposa e os filhos, funda a Delta Cafés que é hoje um império muito além do café, empregando milhares de pessoas e sendo uma referência na inovação e na responsabilidade social em Portugal.

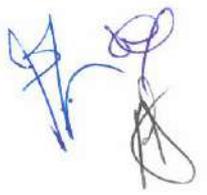
O Comendador Rui Nabeiro foi também autarca. Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior, primeiro por nomeação antes do 25 de abril de 1974 e posteriormente eleito, pelos seus conterrâneos, já em eleições livres em nome do Partido Socialista, o seu partido de sempre.

Em 1995 o Presidente da República Mário Soares atribuiu-lhe o grau de comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial Classe Industrial, e em 2006, o Presidente Jorge Sampaio distinguiu-o como comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

O Comendador Rui Nabeiro foi para além de empresário um Ser Humano extraordinário e demonstrou que é possível ter sucesso empresarial, numa economia de mercado, num sistema capitalista, sem perder o Humanismo e a prioridade no desenvolvimento da sua terra.

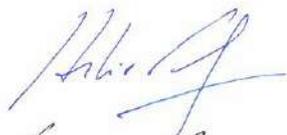
Campo Maior é hoje um polo de desenvolvimento regional e um foco de resistência ao despovoamento de todo o interior de Portugal graças à visão empresarial e à responsabilidade social do Comendador Rui Nabeiro demonstrando que é possível termos um Portugal mais próspero, desenvolvido e equilibrado e que o despovoamento não é uma fatalidade. É uma realidade possível de combater. Possível de inverter. Basta tomar as decisões certas.

O seu legado perdurará no tempo. O seu percurso será estudado nas escolas. A sua vida será uma inspiração das futuras gerações.



Pelo exemplo da sua vida, pelo legado humanista da sua obra e pela sua entrega ao bem comum e ao desenvolvimento de Portugal, a Assembleia Municipal da Covilhã deseja expressar a toda a família, o seu mais profundo pesar pelo falecimento, a 19 de abril de 2023, do Senhor Comendador Rui Nabeiro e endereçar a todos sentidas condolências.

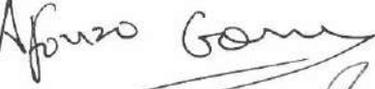
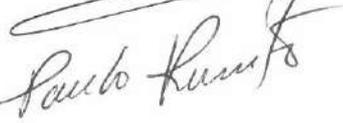
Covilhã, 17 de abril de 2023









Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **José Manuel Alves Moura**, de 77 anos de idade.

Foi funcionário da Câmara Municipal da Covilhã, reconhecido pela sua competência e afabilidade.

Foi membro da Assembleia de Freguesia da extinta freguesia de Conceição, mas foi na área do associativismo que mais se destacou, tendo desempenhado funções em várias associações e coletividades da Covilhã.

Foi Sócio Fundador e integrou os Órgãos Sociais do CCD Arsenal de São Francisco da Covilhã e foi Presidente da Direção do Grupo de Instrução e Recreio do Rodrigo.

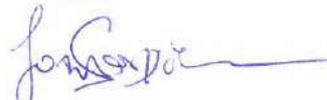
À data do seu falecimento desempenhava as funções de 1º secretário da Mesa da Assembleia Geral do Sporting Clube da Covilhã e as funções de secretário da Mesa da Associação Desportiva da Estação.

A título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

 Paulo Lemos







Afonso Gomes



Voto de Pesar – José Manuel Moura

17 de abril de 2023

Faleceu, no passado dia 30 de março, José Manuel Moura, covilhanense ilustre que dedicou grande parte do seu tempo ao associativismo e ao desporto da sua terra.

Nesse âmbito exerceu funções em duas grandes coletividades da Cidade : Sporting Clube da Covilhã e ADE – Associação desportiva da Estação.

A Covilhã perde um grande covilhanense e fica, assim, mais pobre.

Por todo o seu contributo deixado à Covilhã por José Manuel Moura, não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear este concidadão.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino TorgaL

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de **Amílcar Acácio Alves**, de 88 anos.

Pessoa de estatuto reconhecido, destacou-se particularmente no desempenho de funções autárquicas e Sindicais.

No seu percurso político, foi fundador do Partido Socialista na Covilhã, foi membro da Assembleia Municipal da Covilhã e da Assembleia de Freguesia da extinta freguesia de S. Pedro; na sua ação enquanto sindicalista, foi dirigente Nacional do SITRA / UGT Sindicato dos Transportes.

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

Handwritten signatures in blue ink:
Hélio Af.
Alves Ribeiro
José António
José Luís

Handwritten signatures in blue ink:
Paulo Ruy
Alves
Alves
Alves
Alves

(Doc. 15)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H. Ferrinho' and 'V. Ferreira'.

Voto de Pesar – José Matos (Manteigueiro)

17 de abril de 2023

Faleceu, no passado dia 21 de março, aos 73 anos, José Matos - O Manteigueiro, como todos os Covilhanenses o conheciam.

A Covilhã perde assim uma das suas figuras mais típicas. Um boémio, um bem disposto que com todos trocava uma palavra agradável, aproveitando para contar as suas histórias. Figura sempre presente nas ruas da cidade com o seu rádio ao ombro .

Por todo o simbolismo que representava para a Cidade e para os Covilhanenses que tiveram a oportunidade de se cruzarem no seu caminho não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear este nosso concidadão.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupos Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal

(Doc. 16)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Pesar – Padre Sousa

17 de abril de 2023

Faleceu, no passado dia 07 de fevereiro, o Padre Sousa, antigo capelão do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira (CHUCB).

O Padre Sousa foi mais que um capelão, colaborou, durante mais de 20 anos, muito proactivamente com o voluntariado hospitalar. Fruto dessa ligação, em 2020, foi agraciado com o diploma de sócio honorário da liga dos amigos do CHUCB.

A Covilhã perde, assim, um grande benfeitor.

Por todo o seu contributo deixado à Covilhã pelo Padre Sousa, não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear este concidadão.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal

(Doc. 17)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Voto de Pesar – Maria Clara - “Ti Clara”

17 de abril de 2023

Faleceu, no passado dia 15 de março, aos 97 anos, a Sr. D^a Maria Clara, conhecida por todos como a “ Ti Clara “ .

Ti Clara era só o elemento mais antigo do Rancho Folclórico da Boidobra, tocadora de adufe durante 50 anos e colaboradora da coletividade até aos últimos dias da sua vida .

A Covilhã, a Boidobra e o seu Rancho perdem assim uma das suas figuras mais emblemáticas. Ficamos todos com a sua memória mas também com o seu maior pedido “ Não deixem, nunca, morrer o rancho “ .

Por todo o simbolismo que representava para a Cidade e para os Covilhanenses que tiveram a oportunidade de se cruzarem no seu caminho não pode, a bancada do PSD neste órgão, deixar de homenagear esta nossa concidadão.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar um voto de pesar e apresentar as sentidas condolências à família enlutada e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal



[Handwritten signatures]

PROPOSTA

VOTO DE LOUVOR

No passado dia 6 de Fevereiro de 2023, o mundo foi confrontado com uma tragédia humanitária, consequente do sismo que assolou a Turquia e a Síria, onde o numero total de vítimas superou os 45 mil mortos e centenas de milhares de feridos, numa das maiores calamidades sísmicas que há registo.

Num momento de grande solidariedade, a comunidade internacional uniu-se na ajuda às vítimas, sendo que Portugal destacou uma missão de busca e salvamento para a cidade de Antáquia na região de Hatay, sul da Turquia, entre os dias 8 e 18 de Fevereiro. A Força Operacional Conjunta (FOCON) composta por 52 elementos, foi comandada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e integrou elementos da Força Especial de Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa e INEM, com valências nas áreas de busca, salvamento, proteção e socorro em estruturas colapsadas. Nesta Força Operacional, estiveram integrados dois Covilhanenses. Daniel José Vicente Gonçalves, Militar da Guarda Nacional Republicana que integra a equipa de Busca e Resgate em Montanha da Serra da Estrela, bem como João Eduardo Ferreira Morais Catela, Bombeiro do Regimento de Sapadores de Lisboa que incorpora o Batalhão de Intervenção Diferenciado e Formação e que teve a particularidade de ser o elemento mais novo que integrou a missão FOCON TURQUIA 2023.

Os valores de solidariedade, altruísmo, espírito de missão revelados por estes dois covilhanenses em condições muito difíceis colocando a sua própria vida em risco, deve ser tido como referência mas também de orgulho para todos os Covilhanenses, pelo que desta forma, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de louvor aos Covilhanenses João Eduardo Ferreira Morais Catela e Daniel José Vicente Gonçalves, pelos serviços prestados na missão FOCON TURQUIA 2023.

Caso seja aprovado, deve este voto de louvor ser remetido a ambos os cidadãos.

Proponente

Grupo Municipal do Partido Socialista

Covilhã, 17 de abril de 2023

[Handwritten signatures: Alvaro Barroso, Afonso Gomes]

Assembleia Municipal da Covilhã

[Handwritten signatures and notes: Alvaro Barroso, Paulo Pinto, Partido -1-, Paulo Pinto]

[Large handwritten signatures and notes in blue ink]

[Handwritten signatures and initials]

Voto de louvor

Mafalda Duarte

A covilhanense Mafalda Duarte estudou Relações Internacionais na Universidade do Minho, terminando a licenciatura em 1998, fazendo depois os mestrados no Reino Unido e Estados Unidos da América.

Atualmente a viver em Washington, Mafalda Duarte tem tido uma carreira brilhante tendo sido responsável até à pouco tempo por um dos mais importantes instrumentos da organização especializada no financiamento de projetos em países em vias de desenvolvimento: o CIF - Climate Investment Funds, especializado em projetos de combate às alterações climáticas, cargo que por si só já constitui um motivo de regozijo e orgulho para todos nós.

Foi recentemente nomeada para o cargo de Diretora Executiva do Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund - GCF).

O Fundo Verde para o Clima constitui o principal instrumento para o financiamento climático no quadro do Acordo de Paris.

A nomeação da Dr.ª Mafalda Duarte para tão prestigiado cargo é um orgulho para a própria mas também para a terra que a viu nascer.

A Assembleia Municipal da Covilhã quer louvar a nomeação da Dr.ª Mafalda Duarte para tão relevante cargo internacional, fazendo votos dos maiores êxitos e que a sua liderança permita conduzir com sucesso os esforços globais da ação climática e da transição energética.

Covilhã, 17 de abril 2023

[Handwritten signatures]

(Doc. 20)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Voto de Louvor – Mafalda Duarte

17 de abril de 2023

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Mafalda Duarte**.

Mafalda Duarte, natural da Covilhã, estudou Relações Internacionais na Universidade do Minho, licenciatura que terminou em 1998, fazendo depois mestrados no Reino Unido e Estados Unidos.

Mafalda Duarte, vive atualmente em Washington e chefia o fundo de investimento climático do Banco Mundial, o que por si só já é um grande feito e que a todos nos deve orgulhar.

Mafalda Duarte é, hoje, responsável por um dos instrumentos mais importantes da organização, especializada no financiamento de projetos em países em vias de desenvolvimento: o CIF — Climate Investment Funds, vocacionado em projetos de combate às alterações climáticas.

Mas Mafalda Duarte foi, também, apontada como uma potencial candidata para liderar o Banco Mundial, instituição cujo maior missão é promover a redução e eliminação da pobreza no mundo.

Outros nomes importantes concorrem com a Covilhanense e a decisão será conhecida este mês. Esperemos que na próxima Assembleia Municipal lhe possamos novamente dar os parabéns.

Pelo contributo tão precioso que têm dado nestas temáticas e por ser desde já um exemplo de empenho, trabalho e dedicação a uma tão nobre causa consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Mafalda Duarte e por isso apresentamos este voto de louvor.



Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento á própria.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luis Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal

(Doc. 21)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Voto de Louvor – Francisco do Adro

17 de abril de 2023

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Francisco do Adro**, doutor em gestão pela Universidade da Beira Interior e investigador do NECE – Research Center for business sciences .

Francisco do Adro foi distinguido com uma menção honrosa no Prémio António Sérgio, na categoria Estudos e Investigação do Prémio António Sérgio 2022, pela Tese para obtenção do Grau de Doutor intitulada “Empreendedorismo, Inovação e Performance nas Organizações Sem Fins Lucrativos Portuguesas”.

A categoria de Estudos e Inovação, visa premiar pessoas e entidades autoras de estudos e trabalhos de investigação no âmbito da Economia Social, trabalhos transversais no âmbito da Economia Social em Portugal e trabalhos sobre a personalidade, atividade cívica e obra de António Sérgio.

O trabalho premiado propõe-se medir performances em instituições com uma missão de cariz social.

Pelo contributo tão precioso para a área social e para as instituições desta área , consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Francisco do Adro e por isso apresentamos este voto de louvor.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento próprio.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal

(Doc. 22)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



[Handwritten signatures in blue ink]

Voto de Louvor – Ana Ribeiro Rodrigues

17 de abril de 2023

O grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã vem propor um voto de louvor a **Ana Ribeiro Rodrigues**, jornalista do Notícias da Covilhã .

Ana Ribeiro Rodrigues foi distinguida pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, no âmbito do Plano Nacional de Ética no Desporto, em parceria com o Clube Nacional de Imprensa desportiva/ Associação de jornalistas de desporto (CNID).

A distinção foi concretizada com uma menção honrosa no Prémio Desporto com Ética 2022, na categoria Imprensa Regional, pelo artigo " No Desporto Profissional o exemplo raramente vêm de cima", publicado no Notícia da Covilhã.

Não poderíamos, também, deixar de sublinhar, neste nosso louvor, o contributo do jornal mais antigo

da cidade, o Notícias da Covilhã, na divulgação deste trabalho.

Pelo contributo tão precioso na divulgação e promoção da vivência dos valores éticos inerentes à prática desportiva, consideramos como justa a homenagem e o reconhecimento a Ana Ribeiro Rodrigues e por isso apresentamos este voto de louvor.

Assim, os membros do Grupo Municipal do PSD propõem que a Assembleia Municipal reunida, hoje, dia 17 de Abril de 2023 delibere aprovar este voto de louvor e dar conhecimento á própria.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Luís Rodrigues

Valéria Garcia

Lino Torgal



Covilhã, 17 de Abril de 2023

Requerimento

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Os membros do grupo do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã vêm, nos termos do disposto na Lei nº 26/2016, de 22 de Agosto que aprova o regime de acesso à informação administrativa, no artigo 25º, nº 2 alíneas a) e d) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro e no artigo 61º alíneas b) e c) do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, e em face da informação prestada ao Presidente da Comissão Política Concelhia do CDS-PP acerca da cedência de interesse público do Assessor do Presidente de Câmara, requerer a V. Exa. que:

a) Seja solicitado parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro - CCDRC e à Inspeção Geral de Finanças no sentido de estas entidades se pronunciarem

- acerca da legalidade do despacho nº 58-A/2022 emitido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã em 01/07/2022 e publicado no Boletim Municipal de 30/03/2023, nomeadamente no que respeita à falta de fundamentação da decisão;
- acerca das consequências a retirar do facto de entre a emissão do despacho e início do exercício de funções e a sua publicação terem decorrido mais de oito meses, nomeadamente no que à ineficácia do despacho diz respeito;
- acerca da admissibilidade da prática, por assessor, de funções nas áreas de actuação referidas em tal despacho;



b) Seja solicitado à Câmara Municipal da Covilhã que remeta à Assembleia Municipal da Covilhã os documentos comprovativos da remuneração auferida entre Julho de 2021 e Julho de 2022, pelo Sr. Assessor Jorge Manuel Afonso Gomes enquanto trabalhador da sociedade AFGOLD - Comércio Produtos Químicos, Lda., outorgante do acordo de cedência de interesse público outorgado pelo Município da Covilhã, e que terão servido de base à comprovação do valor por este auferido ao serviço de tal sociedade.

Os membros do grupo do CDS-PP na Assembleia Municipal da Covilhã,

João Lopes Bernardo, Joana Petrucci Rocha, Graça Castelo-Branco



(Doc. 24)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 06-02-2023

PAOD

2.1 – Apreciação da informação escrita

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A informação escrita, que nos foi enviada, corresponde à atividade municipal entre Dezembro de 2022 e Janeiro de 2023

Temos os registo de:

um conjunto de despachos de delegação de competências;

da atividade desenvolvida pela Divisão da Cultura;

do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;

de processos de licenciamento no âmbito do Urbanismo;

a atividade da Divisão da Ação Social e Saúde

entra o Gabinete de Promoção Turística e sai a Divisão de

Planeamento e de Gestão de Cofinanciamento de Investimento.

É manifesta a ausência de qualquer informação na área do planeamento e da divisão de obras. Quais as intervenções que estão em curso e procedimentos concursais.

Nesta Sessão da Assembleia Municipal, temos, no ponto relativo à apreciação do relatório de atividades e contas de gerência de 2022, o registo de muita informação que deveria constar na informação escrita do Sr Presidente da Câmara Municipal a enviar em cada sessão.

Continuamos a não entender o comportamento do sr Presidente da Câmara Municipal quando não organiza ou não manda organizar a informação escrita de acordo com o que se encontra determinado ou estatuído na Lei 75/2013, nomeadamente na alínea y), do nº 1, do artigo 35º, quanto às empresas do perímetro municipal

Já aqui foi sublinhado o facto. Voltamos a sublinhar.

Também as atas e as minutas do executivo, logo que aprovadas, devem ser enviadas à AM, de acordo com a Lei

O que também não acontece.

Voltamos a registar que o sr Presidente da Câmara continua a não responder aos pedidos de informação dos membros da Assembleia, no que à nossa bancada diz respeito, falamos em requerimentos apresentados em 2022.

Ainda assim, face à necessidade das populações e desta Assembleia, solicito informação quanto;

- 1 - Ao processo de requalificação dos edifícios da GNR de Paul, Unhais da Serra e novo edifício da GNR do Tortosendo;

Esta novela tem que ter um fim...é incompreensível para os

nossos munícipes esta situação que dura anos, iniciou-se em Setembro de 2013, quase 10 anos.

A Câmara Municipal e o Ministério da Administração Interna já demonstraram, das duas uma, ou são incompetentes na concretização das obras protocoladas ou não querem fazer as obras de requalificação, encerrando os Postos de GNR de Paul e Unhais da Serra e manter a GNR do Tortosendo em casa alugada.

Sabendo que as populações não irão ficar caladas face a uma decisão que as penaliza, com o encerramento de serviços de segurança de proximidade.

Andam a “empatar” , a manter a esperança da obra que se irá realizar e a conseqüente manutenção dos Postos, até que se encontre o momento em que as populações andam distraídas e se encerrem.

Se o objetivo é este, pode contar, Sr Presidente, com o protesto firme das populações do Paul, Unhais da Serra e Tortosendo.

Mantenho ainda as questões colocadas na AM de 6 de Fevereiro que não tiveram resposta.

- 2 – Se o Hostel no denominado Ananda Valley, na União de Freguesias de Casegas e Ourondo, se encontra devidamente licenciado, quando se trata de reserva ecológica e talvez em zona de cheia, pelas entidades competentes, nomeadamente a APA
- 3 –Falando com mineiros que transitam à noite na estrada Ourondo – Parada – EM 512, eles continuam a referir o perigo pela ausência de um piso adequado e ausência de sinalização horizontal e vertical. O sentimento de falta de segurança é muito elevado pelo perigo e possibilidade de se ir pela encosta abaixo.

- 4 – Qual a solução proposta pela Câmara Municipal e seus serviços para os candeeiros com globos situados no Paul que se encontram inativos à mais de dez anos, a degradar-se, e que dificultam a mobilidade das pessoas.

- 5 – Para quando a reabertura dos sanitários na cidade ou a colocação de outros, mais modernos, no espaço público ?

- 6 – No Tortosendo, na área dos transportes, foi salvaguardado no Plano de Mobilidade, a extensão dos transportes urbanos e respetivos passes e bilhetes à zona dos Maiorais de Cima ?

- 7 – Questionar, ainda, o Sr Presidente quanto ao material circulante nos transportes inter urbanos no Concelho da Covilhã, nomeadamente na zona sul do concelho. Têm sido vários adultos e jovens transportados para as escolas da cidade que falam na falta de condições dos autocarros.

Quem tem o dever de fiscalizar a qualidade do material circulante ?

Quem tem o dever de verificar se os mesmos têm o conforto mínimo para transportar pessoas ?

Quem pode intervir junto da empresa ?

- 9 – Para quando a circular à Covilhã ou uma outra via de acesso à Serra alternativa à atual passagem pela Rua Ruy Faleiro.

Vitor Reis Silva
Monica Ramôa
Marco Gabriel



2.1- Informação escrita

Sr. Presidente Vítor Pereira nas duas ultimas AM têm cabido a mim em representação do grupo municipal do PSD analisar e avaliar a informação escrita sobre a atividade do seu executivo, que trás para apreciação ao órgão máximo do município . Nesta minha terceira análise ao documento penalizo-me por não ter nas duas anteriores intervenções parabenizado o esforço que se denotou em melhorar substancialmente o referido documento. Neste momento temos um documento melhorado a vários níveis e onde se notou claramente uma preocupação em responder a algumas criticas feitas pela bancada do PSD. É bom saber que nos ouvem e que perceberam ao fim de um ano de mandato... que sim, que nós lemos todos os documentos, que os valorizamos e que fazemos uma análise rigorosa aos mesmos.

Dito isto, passamos do formato para o conteúdo e aqui infelizmente algumas criticas mantem-se :

Mais uma sessão da AM se realiza e já vamos na quarta após a grande catástrofe que se abateu sobre este território, e a informação escrita nada têm sobre o Programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. Nada foi feito no âmbito da preparação da época dos incêndios para 2023. E eu diria hoje como disse nas anteriores assembleias que é preciso arrear caminho porque o verão está ai á porta mas não, infelizmente ele já cá está , foi visto para os lados de Unhais da Serra na passada

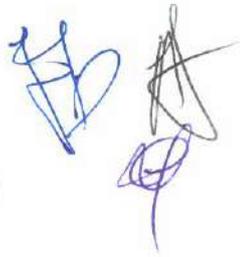


quinta-feira. E mais um verão vai acontecer e mais uma vez o concelho volta a não estar preparado para responder a catástrofes. E mais uma vez a culpa ou morre solteira ou volta a ser dos helicópteros.

Também nesta matéria continuamos a ver os helicópteros passar no que respeita á Comissão de Acompanhamento. Fica o registo.

O documento reflete desta vez muito mais informação sobre a atividade do município. No entanto a informação financeira continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e não continuar a não ter qualquer menção aos resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades, exigidos pela lei.

Mas naquela que é a gestão corrente queremos voltar a salientar que o Sr. Presidente continua a insistir na nomeação de não eleitos, pessoas que não foram eleitas pelos covilhanenses, para o exercício de determinadas funções. E estou a falar claramente da presença na nossa Comunidade Intermunicipal . E aqui tomo a liberdade de lhe perguntar Sr. Presidente: diga-nos lá aqui a todos, mas porque razão não vai ás reuniões da CIM ? porque razão a Covilhã ao contrário dos restantes Municipios não se vê representada ao seu mais alto nível ? privando-se assim dos seus principais direitos... Foi uma promessa que fez ? foi uma birra ? diga-nos lá !!!!



Ainda nas delegações de competências, verificámos que elas duplicaram relativamente á ultima AM . Acredito que quem o representa o faz com a maior carga de responsabilidade e compromisso mas também sei que o peso da presença de um Presidente de Câmara em muitas reuniões pode ser fulcral na defesa dos interesses do município. Por isso lhe pergunto onde anda Sr. Presidente, que não aparece em lado nenhum ?

Continuamos a entender que a atividade cultural do município é muito redutora e muito já foi dito e sugerido pelo PSD sobre o Teatro Municipal e a sua gestão, ainda agora ouvimos uma vez mais a deputada Valeria Garcia falar sobre este assunto, por isso não me vou alongar.

Também nos parece que num concelho com o potencial do nosso esta lista de licenciamentos demonstra claramente a estagnação do investimento privado e a incapacidade da gestão municipal reverter esta tendência .

No entanto congratulo o executivo por colocar na informação escrita o relatório intercalar da divisão de ação social e saúde, que me surpreendeu pela positiva . Retirando a identificação das transferências de competências na área da ação social e da saúde são alguns os projetos e as candidaturas identificadas sobretudo no âmbito da Estratégia local de Habitação, destaco por exemplo o Acordo com o IHRU para apoiar 344 pessoas ao abrigo do programa 1º DTº .



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'A' and other illegible marks.

Acordo esse que foi assinado em Dezembro de 2021, pergunto-lhe Sr. Presidente e sabendo que a calendarização vai até junho de 2026 mas que também já passou mais de um ano, pergunto-lhe das 344 pessoas quantas já foram apoiadas.

Verificamos que também já foi feito algum trabalho de atualização da informação do edificado municipal, no entanto não sei se totalmente suficiente para as novas necessidades de informação face às exigências imediatas do “Programa Mais Habitação”.

Pergunto-lhe se o levantamento do edificado municipal devoluto já está concluído e se sim de que números falamos e o que vai fazer agora no âmbito do “Programa Mais Habitação”.

Foram também identificadas neste relatório vários imóveis para “preparação das primeiras candidaturas a financiamento para construção e reabilitação de fogos”, 10 anos de mandato Sr. Presidente e estamos ainda nesta fase de preparação de primeiras candidaturas, em pelo menos 12 fogos, dá que pensar

Foi também proposto ao IHRU no âmbito BNAUT (bolsa nacional de alojamento urgente e temporário) construção de um edifício de 6 fogos e 2 reabilitações e á CIM uma candidatura para a construção de 5 prédios que representam mais 40 fogos e que tinha inicio previsto para jan./2023. Pergunto-lhe sr. Presidente, hoje em que ponto estamos nesta matéria ?



E termino referindo-me o que não vêm na informação escrita:

- Sr. Presidente como pode este órgão fiscalizar o grau de execução das medidas de apoio às famílias, no valor de 2,3 milhões de euro que anunciou no passado 20 de Outubro ? este documento nada refere
- Relativamente á USF pergunto-lhe se não quer esclarecer este órgão relativamente ao tremendo pacote financeiro com que vai onerar o erário publico do município e pergunto-lhe afinal como se vai denominar esta unidade de saúde, uma vez que foi aqui neste órgão aprovado o nome "Paulo de Oliveira".
- Por fim pergunto-lhe Sr. presidente se teve conhecimento dos despedimentos que aconteceram no Call Center que estava a operar no Data Center da Covilhã cujo cliente era a TAP. Esses despedimentos foram consequência de uma renegociação de contrato por parte da transportadora portuguesa que passou os seus serviços de call center para a teleperformance . O que seria mais provável de acontecer seria a passagem dos trabalhadores para a teleperformance com a manutenção dos serviços na Covilhã uma vez que a empresa tem uma filial na cidade. Mas isso não foi o que aconteceu e o call center da TAP foi deslocado para as instalações da teleperformance no Porto.



Parece-me a mim que isto não augura nada de bom , até porque onde há fumo é por que há fogo e também já consta, por ai, que será intenção da empresa não continuar a investir na sua filial da Covilhã e poderá estar, inclusive, a equacionar a sua saída da Cidade.

Porque imagino que nada disto que lhe disse, sobre a teleperformance, será novidade para si e porque quero acreditar que tem a mesma sensibilidade que eu para perceber que isto é no mínimo motivo para preocupação, pergunto-lhe sr. Presidente se está atento, se está a monitorizar a situação e se tudo está a fazer para que esta não seja mais uma empresa a sair do Concelho.

Obrigada,

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira.



Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 17 de abril de 2023

Intervenção 2.2 - Apreciação e discussão do Relatório de Avaliação do Grau de Observância dos direitos do Estatuto dos Direitos de Oposição.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e destinta mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,
Prezados funcionários do Município,
Senhoras e Senhores jornalistas,
Estimado público,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como versa na Constituição da República Portuguesa, uma das tarefas fundamentais do Estado é *“Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais”*, e é nesse âmbito que podemos ver consagrado na lei, como nos refere o documento de suporte ao ponto em questão, no número 2 do artigo 114º (centésimo décimo quarto), o reconhecimento às minorias, do direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei, pois a democracia é feita por todos. Por quem exerce cargos de governação executiva e pelos que exercem cargos de categoria deliberativa e fiscalizadora.

Com base na análise ao relatório de avaliação do Grau de Observância dos direitos do Estatuto dos Direitos de Oposição, aliada há minha perceção e conhecimento da gestão e funcionamento dos órgãos do município e ao enquadramento

histórico do funcionamento dos mesmos, é possível assegurar que hoje, esta norma democrática é cumprida e respeitada, permitindo que todos os intervenientes, devidamente legitimados nas eleições, possam debater com propriedade todos os tópicos a discussão.

Este relatório é um documento que nos deve orgulhar a todos, pois reflete o espírito democrático que herdámos de abril.

E deixo aqui uma palavra de reconhecimento e orgulho a todos os elementos que constituem esta Assembleia Municipal, porque este tipo de conquista não são individuais, mas sim fruto de um esforço coletivo, embora as vezes as nossas divergências ideológicas nos levem a defender a nossa opinião de forma mais assertiva, conseguimos sempre respeitar todos os pergaminhos democráticos.

É por isso, para mim, uma honra dar o meu contributo a esta causa com todos vocês.

Jr. João
Bernardo

Longe vai o tempo em que ^{o exercício democrático do contraditório} ~~qualquer ideia contrária~~ era minorizada e tinha direito a uma resposta hostil e deselegante, em tons totalitaristas que em nada honravam a grandeza do órgão que representamos, muito menos os Covilhanenses, ou mesmo até da forma como eram conduzidas as Assembleias Municipais onde não havia condescendência ao contraditório e o uso da palavra era bastante condicionado.

Hoje, vivemos um novo paradigma e devemos estar bastante orgulhosos, no meu entender.

Naturalmente que há sempre espaço para melhorias, é uma fatalidade que advém da nossa condição humana, mas há que reconhecer o esforço feito pelos ^{Elitos} ~~Órgãos~~ ~~Sociais~~ do Partido Socialista ao longo de todos os mandatos em prol da transparência democrática, esforço esse, complementado por todas as forças políticas que hoje, têm espaço para o fazer.

Hoje em dia, as ~~excessões~~ falhas são ~~excessões~~
~~excessões~~ excessão, antigamente eram regra.

A.

(Doc. 27)

PSD | BANCADA NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



Relatório de Gestão e Atividades 2022 do Município da Covilhã

O relatório de gestão da atividade municipal do ano 2022 é o retrato da atuação desta Câmara Municipal e da sua visão de gestão do Concelho.

Acabar com um saldo orçamental de mais de 11 milhões de euros poderia revelar uma gestão eficiente, mas não!

A venda de bens de investimento foi quase o dobro do previsto devido, maioritariamente, à alienação de terrenos ao lado do Data Center.

Mas já não estranhámos que os terrenos que estariam destinados à fixação de empresas sejam agora alienados para habitação.

Qualquer decisor político sabe que, em primeiro lugar, o que fixa as populações nos territórios são os empregos, mais ainda se estes forem qualificados. Mas é tarefa que nunca esteve nas prioridades, nem sequer está ao alcance desta Câmara!

Mas verificamos a evidente falta de investimento no orçamento, e que foi mais de 9 milhões de euros abaixo do previsto e menos 5 milhões que em 2021, o que denota uma política de austeridade e uma clara ineficiência de gestão.

E como sabemos, sem investimento, não há desenvolvimento!

- A requalificação das escolas do Teixoso, da Pero da Covilhã, da Lã e a Neve e da Campos Melo, ZERO
- O Pavilhão Municipal da Covilhã, ZERO
- Os passeios entre a rotunda da zona industrial do Tortosendo e a rotunda do tct

Todos com execução ZERO, empurra para o ano seguinte, o habitual desta Câmara!



Ou seja, a Câmara teria feito as obras que orçamentou e que prometeu aos Covilhanenses e às Juntas de Freguesia e, ainda assim, teria conseguido terminar o ano com saldo positivo.

Mas não, não é essa a estratégia!

Esta é uma camara que vende património, que espreme os bolsos aos Covilhanenses, mas, com esse dinheiro, não melhora as suas vidas, apenas melhora os números!

Faz contratos milionários nos transportes, não toca no preço da água nem das indemnizações compensatórias, que se arrastam desde o primeiro mandato deste presidente!

Vê diminuir o número de processos de obras e de licenças, que mais não é que o resultado da falta de investimento e de uma clara falta de confiança dos agentes económicos na gestão autárquica!

Perde terrenos urbanizáveis de mais de 300 milhões de euros por total incapacidade de fixar empresas e populações!

A estratégia montada é a do costume: arrastam-se para o final do mandato as obras urgentes e necessárias para o Concelho, para caçar os votos a chegar à meta!

Transformam a gestão autárquica em campeonato eleitoralista, com os resultados à vista de toda a gente!



E assim se apresentam números com a despesa a 70% a receita nuns fantásticos 92,5%!
Números bonitos no *powerpoint*, mas com a fatura a ser paga pela Covilhã, pelo Concelho e por quem cá vive!

Os covilhanenses não comem números, menos ainda quando estes são conseguidos através do corte sistemático no investimento, comprometendo seriamente o desenvolvimento!

É este o resultado da estratégia do PS!

Apresentar belos números, sacrificar a população e o desenvolvimento, castrar o futuro da Covilhã com o único e óbvio objetivo eleitoral!

Perde o tempo nas guerras internas pela sucessão, deixando para trás a Covilhã e os Covilhanenses!

Nunca poderíamos estar a favor de tal estratégia, porque o resultado é evidente, e o preço está a ser pago por todos nós!

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Lino Tongal



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 17-04-2023

HP2

2.4 – Apreciação do Relatório de Gestão e Atividades 2022

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,

Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Fazer a apreciação de um Relatório de Gestão e Atividades de 2022 com 932 páginas não é tarefa fácil.

As informações contidas no relatório podem e devem fazer parte da informação do senhor Presidente da Câmara Municipal para as sessões das Assembleias Municipais ao longo do ano, com análises comparativas para períodos análogos.

Ainda assim, algumas notas sobre aspetos que considerámos relevantes nas exposições/relatórios dos diferentes departamentos, divisões e ou gabinetes.

1 – A climatização que é necessária no arquivo documental para a criação de condições aos trabalhadores que ali desempenham funções, assim como a aquisição do Programa de Gestão Documental;

2 – A redução da atividade global na Divisão de Urbanismo com menos processos em 2022 – menos 4,1% em relação a 2021 e menos 29% em relação a 2018. Menos processos e logo menos licenças emitidas, menos 21,8% em 2022 em relação a 2021.

Se quanto aos novos processos se pode justificar pela existência de procedimentos de averbamentos e por isso considerarem que não existe relevância estatística, já quanto às licenças emitidas não existe nem pode existir qualquer justificação.

As licenças são emitidas tendo por base processos novos (construções novas) ou processos já existentes (nos casos das ampliações e reconstruções). Os números são o que são.

E os números, infelizmente, não confirmam o discurso da tal revitalização económica alavancada pela construção civil.

3 – Na área da Educação chamou-nos a atenção a redução dos alunos nos diferentes níveis de ensino.

No ano lectivo 2013/2014, ano de início da gestão socialista na Câmara Municipal da Covilhã, tinha o Concelho 7 049 crianças e jovens a frequentar o ensino oficial e particular.

No ano letivo 2022/2023 tem 5 950 crianças e alunos.

Menos 1 079 crianças e alunos.

A uma média de 25 alunos por grupo/turma, perdemos 43 grupos/turma.

Perdemos escola e perdemos postos de trabalho de docentes e não docentes.

É evidente que é redutor, e não seria honesto, atribuir esta responsabilidade só à autarquia.

Isto resulta do despovoamento geral do Concelho, que os Censos de 2021, vieram confirmar.

Resulta de políticas mais gerais e também locais que não têm conduzido à fixação de pessoas.

É verdade que ninguém tem a solução milagrosa à mão nem à venda, para a resolução do problema.

Mas existem políticas públicas que podem atenuar, reduzir e até levar ao crescimento da população.

Desde logo a política de salários.

Quando se vive numa região que se encontra na cauda do País ao nível do salário médio.

Quando se vive numa região onde os operários da indústria de lanifícios e têxtil não têm carreira nem progressões – quase todos ganham o salário mínimo – e recebem 2 € e 47 cêntimos de subsídio de refeição.

Como fixar as pessoas ? O que fazer ?

Entre dezenas de ações, aqui deixamos algumas sugestões.

Vamos estar ao lado dos trabalhadores quando reivindicam melhores salários no nosso concelho.

Vamos exercer influência junto dos patrões para distribuírem melhor a riqueza produzida nas empresas do concelho e da região.

Vamos dar incentivos às empresas que se fixam no Concelho, na condição de pagamento de salários justos aos seus trabalhadores.

Vamos isentar de derrama as empresas que queiram aderir a um programa a criar, tipo de “ Viver com dignidade no Concelho da

Covilhã” com um salário justo e uma habitação condigna com renda social ou apoiada.

Vamos deixar de utilizar o trabalho precário, a recibo verde ou em CEI+, e contratar trabalhadores com vínculo a tempo indeterminado, assegurando estabilidade em vez da precariedade.

Vamos requalificar toda a rede viária do Concelho e ligar as freguesias à sede de Concelho.

Vamos assegurar a redução tarifária nos transportes urbanos e interurbanos, para todos, incluindo os trabalhadores, a população em idade ativa.

Adequar os transportes públicos ao horário das empresas e serviços.

Vamos exigir ao governo que acabe com as Portagens.

Vamos assegurar vaga nas creches onde residem as jovens mães.

Vamos aproximar o acesso aos auxílios económicos às crianças do 1º Ciclo, lá na freguesia.

Mas, voltando à Educação.

As AECs não estão a funcionar.

O relatório sublinha algumas dificuldades ao nível das atividades desenvolvidas e ao nível dos recursos humanos.

Confirma-se a nossa opinião de que o Executivo não deveria ter entregue as AECs a uma entidade externa, dita Associação, que, como todos sabem, não presta serviço gratuito.

Confirma-se, ainda, a nossa opinião que o Executivo deveria descentralizar nas Juntas de Freguesia ou nos Agrupamentos de Escolas a verba relativa aos auxílios económicos.

Com o processo centralizado nos serviços municipais nenhum encarregado de educação vem de S. Jorge da Beira ou de Verdelhos para receber uma ajuda de 16 ou 8 €.

Daí que o relatório indica que, no 1º ciclo, do 1º ao 4ºano, no ano letivo de 2021/2022, tinham previsto 508 apoios a crianças inseridas no escalão 1 e 2 do abono de família, com uma despesa no valor de 6.520,00 €.

Referem que, até ao momento, e nós deduzimos que seja já em Dezembro de 2022, no ano letivo seguinte, porque o ano letivo 2021/2022 terminou em Junho de 2022, só 24 alunos beneficiaram, num valor de 256,00 €.

Repito, de 508 apoios previstos, só 24 crianças beneficiaram.

Repito, de uma despesa prevista de 6.520,00 € só executaram 256,00 €.

Como é possível ? Esta situação não é gritantemente escandalosa?

Se existem crianças com o direito de terem o apoio e se existem os recursos financeiros, porque razão as crianças e as famílias não foram apoiadas?

Para engrossar o saldo final ?

Nós avisámos, nesta Assembleia, que o Executivo deveria alterar o procedimento e facilitar o acesso de quem tem direito ao apoio.

Quanto aos constrangimentos na área da Educação apontam-se dificuldades sócio económicas de muitas famílias.

Identificam as dificuldades e têm os meios financeiros para os auxílios económicos, mesmo sendo parcos, mas não os atribuem.

Ou seja, diagnosticam a doença e têm os medicamentos para minimizar mas.....deixam morrer o doente...não levam os medicamentos..ficam com eles em caixa.

Identificam as acessibilidades e mobilidade entre freguesias como um constrangimento e uma dificuldade. Estamos de acordo. Os professores, que utilizam carro próprio, estão fartos de gastar dinheiro para trabalhar.

Não entendo a dificuldade diagnosticada quanto à insuficiência de recursos humanos na área da Psicologia, Psicopedagogia de Orientação e Terapias, quando nos projetos apresentados apresentam aqueles técnicos em situação de prestação de serviços.

Será a falta de técnicos ou a ausência de oferta de uma carreira e salário e a possibilidade de desenvolvimento na mesma ?

Quem quer ser precário toda a vida ? Não é o que a Câmara está a oferecer ?

E depois queremos ou desejamos que aqueles técnicos superiores fiquem na Região ?

Ai.. não ficam não. Vão para o litoral ou para o estrangeiro.

Não encontrei referências à EPABI e à intervenção dos serviços da Câmara nesta escola profissional...apesar de estar concessionada a sua gestão..continua a ser, penso eu...uma Escola titulada pela Câmara Municipal e Conservatório Regional de música.

Ao nível do Parque Escolar e sua requalificação nada se relata do que se fez, nomeadamente ao nível do 1º Ciclo e do que se perspetiva.

Assembleia Municipal da Covilhã - Sessão Ordinária de 17 de abril de 2023

Intervenção 2.4 - Apreciação e deliberação do Relatório de Gestão e Atividades do Município da Covilhã

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e destinta mesa,
Senhor Presidente da Câmara Municipal e respeitável Vereação,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia,
Prezados funcionários do Município,
Senhoras e Senhores jornalistas,
Estimado público,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vivemos hoje numa Covilhã em crescente desenvolvimento a todos os níveis, como atesta o presente documento à discussão.

Tendo em conta que há várias formas de interpretar os dados que nos são fornecidos pelo relatório, há quem prefira olhar o copo meio vazio ou meio cheio, se preferirmos utilizar as saladas para este tipo de análises, há quem prefira reconhecer os tomates que estão na salada ou simplesmente fingir que eles não existem e ainda se quisermos ser mais metafóricos, preferem olhar aos golos que o Cristiano Ronaldo falhou, do que reconhecer os milhares que já marcou.

É de salientar, mais uma vez, como tem sido apanágio ao longo desta gestão financeira levada a cabo pelo Partido Socialista nos seus mandatos, hoje, temos uma Câmara de Contas certas e que continua a investir na Cidade.

A importância de um exercício financeiro responsável, é notória através da capacidade de intervenção em infraestruturas/estradas fundamentais para o



desenvolvimento da nossa cidade, que vai dando resposta às necessidades de melhoria e investimento, refletindo um uma visão estratégica competente e responsável.

As intervenções feitas nas escolas são prova disso mesmo, na Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Quinta das Palmeiras e Pêro da Covilhã, assim como em artérias importantes da nossa cidade, nomeadamente a intervenção da Avenida Frei Heitor Pinto, e o troço entre Cantar Galo e Vila do Carvalho, são elementos palpáveis desta realidade.

“É no fazer, que se vê quem tem uma estratégia e uma visão.” ^{Pro} Vanda Ferreira

Falando em números, os 3.6 M de euros alocados a fundos comunitários em execução, que agora é reintegrado no saldo de gerência, explana a capacidade do executivo Socialista em conseguir financiamento de diversas maneiras e a robustez financeira que existe atualmente, sem haver necessidade de comprometer o Município com acordos duvidosos, como já vimos no passado.

Isto reflete-se não só nas intervenções mencionadas acima, mas também na capacidade de suportar e apoiar as famílias nos momentos de necessidade, como tivemos no caso mais recente da pandemia e posteriormente no seguimento da invasão à Ucrânia. — Há capacidade para dar resposta.

Passando para o plano de atividades, é também notório o desenvolvimento e crescimento ao longo dos anos da atividade do município, principalmente no âmbito cultural, muito graças ao investimento fundamental numa infraestrutura tão importante como o Teatro Municipal da Covilhã, que através dos números que apresenta nos indica que está a ser gerido de forma competente e responsável, acalmando as preocupações da oposição. — Podemos estar sempre

insatisfeitos, mas há que enquadrar a nossa realidade.
(●) Temos oportunidade para o fazer.



Há que referir também a tradição Associativa bastante acentuada da Cidade, e o fluxo de atividades das suas Associações é também um indicador do dinamismo do seu Município. - *Aumentou*

Com a criação do regulamento de apoio ao Associativismo, foi possível ajudar as associações de forma transparente e responsável a incrementar a sua atividade, nas mais variadas vertentes e, sobretudo, ter indicadores concretos do número de atividades realizadas.

Finalizando, este documento mostra-nos que temos uma Câmara dinâmica, capaz e de contas certas, fruto da visão, planeamento estratégico e competência do executivo Socialista no Município.

Obrigado.

Quanto às Contas de Gerência

De acordo com o Auditor e ROC

“ as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município da Covilhã em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).”

Quanto ao aumento de património, ele existe, neste ano, porque, como refere o relatório dos serviços e o Auditor e ROC

Ativos fixos tangíveis do anexo às demonstrações financeiras, no exercício de 2022, esta rubrica registou um incremento de **90.455.008 euros**. Este aumento é justificado pela mensuração inicial dos ativos imóveis, correspondentes às infraestruturas da Rede Viária, Pedonal e Estacionamento que não ainda tinham sido reconhecidos no ativo do Município.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Contudo o ROC chama a atenção a rubrica de provisões

O saldo da rubrica de provisões é, essencialmente, explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a empresa municipal ADC – Águas da Covilhã, E.M., relativas aos períodos de 2010 e de 2012 a 2022, previstos nos instrumentos previsionais desta empresa. **O montante acumulado em 31 de dezembro de 2022 ascendia a 8.693.558 euros. De acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, estes contratos terão que ser aprovados pelo Órgão**

Deliberativo do Município, situação que até à data não ocorreu;

Se a opinião técnica.. é de que as demonstrações financeiras são verdadeiras e apresentadas de forma apropriada, a este nível nada dizer.

Porém, a apreciação das contas ao nível das opções políticas da gestão do município merece-nos alguns comentários:

1 - A receita corrente cobrada apresenta uma taxa elevada de concretização (92,47%) que se foi aproximando da realidade através das alterações modificativas efectuadas ao longo do ano;

2 – A receita de capital ficou longe do que era expetável, ficando-se em 6 043 645 €, correspondente a 66,49%, quando a dotação era de 9 089 760€. Tivemos uma receita de capital inferior em 14,76% em relação a 2021.

3 – A receita total nos últimos anos tem subido à custa da receita corrente resultante no essencial da transferência de competências.

4 – As receitas próprias aumentaram (11, 27%) apesar da redução da taxa de IMI.

5 – No âmbito da despesa corrente concretizaram-se 83,25% (28 milhões e 84 mil e 993 Euros) do previsto, porém a despesa de capital ficou-se pelos 48,85 % (9 milhões 700 mil 758 Euros).

6 – Porém, se àquele valor da despesa de capital se deduzir os 3 milhões 434 mil e 28 € do passivo financeiro, o valor da despesa efetuada pelo Executivo foi de (5 milhões e 633 mil e 80 €) e as transferências e subsídios de capital de (633 mil e 650 €), o mais baixo dos últimos.

7 – Na análise comparativa com 2021 investiu-se menos 44,03% a 2021. Ou seja, o Executivo não fez a obra prevista constante nas GOP.

8 – Para as freguesias transferiu menos 42,33% do previsto.

9 – Mas...aumentou a despesa corrente com pessoal, aquisição de serviços e subsídios

10 – Nas despesas de capital até se pagou menos com a dívida (-6,52%) mas não executou nem transferiu para as Juntas de Freguesia executarem. No ano de 2022 a gestão do PS no Executivo Municipal não avançou e pouco contribuiu na resolução dos problemas das populações do nosso Concelho, apesar de ter os recursos os financeiros necessários e suficientes.

11 – A taxa de Execução do Plano Plurianual de Investimento (48,85%) é demonstrativo que, apesar de ter os recursos financeiros, o Executivo de maioria PS não conseguiu, foi incapaz de concretizar obra e foi “ um empata” porque não permitiu que as freguesias avançassem.

12 – Da análise das GOP é possível constatar que não se avançou, entre outras:

- na requalificação das escolas do 1º Ciclo
- No Pavilhão Municipal da Covilhã (inscrito em plano desde 2014)
- No apoio ao investimento para prevenção e combate a incêndios
- Na abertura e beneficiação de faixas de interrupção de combustível do fogo
- Na requalificação do caminho municipal 1374 entre a Barroca Grande e o limite com o Concelho da Pampilhosa da Serra
- Requalificação da Zona de Lazer de Verdelhos
- Na praia fluvial de Casegas



- O Largo da Carreira no Ourondo
- Aquisição e manutenção de veículos elétricos

- No Orçamento Participativo de 2016 e com uma fraca execução de 18,99% no de 2017

- Nas pavimentações das estradas da zona sul do Concelho

- Na concretização da beneficiação da EM 509

Enfim...o que se poderia ter feito com os 11 milhões 773 mil e 571 € de saldo.

Vem o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em 12 de Abril, afirmar que em 2023 é que se vão fazer obras nas freguesias, com o saldo de 2022, quando com o mesmo saldo as poderia ter feito em 2022.

Quer fazer em 8 meses, que são os meses que restam de 2023, o que não fez nos doze meses de 2022.

Em anos anteriores já ouvimos a promessa do Orçamento das Freguesias que se traduziu, no concreto numa execução de 7% das obras previstas.

Vamos esperar para ver e mais tarde avaliar...se a palavra dada, ou seja o compromisso, e a documento escrito não se falha.

Disse



[Handwritten signature in blue ink]

Covilhã, 17 de abril de 2023

2.5 – Apreciação e deliberação sobre a proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sras. e Srs. Vereadores,
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Estimadas e Estimados concidadãos,
Minhas senhoras e meus senhores,

Começo esta minha intervenção por relembrar que um Orçamento é um documento técnico e orientador e não um documento político, cuja estratégia deva ser modificada a cada trimestre, ao sabor das vaidades do executivo camarário. Foi o que aconteceu em 2022, foi o que aconteceu nos últimos anos e este ano vai no mesmo sentido.

A Covilhã viu nos últimos 10 anos o maior desinvestimento em obra pública deste século. Aos Covilhanenses é-lhes cobrado os impostos todos e exigidos inúmeros sacrifícios, como vai ser agora com os estacionamento à superfície em plena crise financeira, mas estes não veem qualquer retorno que se reflita como melhoria na sua qualidade de vida.

Esta Alteração Modificativa ao Orçamento é justificada pela integração do saldo de gerência do ano de 2022 de cerca de 11,7 milhões de euros. No entanto,



exige-se a explicação porque razão em anos anteriores houve tantas rúbricas de investimentos, incluídas nos respetivos orçamentos, que não foram realizadas? Podemos facilmente comprovar que dos 11,7 milhões de euros, cerca de 5,7 milhões euros já vêm do ano anterior? Porque razão já não foram feitos alguns desses investimentos? Porque, por exemplo, a rede viária do concelho se encontra em tão mau estado? Porque razão em **2022 se investiu menos 5 milhões de euros do que em 2021**? É a isto que querem dizer com as “Contas Certas que espelham o bom desempenho económico e financeiro a todos os níveis”? Repito: em 2022 investiram menos 5 milhões de euros do que em 2021! Não venham falar que agora é que vai ser porque há dinheiro! Parem de enganar os Covilhanenses, como é apanágio do Partido Socialista. Assumem que falharam e continuam a falhar com as políticas de desenvolvimento e investimento no concelho! Vejam por exemplo as famosas ciclovias, o que é feito delas e quanto já lá investiram?

Sr. Presidente de Câmara vem agora vangloriar-se que, FINALMENTE, consegue realizar os Orçamentos Participativos, mas se conseguiu poupar 11,7 milhões, porque não conseguiu há mais tempo executar os Orçamentos Participativos de 2016 e 2017? E porque continuam de fora dos Orçamentos Participativos tantos projetos vencedores, como por exemplo “a cozinha comunitária na UF Covilhã e Canhoso”, o Centro de Recolha Animal, “Conclusão e Requalificação da sede do Rancho Folclórico da Boidobra”, entre tantos e tantos outros projetos?

O PSD está de acordo com os investimentos que sejam em prol das populações e do desenvolvimento do concelho. No entanto, Sr. Presidente, no seu discurso maravilhoso do país das maravilhas, fala que vai “intervir no Altar da Capela das Almas” da UF Casegas/Ourondo? Nota-se quão bem conhece o estado do seu concelho! A Capela das Almas já foi intervencionada! Fugiu à verdade e continua a fugir! Ou estaremos perante, como é hábito deste executivo, de uma



promessa feita em que alguém avançou com o dinheiro e agora a Câmara Municipal reembolsa de forma subsequente?

Se analisarmos as contas mais ao pormenor, estes 11,7 milhões não chegarão para cobrir os contratos chorudos, como por exemplo o dos transportes no valor de 9 milhões e os mais de 9 milhões para indemnizações compensatórias da ADC, que este executivo teima em não resolver. Aliás, à boa moda socialista, ainda hoje, passados 10 anos, atiram as responsabilidades para os que lideravam no passado. Tenham vergonha!

No entanto, têm ainda capacidade de pagar o aluguer do silo do Sporting e entrega-lo a custo zero à concessionária dos transportes urbanos para estes o explorarem!

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Luis Rodrigues



(Doc. 32)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 17-04-2023

132 AB

2. POD

2.7. **Apreciação e deliberação sobre a Versão Final da Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso**

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exma(s). Senhoras e Senhores Vereadores,
Exma(s). Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Exma(s). Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os Planos de Pormenor são operacionalizadores do Ordenamento do Território. Apesar de na antiguidade, a construção das cidades romanas obedecer já a um certo ordenamento, muitas vezes ligado a crenças e acasos, o ordenamento do território, tal como hoje o entendemos, é um conceito (ou uma discussão concetual) com pouco mais de 100 anos. Surgiu após a 1.^a Guerra Mundial, na Alemanha e no Reino Unido, para responder à necessidade de delimitar o desenvolvimento das cidades que tinham sido destruídas.

O Plano de Pormenor, constitui-se o instrumento que concretiza programas e políticas urbanas. É, como muito autores referem, o “elo forte do sistema de gestão territorial (...) por ser a base mais apropriada para a conceção, controlo e avaliação democrática da cidade que se quer e da cidade que se faz” (Afonso, 2009, p. 39). É um instrumento, por excelência, da política de cidades e do exercício dos direitos urbanos de todos os cidadãos. Daí que deverá ser encarado de forma flexível, ser adaptado, célere e transparente.

Relativamente ao PP da Zona Industrial do Canhoso, já em 8 de julho de 2011, também em 17 de fevereiro de 2012 e em 27 de julho de 2012, entre outros momentos, nesta Assembleia, nós alertamos para as fragilidades deste Plano de Pormenor. Aliás as participações que chegaram ao longo do procedimento de elaboração de alteração, fazem jus às nossas preocupações e, no fundo, dão-nos,

infelizmente, razão. Este instrumento poderia e deveria ser muito melhor. Desde o início.

No caso do requerente 1: as parcelas B1 e B2 estavam, em 8 de julho de 2011, como o dissemos, na altura, em que todos, exceto nós, aprovaram este PP, com dimensões cuja envolvente não suportaria. Daí o pedido entre outros, de ajustamento da confrontação, para acesso mais seguro, evitando o direto, com a estrada de acesso à EN18. Esta situação não acolheu deliberação positiva.

Requerente 2: falta de lugares de estacionamento. Fazemos notar que a 4ª fase ou Fase D, ainda não está construída, mas parece que padecerá do mesmo mal ... já que são mais de 125 mil m² a construir, eventualmente, o que comporta muita gente, logo serão necessários muitos lugares... ainda por cima, com os transportes públicos como estão”!

Requerente 3: a mudança decorre da evolução da atividade da empresa sediada nos lotes B23 e B24. O que está previsto neste tipo de instrumentos e, na legislação, portanto.

Em face desta realidade, e partindo de um instrumento de ordenamento de território que não subscrevemos e, o tempo, está a dar-nos razão, consideramos que estas alterações são necessárias, mas ficarão, mais uma vez, aquém do que seria desejável. É mais uma oportunidade que se perde de fazer política para a *polis*, verdadeiramente, transformando-a!

Deixamos aqui a preocupação de, sistematicamente, no nosso município, as discussões/consultas públicas ficarem desertas.

Disse.

Os eleitos do PCP:

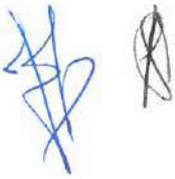
Vítor Reis Silva

Marco Gabriel

Mónica Ramôa

Bibliografia:

Afonso, R. (2009). *Implementação de planos de pormenor e o sistema de perequação*. Lisboa, Instituto Superior Técnico.



Covilhã, 17 de abril de 2023

2.7 – Versão Final da Proposta de Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhos

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,
Sr. Presidente da Câmara,
Sras. e Srs. Vereadores,
Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Comunicação Social,
Estimadas e Estimados concidadãos,
Minhas senhoras e meus senhores,

O PSD sempre foi a favor da ampliação da Zona Industrial do Canhoso, esta Zona Industrial é de extrema importância para a implantação de empresas no concelho e uma das principais entradas para a Covilhã como cidade industrial.

A ampliação aqui apresentada é parca, carece de uma remodelação integral de toda a Zona Industrial. É desolador e deprimente entrar nesta Zona Industrial, é preciso ter muita necessidade e vontade de trabalhar para encarar diariamente os arruamentos com aspeto de abandono completo.

Os passeios são praticamente inexistentes e quando existem ou estão em terra batida ou com erva crescida ou ainda com viaturas estacionadas neles, as paragens de transportes públicos não têm cabines, não existe qualquer marcação horizontal nas ruas nem para os estacionamento



quando estes são permitidos ou possíveis, assim também como não há passadeiras, mas os buracos na estrada são abundantes.

Uma zona Industrial quer-se alegre atraente e funcional, que chame a atenção aos investidores, que os intervenientes no seu dia a dia incluindo os trabalhadores se sintam felizes e motivados.

A zona Industrial do Canhoso deve contemplar entre outras infraestruturas, passeios e jardins para que os trabalhadores possam desfrutar de um pequeno passeio numa pausa do trabalho ou na hora do almoço até deve ter locais apropriados para quem traz o almoço de casa possa almoçar ao ar livre.

Uma Zona Industrial deve proporcionar verdadeira harmonia entre a Indústria e o meio ambiente, respeitando sempre os trabalhadores.

Disse

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Luis Rodrigues